

REVISTA
Conexão
UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
Divisão de Extensão Universitária

Ponta Grossa, v.7, n.1, 2011 - ISSN 1808-6578



Os diversos caminhos da
Extensão Universitária

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR
João Carlos Gomes

VICE-REITOR
Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS
Gisele Alves de Sá Quimelli

CHEFE DA DIVISÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Joseli Almeida Camargo

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Gisele Alves de Sá Quimelli

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
Wilton Paz

CONSELHO EDITORIAL

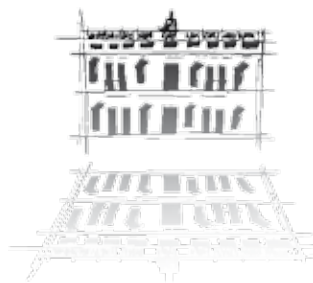
Ana Luiza Ruschel Nunes
Alteni Fidelis Pimenta
Alexandre Almeida Rocha
Célia Regina Carubelli
Dircéia Moreira
Giovani Marino Fávero
Graciete Tozetto Góes
Jociani Rigoni
José Tadeu Dolinski
Maria Salete Marcon Gomes Vaz
Nelci Catarina Chiqueto
Rosilda Aparecida Kovaliczn
Solange Aparecida de Moraes Barros

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
Divisão de Extensão Universitária

ISSN 1808-6578

REVISTA
Conexão
UEPG

ano 7 - n.1



Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

REGULAMENTO, NORMAS E SUBMISSÃO DE ARTIGOS
<http://www.uepg.br/revistaconexao/>

REVISÃO DE INGLÊS
Maria Inês Chaves

REVISÃO DE PORTUGUÊS
Jhony Adelio Skeika

REVISÃO TÉCNICA
Cristina Maria Botelho

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Wilton Paz

FOTOGRAFIA
Jorge Luis Bilek

IMPRESSÃO
Imprensa Universitária UEPG

TIRAGEM
400 Exemplares

Conexão UEPG. / Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pró-Reitoria
de Extensão e Assuntos Culturais, Divisão de Extensão Universitária.
Ponta Grossa : Editora UEPG, 2005-

2011, v.7, n.1

Anual de 2005-2010. Semestral 2011
ISSN: 1808-6578

1- Multidisciplinar. 2 - Extensão Universitária.

Ficha catalográfica elaborada por Cristina Maria Botelho - CRB-9/994.

Pede-se permuta!
Exchanged requested!

CONTATO
+55(**42)3222-7348
revistaconexao@uepg.br

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
Divisão de Extensão Universitária
Praça Marechal Floriano Peixoto, 129 - Centro
Ponta Grossa - PR - Brasil
CEP: 84010-680

■ EDITORIAL

■ ARTIGOS

■ DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE
CONTEMPORARY CHALLENGES IN UNIVERSITY EXTENTION

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Rio de Janeiro - RJ

8

■ RESULTADOS OBTENIDOS CON LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA DE
EXTENSIÓN UNIVERSITARIA DISEÑADO EN LA UNIVERSIDAD LA LAS TUNAS

Universidad Vladimir Ilich Lenin - Las Tunas - CUBA

16

■ A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA NO PROJETO RONDON:
PROMOÇÃO DA SAÚDE, CIDADANIA E CULTURA NO INTERIOR DO ESTADO DE
GOIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA TAKES PART IN RONDON
PROJECT PROMOTING HEALTH, CITIZENSHIP AND HEALTH IN THE STATE OF
GOIAS

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - Ponta Grossa - PR

26

■ CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PELO PROJETO "ADOTE UMA
VIDA"

RAISING AWARENESS ABOUT ORGAN DONATION THROUGH THE PROJECT
"ADOPT A LIFE"

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - Alfenas - MG

36

■ OFICINAS TEMÁTICAS ENVOLVENDO BIOLOGIA E CIDADANIA
TEMATIC WORKSHOPS ON BIOLOGY AND CITIZENSHIP

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - Ponta Grossa - PR

42

■ ELEMENTOS PROPULSORES PARA REPENSAR AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM
DSTS E HIV/AIDS
PROPELLING ELEMENTS TO RE-THINK EDUCATIONAL PRACTICES IN DSTs AND
HIV/AIDS

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Rio de Janeiro - RJ

50

■ UTILIZAÇÃO DO LÚDICO COMO COADJUVANTE DO CUIDADO PRESTADO PELA
ENFERMAGEM NA PEDIATRIA
USING LUDIC ACTIVITIES TO SUPPORT THE CARE PROVIDED BY NURSING STAFF
IN THE PEDIATRIC UNIT

*Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - Frederico
Westphalen - RS*

60

■ A ARTE DE EXPRESSAR O SIGNIFICADO DA FAMÍLIA – UMA EXPERIÊNCIA DE
ENSINO-EXTENSÃO EM ENFERMAGEM
THE ART OF EXPRESSING THE MEANING OF FAMILY – AN EXPERIENCE OF
TEACHING AND EXTENSION IN NURSING

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB - Jequié - BA

70

- CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO “FESTIVAL DE MINI-HANDEBOL” NA FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
THE BENEFITS OF THE EXTENTION PROJECT “MINI HANDBALL FESTIVAL” TO THE PHYSICAL EDUCATION ACADEMICS

Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO - Irati - PR

80

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS
ENVIRONMENTAL EDUCATION, RECYCLE SOLID WASTE AND SOCIAL RESPONSIBILITY: ENVIRONMENTAL EDUCATOR FORMATION

Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO - Guarapuava - PR

88

- ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO: PERSPECTIVAS PRESENTES NO PROJETO FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CIDADANIA SOCIAL: UM TRABALHO PEDAGÓGICO JUNTO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E AMBIENTAL
TEACHING-RESEARCH-EXTENTION: CURRENT PERSPECTIVES OF THE PROJECT “TEACHER EDUCATION AND SOCIAL CITIZENSHIP: A PEDAGOGICAL WORK IN THE HISTORICAL AND ENVIRONMENTAL HERITAGE”

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI - PR

96

- O ENSINO DE LITERATURA: PELOS CAMINHOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
THE LITERATURE TEACHING THROUGH UNIVERSITY EXTENTION

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD - Dourados - MS

104

- LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TEXTO: ESPAÇO PARA PRÁTICAS SOCIAIS E ACADÊMICAS
LABORATORY FOR STUDY OF TEXT: A PLACE FOR SOCIAL AND ACADEMIC PRACTICES

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - Ponta Grossa - PR

112

- O NÚCLEO DE MONITORAMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS DE JACAREZINHO/PR
MONITORING CENTER FOR ALTERNATIVE PENALTIES, IN JACAREZINHO/PR

Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP - Jacarezinho - PR

118

- FÓRUM PERMANENTE DA PESSOA IDOSA NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS: DA PROPOSIÇÃO À CRIAÇÃO
PERMANENT FORUM OF ELDERLY PEOPLE IN CAMPOS GERAIS: FROM THE PROPOSAL TO THE CREATION

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG - Ponta Grossa - PR

128



■ ■ ■ Editorial

Atualmente, fica claro que o compromisso da Universidade é social e direcionado à cidadania, tendo a Extensão Universitária o papel preponderante e viabilizador desse propósito, sem perder de vista a indissociabilidade das funções acadêmicas de ensino, pesquisa e da própria extensão. Esperamos que, desse modo a nossa UEPG consiga responder aos desafios contemporâneos, articulando o global com o local, a qualidade científica e tecnológica com a qualidade social, enfatizando seu compromisso com a produção e difusão do conhecimento, com a educação e com o desenvolvimento da coletividade.

Através dos artigos da Revista Conexão pode-se verificar que a extensão é uma forma de vivenciar o processo ensino aprendizagem além dos limites da sala de aula, possibilitando articular a Universidade às diversas organizações da sociedade, numa enriquecedora troca de conhecimentos e de experiência. Diante deste fato, cada campo de atuação extensionista passa a ser um laboratório vivo, com motivações suficientes, para executar, para trocar, para reajustar ações do ensinar e do aprender, do respeito ao saber, às tradições, à cultura e a visão de mundo da sociedade, devendo esta experiência ser registrada.

O objetivo da Revista Conexão UEPG é o de ampliar os espaços científicos de divulgação do trabalho e de artigos derivados de Projetos de Extensão. Nesse sentido, a Revista Conexão UEPG está colaborando com a promoção e valorização da Extensão Universitária no Ensino Superior Público Brasileiro.

A partir de agora, com dois volumes anuais, a Revista Conexão UEPG amplia a possibilidade de autores extensionistas de todo país e também estrangeiros, em publicar os resultados de suas ações extensionistas, se consolidando no cenário nacional como um dos principais veículos de comunicação e divulgação da Extensão Universitária.

Saudações Extensionistas!!!

Dra Gisele Alves de Sá Quimelli

DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

CONTEMPORARY CHALLENGES IN UNIVERSITY EXTENTION

UERJ - RJ

Silene de Moraes Freire¹

RESUMO

O artigo objetiva discutir os rumos contemporâneos da extensão universitária no Brasil, através da análise da atual centralidade do tema do empreendedorismo neste espaço acadêmico e sua relação com as propostas derivadas da lógica mercantilista. Busca traçar aspectos importantes para compreensão desta questão com os rumos atuais do ensino superior brasileiro. A metodologia de elaboração do texto incluiu as concepções teóricas de abordagem dos fatos selecionados para reflexão. Aspectos de diferentes conjunturas nacionais foram levantados em fontes bibliográficas diversas com o objetivo de inserir historicamente cada luta desse segmento educacional.

Palavras-Chave: Extensão Universitária. Ensino Superior. Empreendedorismo. Neoliberalismo

ABSTRACT

This article aims to discuss the contemporary directions of university extension in Brazil by analyzing the current centrality of entrepreneurialism in the academic space and its relationship with proposals derived from mercantilist logic. It seeks to outline important aspects for understanding this issue in relation to the current directions of Brazilian higher education. The text elaboration methodology included theoretical concepts about the facts that were selected for reflection. Different aspects of national scenarios were analyzed in different bibliographic sources in order to insert historically the struggle of this educational segment.

Keywords: University Extension. Higher Education. Entrepreneurialism. Neoliberalism.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Política Social da FSS da UERJ, Doutora em Sociologia pela USP, Pró-cientista, bolsista de produtividade do CNPq, Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe da UERJ. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da FSS/UERJ. silenefreire@gmail.com; silene-freire@ig.com.br

Introdução

O presente estudo faz parte de nossas reflexões acerca dos rumos da Universidade Pública no Brasil, realizadas no Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC –, Programa de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Para desenvolver o mesmo, utilizamos como metodologia elementos fundamentais para a construção de uma investigação de caráter teórico-interpretativo. Desse modo, a metodologia incluiu as concepções teóricas de abordagem dos fatos selecionados para reflexão. Também buscamos uma aproximação histórica.

Aspectos de diferentes conjunturas nacionais foram levantados em fontes bibliográficas diversas com o objetivo de inserir historicamente cada luta desse segmento educacional. Assim, a meta da narrativa do estudo apresenta sua consonância com a metodologia desenvolvida, dando sentido a questão estudada e ressaltando sua importância em cada contexto diferenciado. Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central na teoria e está sempre referida a elas.

A preocupação temática desse artigo surgiu da centralidade que o empreendedorismo vem ocupando no campo da extensão, sem que haja a promoção de nenhum debate que possibilite aprofundar o entendimento dessa relação, aspecto que confirma a história bastante polêmica da extensão no desenvolvimento das universidades brasileiras. Nesta história, é possível ver uma acumulação fantástica de contradições, paradoxos, equívocos, imprecisões e diversidades de entendimentos que até hoje limitam um fácil entendimento de sua função.

A insuficiência da produção e do debate acadêmico a esse respeito é fruto da facilidade com que a entronização das atividades, rotinas e práticas geram “definições” institucionais distanciadas dos objetivos originais. Confundir atividades com objetivos, rotinas com normas orientadoras, práticas usuais (ou difundidas) com definições ou emergências com prioridades é, por mais absurdo que pareça, uma das práticas comuns na universidade (BOTOMÉ, 1996).

O resultado mais evidente desse processo é uma ampla e profunda descaracterização da Universidade Pública. Essa constatação, a nosso ver, soma-se ao entendimento de que a própria força da universidade, historicamente, tem sido decorrência da clareza conceitual e das práticas que realiza em relação às suas responsabilidades específicas enquanto instituição na sociedade.

Breves Traços da História da Extensão Universitária no Brasil

As universidades públicas estão institucionalizadas de maneira a reproduzir todos os traços da sociedade brasileira. Dessa forma, não sem razão, a primeira e significativa inflexão histórica da extensão universitária no Brasil ocorreu no primeiro ano da chamada “Revolução de 30”.

Como é amplamente sabido, o golpe de outubro fez com que o governo brasileiro passasse a exercer forte domínio não somente no âmbito da política econômica, como também no campo da política social, aspecto que também pode ser ilustrado através da política de educação do período. Não por acaso, a ideia de educação como função social e um serviço essencialmente do Estado concretiza-se no governo Vargas a partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos. Tal reforma, na verdade, é a reunião de seis decretos que se referem em grande parte ao ensino secundário e ao ensino superior com a criação do Estatuto das

Universidades Brasileiras².

As primeiras menções do termo extensão aparecem nesse Estatuto e já demonstram uma forte ligação com a ideia de relação com a sociedade. Várias universidades incorporaram a definição de extensão presente neste Decreto que ampliou a formulação inicial de extensão que havia sido assimilada no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Embora apresente inovações e mencione expressões como “benefício coletivo” e “vinculação íntima com a realidade”, o Decreto limita a efetivação da extensão à esfera da realização de cursos e conferências e parece induzir à compreensão de que a pesquisa e o ensino não precisam mudar.

Vemos, assim, que foi dentro de um governo ditatorial, com concepções elitistas, que se buscou, pela primeira vez na história brasileira (através da extensão), criar uma aproximação da universidade com a sociedade. Proximidade esta que não se efetivará nesta conjuntura e se perpetuará ao longo dos anos mantendo esse distanciamento. Após a ditadura Vargas, apesar de ter passado por alguns aperfeiçoamentos, a extensão universitária continuaria a ser alvo de críticas e questionamentos que evidenciariam os equívocos e as más formulações das funções sociais atribuídas a essa esfera.

No final da década de cinquenta, em consonância com a efervescência social e política que animava o país, a tônica da reforma universitária reapareceu. Neste contexto, questionamentos acerca da universidade, bem como propostas para mudar a própria estrutura da instituição, ganharam novas e ampliadas dimensões, que irão se estender até o início da década de sessenta³.

É importante ressaltar que, se por um lado as novas tendências do movimento universitário avançaram na construção de um debate mais crítico, com relação às questões mencionadas, por outro, no âmbito governamental, esse avanço não será incorporado. A Lei 4.024 de 1961 não deixou dúvidas sobre esse aspecto quando caracterizou a extensão como mera modalidade de curso, ignorando suas finalidades.

No ano de 1967, o Ato Institucional nº 2 cria e define o Departamento vinculado ao ensino e à pesquisa, onde a concepção de extensão do regime foi apresentada através do Decreto de Lei nº 252. Neste Decreto, evidencia-se o caráter complementar da extensão com relação ao ensino e a pesquisa, para atribuir a esses últimos o sentido de “utilidade social” que não possuem.

Pode-se dizer que durante os “anos de chumbo” impostos pela ditadura os equívocos com relação à extensão aprofundam-se, agravando ainda mais o quadro que caracterizava o ensino e a pesquisa no país. “Cabia à extensão fazer o que eles não faziam e, assim, poderiam continuar a ser o que eram” (BOTOMÉ, 1996, p.67): esferas descompromissadas com a realidade social. O regime militar deixou evidente, sobretudo,

² O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que institui o regime universitário no Brasil e se constitui no Estatuto das Universidades Brasileiras, reforçou a falta de diversificação de nosso ensino superior, ao mesmo tempo que aprofundou a velha concepção aristocrática de ensino. A Lei refletia, assim, uma das contradições de nossa vida política e social.

³ Ainda que as formulações a respeito da questão da extensão tenham atravessado três décadas reproduzindo equívocos e argumentos inconsistentes, podemos dizer que o debate acerca do modo como a universidade cumpriria seu papel social irá persistir até a ditadura militar, instaurada com o Golpe de Estado de 1964. A partir desse momento, o quadro de referência para esses debates e tendências sofrerá imensas restrições.

nos documentos que anunciaram a Reforma Universitária de 1968, que as instituições universitárias deviam intrometer-se nos problemas sociais em conformidade com a definição governamental, sem interferir ou ameaçar o interesse do regime.

Como é amplamente conhecido, a ditadura militar deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Se consideramos o debate em torno da extensão universitária no período político inaugurado logo após o término do regime militar, o que poderemos perceber é uma espécie de onda de desinteresse sobre o tema, que irá perdurar praticamente por toda a década de oitenta. O mesmo não ocorrerá nos anos noventa, dentre os inúmeros debates que envolveram as comunidades acadêmicas brasileiras nesse período, o da extensão universitária apareceu frequentemente como uma temática a ser aprofundada.

Não é casual que a efervescência dessa questão parece ter sido ainda mais ampliada após os primeiros apontamentos do Ministério da Educação de Fernando Henrique Cardoso, com relação à nova política universitária do país. Neste sentido, não seria exagero observar que a premissa para o reinício da discussão sobre extensão, na década de noventa, foi a guinada da universidade para a “mentalidade privatizante” que as reformas estruturais de cunho neoliberal, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado, promoveram.

A Extensão Universitária no Contexto Neoliberal

A avalanche neoliberal que o Brasil começou a assistir na última década do século XX demonstra que os problemas sociais aprofundados nesse quadro histórico que atravessamos não representaram apenas uma retórica, mas um processo com profundas raízes em nossa sociedade. O descaso com a realidade social brasileira, bem como a utilização privada das esferas públicas, faz parte da história de nossas instituições.

Entretanto, seria um equívoco ignorar que o neoliberalismo promoveu, e continua promovendo, estragos ainda mais sérios do que os já conhecidos. Alguns avanços conquistados no século passado, como o Estado de Bem-Estar, cujas configurações em nosso país sempre foram frágeis, são considerados “problemas”, sendo até apontadas como “causas” de muitos de nossos males. Melhor dizendo, as consequências de um modelo injusto e desigual, mesmo para padrões capitalistas, são confundidas com as causas pelo neoliberalismo. Assim sendo, tal como no econômico, a intervenção do Estado no social é vista como pouco “recomendável”, devendo ser substituída pela lógica do mercado.

Isto posto, é importante entender que as transformações sofridas pela educação superior no Brasil e nos demais países latino-americanos, com a efetivação da agenda política neoliberal, não ocorreram por “geração espontânea” nem por demanda de sua clientela, mas, sim, abarcadas por diversas orientações encontradas nos principais documentos dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, assim como na cartilha do Consenso de Washington.

Dentre as exigências destacam-se: a necessidade de que o Estado se desvencilhe

da manutenção da educação superior, deixando esta a cargo da iniciativa privada, se ocupando apenas da educação básica e média; a indicação para as instituições de ensino superior se organizarem e serem geridas como empresas econômicas; a importância das universidades públicas serem privatizadas ou diversificarem suas fontes de recursos (via cobrança de mensalidades, contratos de pesquisa com empresas, venda de serviços e consultorias, e doações de iniciativa privada) e a imposição do máximo de diferenciação institucional (universidades de pesquisa, de ensino, centros universitários, etc.), o que garantiria a competitividade e, conseqüentemente, o progresso desses domínios (DRUCKE; FILGUEIRAS, 1997).

Essas recomendações pretenderam ser válidas para todos os países, sem considerar as especificidades nacionais e de seus sistemas universitários. Entretanto, elas tiveram maior êxito especialmente nos países de periferia, devido a menor capacidade de resistência das respectivas sociedades civis, organizações científico-acadêmicas e instituições universitárias, além das conjunturas econômico-políticas vividas pelos diferentes países por ocasião da implantação dessa agenda política.

Cabe lembrar que as autoridades brasileiras iniciaram em 1995 o atual processo de reconfiguração da educação superior no país, dando centralidade ao conceito da educação como um serviço competitivo não exclusivo do Estado, de autonomia financeira das universidades, em lugar da autonomia de gestão financeira, de contratos de gestão, de público não estatal etc., que permearam as linhas tanto da legislação aprovada pelo parlamento quanto pelos decretos presidenciais e das portarias do Ministério da Educação⁴.

O ajuste promovido pelo neoliberalismo tornou o ensino superior um mercado promissor que despertou interesses empresariais. A lógica empresarial deu ao ensino superior do país uma nova cara, muito diferente das universidades e centros de excelência baseados no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Tendo como pressuposto a lógica do mercado, a instalação de um novo estabelecimento de ensino não se norteia mais pelo desenvolvimento nacional, mas pelas possibilidades de ser lucrativo ao seu dono. Conforme observou Carlos Lessa (1999, p. 23), a radicalidade da adoção do paradigma de mercado defendida pelo neoliberalismo “amesquinha a visão de Universidade, hipertrofia os argumentos utilitaristas e abre uma busca desesperada da mercadoria a ser produzida pela Universidade”.

O objetivo das iniciativas empresariais é oferecer um produto vendável para mais pessoas e com margens de lucro vantajosas, ainda que com baixa qualidade. Como numa fábrica de diplomas, o que conta no final é ter consumidores para o produto à venda: a educação. Desta forma, dois pontos não obrigatórios nas instituições de ensino superior, mas são muitas vezes deixados de lado: a pesquisa que se arrisca a tornar-se uma característica ínfima, para não dizer inexistente; e a extensão que pode acabar se tornando uma forma mascarada de arrecadação financeira. Ou seja, no momento atual, em que a universidade pública sofre as mais duras ameaças, o desenvolvimento da extensão universitária, enquanto possibilidade do compromisso da instituição com a transformação

⁴ Com relação ao processo de expansão do ensino superior no Brasil a partir dos anos 90, o que se verifica é a abertura indiscriminada de instituições particulares.

da realidade, perde espaço diante da voracidade da lógica mercadológica. A força desse paradigma inspira ações universitárias despreocupadas com uma fundamentação para além dos critérios do mercado.

Carlos Lessa (1999) acha importante ressaltar que a prestação de serviços à economia e à sociedade é um dos caminhos pelos quais a universidade estende sua presença para fora da instituição. Dessa forma, operando como um sistema de apoio aos serviços da sociedade e às empresas, a instituição apresenta-se, assimila e transporta para o ensino, a pesquisa e a extensão as características do contexto em que está inserida.

Entretanto, essa prestação de serviços conduz a universidade ao risco fronteiro de se converter em uma macroconsultoria. Para tanto, basta assumir o critério de mercado e entender tal via como um caminho complementar de financiamento do ensino superior. No Brasil, “o risco é crescente em razão da dramática escassez de financiamento público, o que desvia a universidade em direção à venda mercantil de serviços” (LESSA, 1999, p. 24). Em outras palavras, submetida à lógica do mercado, ou ao discriminatório da conjuntura política, a universidade enfraquece-se.

A questão central que esse debate deve encarar é que não se conquistam direitos pelo mero acesso ao “mercado”, e sim através de políticas públicas universais e igualitárias. Nesta perspectiva, entendemos que a extensão universitária, principalmente das Universidades Públicas, tem hoje como desafio central “a defesa das Políticas Públicas, participando na formulação, acompanhamento e avaliação dessas Políticas em todos os âmbitos da federação e setores de atuação, especialmente aqueles relacionados à garantia dos direitos” (SOARES, 2007, p.2). Conforme observou Laura Tavares Soares “não podemos transformar a Extensão em programas *pobres* para *pobres* (*a la* “responsabilidade social” das empresas, apenas para aplacar a “má consciência” a respeito do seu papel social)” (idem).

Ainda segundo Soares, no debate dito “moderno”, que vem se constituindo uma espécie de “novo consenso”, prega-se a “autosustentabilidade” e o “empreendedorismo” como um modo de afirmar que depender do Estado é algo “negativo”. Não por acaso, um dos maiores pilares da “desresponsabilização” do Estado na garantia dos direitos é sem dúvida o empreendedorismo. Esta figura de destaque na extensão universitária da atualidade tem como pressuposto que o pequeno negócio, sobretudo viabilizado pelo microcrédito, eleva a autoestima, desenvolve responsabilidade individual, inclui no universo da liberdade que é o mercado. Essa é a negação da verdadeira essência da extensão. Essa estratégia de enfrentamento da questão social é vista quase como uma decorrência natural das transformações em curso na realidade. Com isso se afirmam vitoriosas as teses neoliberais.

Essas idéias, segundo Soares, reforçam – de maneira perigosa, irresponsável e hipócrita – a ideologia (neo)liberal de que “pessoas e comunidades” são as responsáveis pela resolução dos seus próprios problemas, tratando a intervenção do Estado como algo “paternalista”, elas legitimam o declínio da esfera pública.

Apesar de todas as armadilhas que o empreendedorismo engendra fora e dentro da extensão universitária, não são poucos aqueles que acriticamente resumiram a extensão ao mesmo. Talvez pela naturalização do consenso da soberania do mercado frente à

universidade.

Atualmente, a história da extensão universitária no país se repete nos limites e dificuldades que ainda apresenta, sendo que muitos desses limites foram agravados, sobretudo quando o termo extensão é utilizado para sublinhar a formação de empreendedores e o oferecimento de cursos ministrados em universidades públicas. Só que hoje esses cursos são, em sua maioria, pagos⁵. Uma coisa é clara: o tema da extensão e seu significado nas universidades brasileiras continua sendo de suma importância dentro dessa longa batalha, agravada pelas políticas de cunho neoliberal, para aproximar os objetivos das universidades públicas aos interesses revelados pela problemática social.

Considerações Finais

Conforme observou Marilena Chauí, “o neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade histórica nem muito menos o fim da história” (CHAUÍ, 1999, p. 512). Entretanto, observa a filósofa, é ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, “algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas” (idem). Por isso, não podemos ignorar a tragédia da educação brasileira sob os efeitos do projeto neoliberal que, no caso da universidade, implantou-se sem disfarces pelo prisma das relações de mercado, dando como óbvio que essa lógica é a solução para os problemas educacionais.

Por mais distintas que sejam as experiências e realidades de nossas universidades, a discussão sobre a importância da extensão universitária foi historicamente impulsionada por um aspecto comum a todas: o da percepção de que a universidade caminhava distanciada da realidade social do país. Em outras palavras, a extensão se construiu e se desenvolveu como atividade universitária em conexão com o reconhecimento de que ensino e pesquisa não respondiam aos interesses de tal realidade; ela poderia reduzir esse distanciamento.

Se cairmos nas armadilhas contemporâneas que assolam a extensão estaremos impedindo que ela possa assumir um papel transformador, sobretudo da dura realidade de parcelas ainda majoritárias de jovens brasileiros que não têm acesso ao ensino superior e tampouco têm garantidos seus direitos mais essenciais.

⁵ Como observou Diogo Moysés, “na realidade, tais cursos são destinados a incrementar as verbas deficitárias das universidades e, ainda, uma forma nada transparente de aumentar a folha de pagamento de alguns docentes” (Moysés, 2001, p.12). Além deste aspecto, diz o autor, temos que atentar para o fato de que esses cursos, ao serem pagos, contradizem na essência uma possível intenção de socializar o conhecimento produzido na universidade.

REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária, Petrópolis / São Carlos/ Caxias do Sul, Vozes/ EDUFSCar/ EDUCS, 1996. 248p.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes, 1999. 335p. p.27-51

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. O projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a privatização das universidades federais. Plural, São Paulo, FFLCH-Sociologia/USP, v.6, n.9, 1.sem. de 1997. p.15-27,

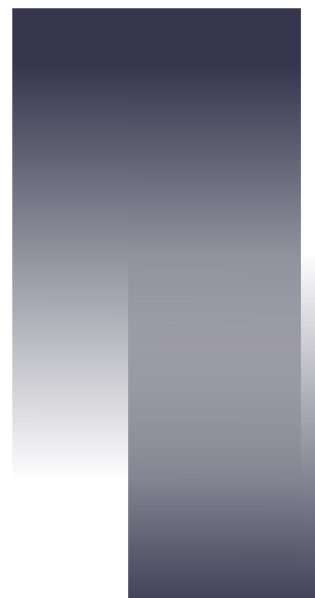
FREIRE, Silene. Extensão Universitária e Direitos Humanos: desafios na contemporaneidade. Revista Extensão em Foco, n.2. Pós-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, 2008. p.33-42.

FREIRE, Silene de Moraes, MOURA, Tássya. SETÚBAL, Mariana de Oliveira. Direitos Humanos e Extensão Universitária: uma relação necessária. Revista Interagir.DEPEXT/UERJ/UFF, 2005, p.39-45.

LESSA, Carlos. A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro. Dados, Rio de Janeiro, v.42 n.1 p.23-64,1999.

MOYSÉS, Diogo. Nas discussões sobre extensão universitária, ainda não se fez o mais importante: diagnosticar a origem do debate. São Paulo. Editora Casa Amarela, novembro de 2001. p.12-14. Caros Amigos Especial, n.9.

SOARES, Laura Tavares. Prefácio: Direitos humanos políticas públicas e extensão universitária. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). Direitos humanos, violência e pobreza na América Latina contemporânea, RJ, Letra e Imagem, 2007 230 p.9-12.



RESULTADOS OBTENIDOS CON LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA DISEÑADO EN LA UNIVERSIDAD LA LAS TUNAS

LAS TUNAS - CUBA

Dagneris Batista de los Ríos¹

RESUMEN

En el constante perfeccionamiento de la Educación Superior cubana, el desarrollo de la extensión universitaria ha determinado un redimensionamiento de su contenido, concretándose su esencia en la promoción de la cultura en su expresión más amplia, que se desarrolla en la comunidad universitaria y en su interacción con la sociedad. La Universalización de la Educación Superior manifiesta la concreción del ideal extensionista en la Nueva Universidad donde la integración es esencial y la vía más propicia para revelar las necesidades socioculturales más sentidas del entorno y contribuir a transformarlas. El Programa Nacional de Extensión Universitaria se desarrolla a partir de estas transformaciones conceptuales para dar respuesta a las nuevas exigencias de la sociedad, el Centro Universitario de Las Tunas comienza a instrumentarlo en el curso escolar 2004-2005. En función de este programa, la Dirección de Extensión Universitaria diseñó e implementó su propio programa, teniendo en cuenta los resultados de la caracterización sociocultural del Centro y las SUM, determinando las debilidades y fortalezas en el proceso. En un período de 3 cursos la Universidad tunera ha multiplicado los resultados en la extensión universitaria. Los resultados expuestos en este trabajo evidencian como se ha contribuido al cumplimiento de los objetivos propuestos por la dirección del MES, en aras de convertir la universidad en una verdadera institución de promoción cultural por excelencia, contribuyendo a la formación profesional e integral de la comunidad universitaria y a su vez a la transformación sociocultural del territorio tunero.

Palabras claves: Extensión Universitaria, programa, transformación sociocultural.

¹ Doutora. Directora de Extensión Universitaria. dagnerisbr@ult.edu.cu

Introducción

La Universidad Cubana se desarrolla en el marco teórico- metodológico del Modelo Cubano de Universidad Científico-Tecnológica y Humanística, que en síntesis es una universidad comprometida con la patria, que contribuye a defender, conservar, acrecentar y difundir los valores propios, fortaleciendo la cultura e identidad nacionales; vinculada a los sectores productivos y de servicios, forjadora de profesionales integrales y comprometidos con su pueblo, que posean los conocimientos, habilidades y valores para dar solución a los problemas que se presentan en su esfera de actuación, con alta capacidad científica investigativa y ética.

En este contexto, es preciso determinar la posición estratégica de la Educación Superior en la Sociedad Contemporánea. El primer aspecto apunta directamente a las relaciones entre la universidad y la sociedad. La extensión universitaria es particularmente: “... *la forma de vinculación entre la teoría y la práctica...*” (González, 2003) La práctica social, se entiende como la parte esencial de la formación universitaria, como factor de elevación de los niveles académicos, en tal sentido, para que esta vinculación se concrete, la universidad debe establecer canales de comunicación que le permita perfeccionar su relación con la sociedad, aspecto que resulta significativo en la propia universidad, en la dirección planteada puede resultar beneficioso el desarrollo de acciones dirigidas a mejorar los niveles de realización cultural del propio centro.

La universidad es una institución cultural que tiene una marcada responsabilidad con la sociedad, que se concreta en actuar por el mejoramiento económico, político, social y cultural logrando el impacto y pertinencia en el territorio. Su actividad no está limitada solamente al desarrollo de sus procesos de docencia e investigación, sino que también precisa desarrollar el proceso de extensión para dar cumplimiento a su encargo social, promoviendo la elevación del nivel cultural a partir de la participación del hombre como agente activo de su propio desarrollo.

La extensión universitaria como función sustantiva de la universidad, es el soporte sobre el cual se establece la relación con la sociedad y la comunidad en particular. En el ámbito cultural, en su sentido estrecho, esta relación de la universidad con su entorno se establece a través de programas de difusión cultural dirigidos a la sociedad, mediante los cuales se difunden obras de creación artística, que tienen que ver con las diversas manifestaciones del arte, la plástica, el teatro, danza, música y la literatura. Asimismo, se desarrolla trabajo sociocultural como forma de difundir la cultura, la ciencia y la tecnología en la comunidad universitaria y en otras comunidades del territorio, publicaciones sobre investigaciones en las diferentes áreas científicas y académicas que conforman la vida de la institución. A medida que los procesos sociales se hacen más complejos, los proyectos socioculturales requieren tanto en su concepción como en su ejecución un mayor nivel de preparación teórica y práctica para que objetivamente el trabajo sociocultural tenga el impacto que es necesario en la transformación de las comunidades.

Antecedentes históricos de la Universidad de Las Tunas.

La misión de la Educación Superior cubana es la de preservar, desarrollar y promover la cultura de la humanidad, en plena integración con la sociedad. Llegar con ella a todo el pueblo, con pertinencia y calidad, contribuyendo al desarrollo sostenible.

Cumplir con esta misión desde la extensión universitaria significa asumirla como un proceso que tiene como objetivo promover la cultura en la comunidad intra y extra universitaria para contribuir a su desarrollo integral, mediante la participación en las manifestaciones culturales y deportivas; la docencia artística, los proyectos comunitarios, el quehacer de las cátedras honoríficas y en las tareas sociales que realiza la universidad en su entorno.

En Las Tunas los primeros intentos por iniciar los estudios superiores datan de 1971, con la creación de un cuerpo introductorio dirigido por la Universidad de Oriente, se crea la Unidad Docente en 1974, por Resolución del Ministro de Educación, la que se convierte en Filial Universitaria en 1976 y pasa a ser dirigida por el Centro Universitario de Holguín. En 1992, se convierte en Facultad Independiente y en el año 1995 se aprueba como Centro Universitario.

Esas transformaciones ocurridas en el territorio influyen de manera favorable en el desarrollo sociocultural, no obstante la dinámica del trabajo de la Educación Superior en Cuba exige de nuevas metas y nuevos proyectos que se adecuen a las transformaciones ocurridas en la vida del territorio tunero con la implementación de la universalización, generadora de nuevos conceptos, de nuevas tareas, de nuevas formas de hacer, lo que no puede ser olvidado cuando del trabajo en pos de una cultura general integral se trata.

Al Centro Universitario de Las Tunas corresponde ser la institución que identifique y satisfaga los anhelos y objetivos de la sociedad tunera, por lo que su influencia es crucial en todos los campos del saber, pretendiendo conformar una cultura general integral en el hombre, a la vez que contribuya a perfeccionar todos los órdenes de la vida social, para lo cual ha de fortalecerse internamente.

La especificidad del trabajo sociocultural imprescindible a desarrollar en el Centro Universitario de Las Tunas se define como aquel, que, considere a la cotidianidad como el espacio en el que los actores sociales de forma consciente participan en su desarrollo sociocultural (Macías, 2004). El objetivo de este trabajo sociocultural ha sido entonces incorporar de forma consciente a la práctica sociocultural, los miembros de la comunidad universitaria y su entorno en función de su crecimiento sociocultural, en un movimiento permanente de concientización y participación.

El Centro Universitario de Las Tunas se estructura básicamente de la siguiente forma: 4 facultades, 12 carreras, 8 sedes universitarias municipales y 1 sede universitaria en el Centro Penitenciario. El centro ha ido creciendo con la Universalización y con la apertura de nuevas carreras en este último período.

El siguiente trabajo recoge el período a partir del curso escolar 2003-2004 en que se comienza a aplicar en el Centro el Programa Nacional de Extensión Universitaria hasta nuestros días.

Una de las principales debilidades para enfrentar este proceso en el Centro al inicio de este período lo era sin dudas la estructura para el trabajo extensionista. Contábamos solamente con un departamento de Extensión Universitaria, un Departamento de Cultura Física y Deporte, una Dirección de Residencia Estudiantil bastante deprimida y carente de una plantilla para ejecutar la labor educativa requerida, 4 Vicedecanos Docentes de las facultades, 8 Subdirectores Docentes de las Sedes Universitarias Municipales.

Caracterización sociocultural de la extensión Universitaria en el Centro Universitario

La primera tarea realizada fue la caracterización sociocultural de la Extensión Universitaria desde la sede central hasta las sedes universitarias. Para este proceso se seleccionó como coordinadora la Carrera de Estudios Socioculturales teniendo en cuenta la misión y el papel que juega esta carrera en la transformación sociocultural de la institución. Un equipo de trabajo conformado además por profesores del departamento de Extensión, y profesores seleccionados de algunas carreras con experiencias y resultados en la labor extensionista tuvo como objetivo determinar las principales debilidades, amenazas, fortalezas y oportunidades de la extensión universitaria.

La caracterización mereció una investigación tutorada por la Dr.C. Rafaela Macías Reyes, profesora titular de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanísticas del Centro, en la que fue precisa la realización de un diagnóstico de situación que resultó de gran importancia para conocer profundamente los elementos que limitaban el desarrollo de la Extensión Universitaria en el Centro.

El diagnóstico permitió analizar la realidad, considerarla en su totalidad o algunos aspectos significativos de ella, con el fin de descubrir posibles soluciones o tomar decisiones sobre las distintas alternativas que se presentaron. Se requirió ser precisos, oportunos y tener un objetivo claro donde se recogieran dos actividades específicas: la información y la reflexión. El diagnóstico de situación ofreció un conjunto de informaciones encaminadas a visualizar el desenvolvimiento de las relaciones sociales y culturales de Extensión Universitaria, que permitieron proponer alternativas para la transformación sociocultural de esta.

Anterior a esta investigación había sido desarrollada una tesina de la Lic. Leonor del Carmen Leyva Vidal “Caracterización Sociocultural de la Comunidad Estudiantil del Centro Universitario, que caracterizaba la comunidad estudiantil universitaria de la sede central a partir de los ejes metodológicos esenciales como necesidades básicas y memoria histórica para determinar sus limitaciones en la participación de las acciones

socioculturales. Esta investigación había arrojado un mayor conocimiento de la misma y sus potencialidades.

El problema científico resuelto a través de la investigación fue la caracterización a partir de las relaciones, funciones y peculiaridades que la distinguen como eslabón del quehacer sociocultural en el territorio, así como las limitaciones en el trabajo sociocultural del Centro Universitario reflejado en la poca variedad de opciones culturales, problemas de educación formal, en las relaciones interpersonales, en el disfrute de las manifestaciones culturales y en la participación de la comunidad universitaria en la vida cultural, lo que afecta el logro de niveles más altos en la cultura general integral de la misma.

La importancia de este trabajo científico contribuyó a determinar el papel que debía jugar la extensión universitaria en la elevación del nivel cultural de la comunidad del Centro Universitario tunero hasta las sedes universitarias municipales después de lograda la ejecución eficaz de su misión, teniendo en cuenta su objetivo a desarrollar una cultura integral de los estudiantes, preservando, desarrollando, promoviendo y difundiendo la cultura.

El Programa de Desarrollo de la Extensión Universitaria en la Educación Superior define “La extensión Universitaria constituye el conjunto de acciones que realiza el centro de educación superior dentro o fuera de sus instalaciones, dirigidas a sus estudiantes y trabajadores y a la población en general” (González, 2003). Esclarecedora y estratégica resulta esta definición al orientar el trabajo hacia los intereses de la comunidad universitaria llevando sus proyecciones a las expresiones más completas incluyendo a la población en general dentro del campo de acción de la universidad.

El trabajo realizado tuvo como objetivo general el establecimiento de un proyecto de transformación sociocultural inicialmente en la sede central encaminado a la participación de la comunidad universitaria en su desarrollo cultural, sobre la base de un estudio de la realidad universitaria y posteriormente su sistematización en las sedes universitarias municipales, además de la orientación y organización de un sistema de trabajo para la orientación, asesoría, control y evaluación de los procesos extensionistas.

La metodología aplicada fue la complementariedad metodológica, posición que implica la interrelación de las perspectivas metodológicas cuantitativa y cualitativa, lo que se expresa en los métodos de observación, investigación acción participación, métodos estadísticos y las técnicas como la encuesta por cuestionario, la entrevista enfocada, en profundidad y las técnicas de los diez deseos, así como los talleres de reflexión.

Estrategia para la labor extensionista a partir de la instrumentación del Programa de Desarrollo de la Extensión Universitaria.

El Programa de Extensión Universitaria para la Educación Superior Cubana es un

instrumento para la gestión del proceso extensionista en las universidades, las que desde las condiciones y realidades específicas sobre las que actúan, en particular hoy donde su presencia en los municipios se dinamiza, dispondrán del punto de partida para la formulación de sus propios programas y proyectos en correspondencia con la planeación estratégica.

Su objetivo estratégico responde a desarrollar la extensión universitaria, transformándola a partir de asumirla como un proceso orientado a la labor educativa, que promueva y eleve la cultura general integral de la comunidad universitaria y su entorno social.

El Programa manifiesta 10 lineamientos generales que definen las proyecciones para el trabajo extensionista (González, 2003):

1. Dimensión extensionista del enfoque integral para la labor educativa y político-ideológica.
2. La extensión desde las formas organizativas del proceso docente.
3. Superación cultural de los profesionales universitarios y de la población.
4. Resultados de la ciencia y la innovación tecnológica.
5. Actividades extracurriculares para el desarrollo cultural integral de los estudiantes.
6. Creación y consolidación de las instituciones culturales universitarias
7. Desarrollo sociocultural comunitario.
8. Comunicación social, difusión y divulgación.
9. Investigación científica en la extensión universitaria.
10. Desarrollo de los recursos humanos para la labor extensionista

Teniendo en cuenta estas proyecciones y las formas organizativas de la extensión universitaria en el trabajo sociocultural de la universidad asumidas como: Programas, proyectos, actividades, acciones y tareas extensionistas, se elaboró el Programa de Extensión Universitaria del Centro Universitario Vladimir Ilich Lenin.

La Estrategia para la labor extensionista en el Centro se definió a partir de los siguientes objetivos:

- Aprobar el Programa de Extensión Universitaria del Centro. (Septiembre de 2004).
- Instrumentar un sistema de trabajo para la orientación, asesoría, control y evaluación del proceso de extensión universitaria desde el Departamento hacia las estructuras y niveles de dirección de la universidad.
- Elaborar y ejecutar el plan de capacitación a la comunidad universitaria sobre los nuevos conceptos de la extensión universitaria y el Programa Nacional.
- Instrumentar el sistema para la evaluación sistemática de los resultados y aprobar el ordenamiento de las facultades y Sedes universitarias semestralmente.
- Elaborar un documento normativo metodológico con todas las estrategias, y

programas que tributan a la extensión universitaria y orientados por la Dirección de Extensión del Ministerio.(Programas Nacionales de prevención, promoción, y calidad de vida, Estrategias para el desarrollo del Movimiento de Artistas Aficionados y el Movimiento deportivo de la FEU, Cátedras Honoríficas, Cátedras Universitarias del Adulto Mayor, y proyectos socioculturales o comunitarios)

- Lograr, en un plazo de 2 cursos y a partir del cumplimiento de la Estrategia, el reconocimiento de organismos e instituciones a nivel municipal y provincial al impacto de la actividad extensionista del Centro en el territorio.
- Obtener la evaluación de Excelente en el Objetivo de Extensión Universitaria a nivel de Ministerio.

Principales resultados obtenidos a partir de la aplicación del Programa de Extensión Universitaria en el Centro.

Se han obtenido resultados relevantes en el trabajo extensionista a todos los niveles. Las Sedes Universitarias han jugado un papel decisivo en los resultados avalados por el impacto y pertinencia que ha logrado el Centro en materia extensionista en el territorio.

La propia búsqueda de soluciones para lograr una calidad y un impacto en la labor de la extensión universitaria en el Centro constituye una experiencia novedosa teniendo en cuenta la metodología aplicada para cada caso y la capacidad para haber logrado involucrar en este proceso a toda la comunidad universitaria de la sede central y las sedes universitarias, profesores adjuntos, profesores a tiempo parcial, directivos y trabajadores de empresas, instituciones culturales, deportivas, científicas y sociales, cuadros de dirección y dirigentes de los diferentes organismos y organizaciones políticas y de masas a los niveles de municipio y provincias, en fin a toda la población.

Principales resultados obtenidos:

- Elaboración de materiales para la preparación metodológica de profesores, cuadros de dirección y dirigentes de la FEU para el desarrollo de la extensión universitaria.
- El Centro se ha consolidado como sede y/o subse de eventos territoriales, nacionales e internacionales que se han desarrollado en la provincia.
- Evento Internacional de Magia Ánfora (en 5 ediciones).
- Feria Internacional del Libro (en 5 ediciones).
- Jornada Cucalambiana y Evento Internacional de la Décima (en más de 10 ediciones).
- Festival Cinemazul (en 5 ediciones).
- Elaboración, ejecución y aprobación de 17 proyectos socioculturales con componente investigativo en todos los municipios.
- Más de 120 personalidades de la cultura, la política, el deporte y la comunidad

científica han intercambiado con estudiantes y trabajadores del Centro Universitario en la sede central y las Sedes universitarias.

- 34 Proyectos Investigación-Desarrollo del Centro instrumentan acciones extensionistas en toda la provincia.
- Más de 155 avales de instituciones, personalidades y organismos acreditando el impacto de los proyectos socioculturales en las comunidades.
- Integración del centro y las SUM con más de 105 organismos e instituciones socioculturales, deportivas y científicas para el desempeño de la extensión universitaria, materializados a través de Convenios.
- Alto número de Premios FORUM a nivel municipal y provincial a trabajos científicos con resultados que se concretan en la extensión universitaria.
- Resultados relevantes en Festivales Nacionales de Artistas Aficionados de la FEU.
- La Cátedra Martiana alcanza resultados destacados y se logra un reconocimiento a nivel nacional de la Sociedad Cultural José Martí y a nivel internacional, a los resultados alcanzados en la promoción cultural, la actividad extensionista, la investigación, las publicaciones y la superación.
- El Centro alcanza un reconocimiento del CITMA a nivel provincial por los resultados que se consolidan en la estrategia de Medio Ambiente.
- La Cátedra de Adulto Mayor alcanza resultados satisfactorios, ha participado en todos los eventos convocados a nivel territorial y nacional. Varios miembros de la CUAM han sido acreedores de distinciones otorgadas a nivel provincial y nacional.
- Se obtienen resultados concretos en la estrategia de Comunicación y Divulgación. Se logra que la Universidad esté presente en más de 100 espacios de los medios de comunicación del territorio ilustrándose su quehacer.
- La Radio Universitaria en la sede central que se ha hecho merecedora de 6 premios en los Festivales Nacionales de la Radio Universitaria.
- Las 12 carreras tienen definido su Día de la Carrera momento para la realización de actividades extensionistas vinculadas a la cultura de la profesión.
- Se han realizado 4 ferias culturales de Agrodiversidad en la provincia.
- La Residencia Estudiantil mantiene su condición de Beca Universitaria, se fortalece la labor educativa a partir de la nueva estructura aprobada. Los instructores educativos obtienen evaluación de Bien por sus estudiantes.
- Se formaron más de 150 promotores de salud, a partir de los cursos de promotores derivados de la estrategia de prevención del SIDA y el consumo de drogas.
- El Centro coordina el Consejo Provincial de Extensión Universitaria que ha ejecutado acciones importantes con excelentes resultados.
- Se consolidan los Consejos Municipales de Extensión Universitaria con reconocimiento por parte de la dirección de los territorios.
- Los resultados en el Objetivo han tributado directamente al desarrollo de otros procesos sustantivos de la Universidad, como es el caso directamente de Ciencia

y Técnica.

- Se han presentado más de 70 trabajos en eventos provinciales, nacionales e internacionales que tributan a los Programas Nacionales.
- El Programa Nacional de Prevención de VIH/SIDA del centro está reconocido por la dirección del MES, como uno de los mejores del país.
- El centro obtiene el Premio Esperanza
- Se ha obtenido por 2 años consecutivos la evaluación de excelente en el objetivo de Extensión Universitaria.

Conclusiones

Las conclusiones de este trabajo no constituyen más que los resultados de la aplicación del Programa de Extensión Universitaria en el Centro Universitario de Las Tunas, que no hubieran sido posibles sino se hubiera reconocido ante todo el papel activo que juega cada miembro de la comunidad universitaria en la transformación sociocultural de la vida universitaria.

- El Programa de Extensión Universitaria ha permitido orientar hacia la proyección de una estrategia sin precedentes en la extensión universitaria en el Centro Universitario de Las Tunas dando respuesta a las necesidades socioculturales de la comunidad universitaria y su entorno a partir de los lineamientos planteados por el Programa Nacional.
- Los resultados obtenidos en el período de 3 cursos escolares evidencian las experiencias del trabajo extensionista en la sede central y las sedes universitarias a partir de asumir la extensión como un proceso intrínseco a la vida universitaria.
- La universalización ha constituido un proceso extensionista por excelencia que en el Centro ha jugado un papel protagónico en la obtención de los resultados que acreditan la evaluación de Excelente en el objetivo de Extensión Universitaria en el curso 2006-2007 y 2007-2008.
- El Centro Universitario alcanza un alto impacto en el territorio en la extensión universitaria. Los reconocimientos y avales a distintos niveles y por diversos organismos e instituciones avalan los resultados del trabajo.

Los resultados acumulados comprometen a la proyección de estrategias en busca de resultados superiores a la altura de las necesidades cada vez más crecientes de nuestra sociedad, de alcanzar una verdadera cultura integral en la comunidad universitaria y en la población, convirtiéndose la universidad en una institución cultural por excelencia que contribuye a la transformación sociocultural y profesional del territorio tunero.

BIBLIOGRAFÍA

BENDICHO LÓPEZ, M. Una propuesta para el perfeccionamiento de la evaluación institucional de la gestión del proceso de extensión universitaria en Cuba. Tesis presentada en opción al título académico de Master en Desarrollo Cultural. Instituto Superior de Arte. La Habana. Cuba, 2002.

CARACTERIZACIÓN sociocultural de la Extensión Universitaria en el Centro Universitario Vladimir Ilich Lenin. Trabajo de curso de estudiantes de la carrera de Estudios Socioculturales, Biblioteca Universitaria, CULT, Las Tunas, Cuba, 2004.

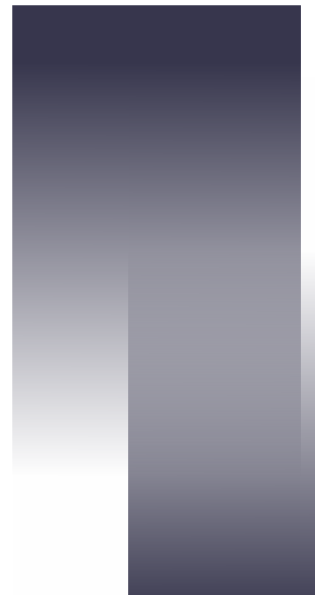
MACÍAS, R. Proyecto de transformación sociocultural para la comunidad del Centro Universitario de Las Tunas: "Universitas". CULT, Las Tunas, Cuba. 2004.

PROGRAMA Nacional de Extensión Universitaria. Ministerio de Educación Superior, La Habana, Cuba, 2004.

GONZÁLEZ, G. R. Un modelo de extensión universitaria para la extensión universitaria. Su aplicación a la Cultura Física y el Deporte. Tesis en opción al grado científico de Doctor en Ciencias Pedagógicas. Instituto Superior de Cultura Física "Manuel Fajardo". La Habana, Cuba, 1996.

INFORME de evaluación institucional Centro Universitario Vladimir Ilich Lenin. (A partir de Junio 05) Las Tunas, Cuba.

LEYVA, L. Caracterización sociocultural de la comunidad estudiantil del Centro Universitario Vladimir Ilich Lenin. Las Tunas, Cuba, 2003.



A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA NO PROJETO RONDON: PROMOÇÃO DA SAÚDE, CIDADANIA E CULTURA NO INTERIOR DO ESTADO DE GOIAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA TAKES PART IN RONDON PROJECT PROMOTING HEALTH, CITIZENSHIP AND HEALTH IN THE STATE OF GOIAS

Lilian Maria Pinheiro dos Santos¹

Milene Zanoni da Silva Vosgerau²

Geronimo Pimentel Portugal³

Dayane Alflen Blum³

Cristina Padilha³

Melina Luzia Gunha³

Luiz Fernando Taques Fonseca Buzato³

Polyana Orlonski³

UEPG - PR

RESUMO

Relato da participação e atuação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no Projeto Rondon na cidade de Mimoso de Goiás, GO. O Projeto Rondon é uma ação coordenada pelo Ministério da Defesa e Ministério da Educação. A UEPG participou deste projeto visando a promoção da saúde, da cidadania e cultura. A aplicação do Método da Estimativa Rápida permitiu o diálogo com a comunidade e detecção dos problemas enfrentados, possibilitando o desenvolvendo das ações de acordo com a expectativa da população local, tais como: Oficinas de Arte, Meio-Ambiente e Saúde, Cinema Popular e realização de um Casamento Coletivo. O Projeto Rondon fez emergir nos acadêmicos e professores o sentimento de civismo e comprometimento com a mudança da realidade do país. Suas atividades contribuíram no processo de empoderamento da comunidade atendida, estimulando está a construir um panorama mais favorável para o seu desenvolvimento econômico, político e social.

Palavras-Chave: Relações Comunidade-Instituição. Cidadania. Projeto Rondon, UEPG.

ABSTRACT

This report outlines the participation and the actions carried out by Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) at Projeto Rondon in Mimoso de Goiás, Goiás. Projeto Rondon is a project conducted by Defence Ministry and Education Ministry. UEPG took part in this project in order to promote health, citizenship and culture. The use of Rapid Estimation Method provided opportunity to talk with local people about their problems. It also enabled to develop actions in consonance with their own expectations through workshops on Art, Environment, Health, Popular Movies as well as holding a Collective Civil Wedding. Projeto Rondon roused civism awareness of students and teachers as well commitment with changes in Brazil. The activities contributed to strengthen the community and to stimulate them to build new scenery for economical, political and social development.

Keywords: Community-Institutional Relations. Citizenship. Projeto Rondon, UEPG.

¹ Professora do Departamento de Enfermagem e Saúde Pública UEPG. lil.p.s@hotmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva UFPR. milenezanoni@gmail.com

³ Acadêmicos da UEPG, participantes do Projeto Rondon Operação 2009.

Introdução

O Projeto Rondon é uma ação de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa e conta com a colaboração da Secretaria de Educação Superior. O Projeto é baseado em atividades voluntárias de universitários e busca aproximá-los da realidade do País e contribuir para o desenvolvimento de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

O Projeto Rondon recebeu este nome para homenagear Marechal Cândido da Silva Rondon, um visionário e incansável defensor dos povos indígenas do Brasil. Rondon também dirigiu a construção de linhas telegráficas do centro ao norte do país e ao longo do seu trabalho fez levantamentos cartográficos, topográficos, zoológicos, botânicos, etnográficos e lingüísticos da região percorrida.

Após um longo período de inatividade, no ano de 2003 a União Nacional dos Estudantes (UNE) encaminhou ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva propostas para a reativação do Projeto Rondon. Para viabilizar a proposta apresentada, foi criado em março de 2004 um Grupo de Trabalho Interministerial, que estabeleceu as diretrizes e objetivos do projeto e definiu a sistemática de trabalho a ser adotada na sua execução. Assim, o Projeto Rondon retorna com uma dinâmica diferente da estabelecida no passado: o intuito agora é contribuir no desenvolvimento e na autonomia das comunidades, baseando-se principalmente na capacitação dos recursos humanos da região.

Neste contexto, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em setembro de 2008, elaborou uma proposta para participar da Operação Centro-Norte. O conjunto de ações propostas contemplava: cultura, educação, saúde, direitos humanos e justiça. Esta foi avaliada e aprovada pelo Ministério da Defesa em outubro de 2008, sendo direcionada para Mimoso de Goiás-GO. Logo iniciou-se toda a preparação para a viagem e para as atividades a serem realizadas.

Esse artigo visa relatar a experiência e atuação da equipe da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) na Operação Centro-Norte do Projeto Rondon.

A UEPG no Projeto Rondon: A preparação para uma jornada no Estado de Goiás

O Estado de Goiás se formou em advento da descoberta de jazidas de ouro, e atualmente se destaca no cenário econômico como grande produtor de soja. É lembrado pela cultura de bovinos e pelas belezas naturais do Cerrado brasileiro. Em contraste a toda esta riqueza, Goiás ainda abriga muitas cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), fazendo-se pertinente a formulação de estratégias vindas da mobilização popular para alcançar melhores condições de vida.

Baseada nisso, a proposta de trabalho idealizada pela UEPG para o Estado de Goiás visou construir ações coletivas de promoção da saúde e da cidadania à população local; e em contrapartida, possibilitar aos acadêmicos envolvidos um intenso programa de extensão universitária, baseado na interdisciplinaridade e na socialização de novos conhecimentos.

Assim que a proposta de trabalho foi aprovada pela Comissão Organizadora da Operação Centro - Norte, iniciou-se a fase de preparação das ações e a seleção dos acadêmicos para compor a equipe da UEPG no Projeto Rondon.

O expressivo número de estudantes dispostos a integrar a equipe da UEPG no projeto demonstrou a preocupação e o interesse da comunidade acadêmica em colaborar no processo de melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Foram recebidas e analisadas as intenções de participação de sessenta e

quatro acadêmicos, distribuídos entre os cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Farmácia, Serviço Social, Biologia, Geografia, Jornalismo, Turismo e Artes Visuais. Dessa forma, foi necessária a realização de um processo seletivo, pois apenas seis acadêmicos poderiam compor o grupo que iria trabalhar no Estado de Goiás.

A seleção destes se deu através de análise de currículo e entrevista. Obtiveram êxito nesse processo os seguintes acadêmicos que também são autores deste artigo: Dayane Alflen Blum (Serviço Social), Polyana Orlonski (Jornalismo), Gerônimo Pimentel Portugal (Enfermagem), Luiz Fernando Taques Fonseca Buzato (Direito), Cristina Padilha (Artes Visuais) e Melina Luzia Gunha (Licenciatura em Biologia). Estava então formada a amistosa equipe que iria atuar e representar a UEPG no Projeto Rondon, Operação Centro – Norte 2009.

A preparação das ações que seriam realizadas na cidade de Mimoso do Goiás desenvolveu-se através de encontros e palestras preparatórias nas dependências da PROEX e do Campus Central. Os encontros se realizaram em sua grande parte durante as férias acadêmicas, exigindo do grupo disciplina e comprometimento. À medida em que se aproximava a data da viagem, o clima de expectativa aumentava, pois por mais que se tivessem informações qualificadas sobre o Projeto Rondon e da cidade de atuação, ninguém poderia prever exatamente como tudo aconteceria.

No dia 23 de Janeiro de 2009 ocorreu o deslocamento da equipe até o Aeroporto Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais - PR, local onde se deu o encontro com os demais *rondonistas* vindos de outras cidades do Paraná e dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim foi possível, já antes do embarque, troca de experiências e expectativas relacionadas à viagem e a atuação no Projeto Rondon.

Algumas horas depois aconteceu o embarque no Hércules, modelo C-110 da Força Aérea Brasileira. Construído em meados dos anos 50, essa aeronave foi muito utilizada para operações militares, principalmente para o deslocamento de tropas. A experiência de voar no Hércules foi memorável, contribuindo para surgir da equipe da UEPG a autodenominação que a acompanharia por toda a operação: “Guerreiros da Paz”.

O desembarque ocorreu na cidade de Brasília, em um clima de entusiasmo e expectativa. As equipes de rondonistas vindas de todo o país foram recepcionadas pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que proferiu algumas orientações e uma breve palestra na Cerimônia de Abertura das Atividades do Projeto Rondon 2009 - Operação Centro-Norte.

Até o deslocamento para as cidades de atuação, os professores e estudantes ficaram alojados no 26º Grupo de Artilharia de Campanha, situado na área militar de Brasília. Neste local, a equipe da UEPG conheceu os integrantes do grupo da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), equipe responsável pela execução das ações relativas ao desenvolvimento local sustentável e gestão pública, também na cidade de Mimoso do Goiás. Ainda no alojamento do Exército, foram entregues aos acadêmicos e professores os *Kits Rondon*, composto de mochila, camisetas, garrafa para água, chapéu e bloco para anotações.

Assim, devidamente preparados e uniformizados, os “Guerreiros da Paz” seguiram de ônibus para a cidade de atuação dos trabalhos. A chegada da equipe em Mimoso do

Goiás deu-se no dia 25 de Janeiro de 2009, sendo recepcionada por líderes da comunidade local.

Metodologia de trabalho: O trabalho da UEPG em Mimoso do Goiás

Mimoso de Goiás é uma cidade localizada no Leste do Estado de Goiás, na região do entorno de Brasília. Tem uma área de 1.387 Km² e população de 2.836 habitantes. Um pouco mais da metade destas pessoas vivem na zona rural, envolvidas em atividades agrícolas, principalmente no cultivo de mandioca, que é comercializada em outras cidades da região, como Brasília. A outra metade da população vive no perímetro urbano e se dedica à prestação de pequenos serviços e no emprego gerado pelo governo municipal.

O primeiro passo para o trabalho com a comunidade de Mimoso de Goiás foi a aplicação do método da Estimativa Rápida. Coletaram-se dados formais e não-formais sobre as condições gerais de vida da população – como aspectos relacionados à saúde, ambiente, moradia, ocupação –, procurando detectar as lideranças comunitárias e ouvir as vozes dos atores sociais quanto às principais conquistas e dificuldades vividas naquela localidade.

Segundo Santos (2003) a Estimativa Rápida é o início de um processo para coletar informações visando a elaboração de um plano de ação, mas não se constitui em uma metodologia para obtenção de dados amplos. A finalidade é permitir que se consiga desenvolver um planejamento baseado nas necessidades reais do público atendido, favorecendo, então, o envolvimento da comunidade com os problemas e com suas possíveis soluções.

Esse processo permitiu redirecionar algumas ações contempladas no plano de ação, adequando as atividades que se iniciariam a partir daquele momento.

A Saúde e Meio Ambiente no Projeto Rondon

Na área da Saúde e Meio Ambiente, os acadêmicos dos cursos de Enfermagem e Biologia conheceram a Unidade Saúde da Família (USF) do município e discutiram com os profissionais o panorama de saúde da cidade, os programas desenvolvidos, suas fragilidades e as formas encontradas para superá-las.

A partir disso, construiu-se junto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), um minicurso de atualização. Os temas em saúde que formaram esta atividade foram determinados pelos próprios agentes de saúde, segundo critérios estabelecidos por eles, a partir de suas necessidades percebidas. Para Nascimento (2008), a formação e atualização possibilitam ao agente comunitário de saúde assumir o papel de sujeito educativo produzindo um conhecimento emancipatório, estimulando a reflexão e a capacidade de análise crítica, incluindo a prática diária como um dos determinantes de seu aprendizado, na busca de solucionar problemas na comunidade.

O minicurso teve duração de 20 horas, com a participação dos 10 agentes comunitários de saúde da cidade onde foram abordados conteúdos como: hipertensão

arterial, diabetes mellitus, tuberculose, hanseníase, calendário vacinal e noções de atendimento primário básico de urgências e emergências.

Durante esta atividade, os ACS apresentaram e discutiram os problemas mais comuns de saúde da população. Uma questão apontada que teve ampla discussão foi a dificuldade de se obter água adequada para o consumo humano na cidade de Mimoso de Goiás. A água que abastece o município possui alto índice íons de cálcio e magnésio, conferindo alto teor de dureza na água consumida pela população. A dureza da água é medida com base na quantidade de partes por milhão (ppm) de carbonato de cálcio (CaCO_3), também representada como mg/l de CaCO_3 .

Segundo dados informais da companhia de saneamento local, a concentração chegava a ter mais de 1000mg/L de CaCO_3 . Após o tratamento, atualmente a água potável chega até as casas com um percentual aproximado de dureza de 200mg/L de CaCO_3 , cumprindo as exigências de qualidade conforme indicado na Portaria 518/2004 do Ministério da Saúde, cujo valor máximo permitido (VMP) é de 500mg/L de CaCO_3 para uma água de consumo humano.

Contudo, apenas 41,5% dos moradores têm acesso à rede geral de abastecimento (DATASUS, 2000). Mais da metade da população depende de poços e coleta direta de rios para suprir suas necessidades básicas de vida. Este dado é alarmante, já que a principal forma de esgotamento sanitário do município é através de fossa rudimentar (70,5%), o que sugere possível contaminação por coliformes fecais da água utilizada dos lençóis freáticos. Este dado corrobora informações de mortalidade proporcional por doenças infecciosas e parasitárias disponíveis no Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS), que chegou a 12,5%, em 2006.

Assim, surgiu a necessidade do trabalho com esta temática através do diálogo com profissionais e gestor de saúde, e também a estruturação de uma oficina abordando temas relativos à água como veiculadora de doenças, além de cuidado para o preparo, manipulação e armazenamento seguro de alimentos. A oficina contou com a participação de merendeiras escolares, agentes comunitários de saúde, comerciantes do ramo de gêneros alimentícios e pessoas que de alguma forma estavam envolvidas com manipulação de alimentos.

A educação em saúde foi contemplada com palestras sobre sexualidade para os adolescentes do colégio estadual da cidade. Também foram realizadas oficinas intituladas “Cuidados com o corpo e higiene” durante atividades recreativas oferecidas para as crianças da comunidade.

A promoção da Saúde se deu através da estruturação de um grupo de caminhadas orientadas para hipertensos e diabéticos, em parceria com os profissionais da Unidade de Saúde da Família.

A Arte e a comunicação a serviço do Projeto Rondon

O Projeto Rondon na área da cultura possibilitou que fossem desenvolvidas oficinas de arte com os professores do ensino fundamental e médio da rede municipal e estadual

de ensino. Estes agentes multiplicadores do conhecimento participaram ativamente das oficinas. Ainda que apenas dois educadores ministrassem a disciplina de artes, estavam presentes dezoito professores das mais diversas áreas do conhecimento, destacando assim, a importância da interdisciplinaridade e pluralidade de saberes.

O objetivo das oficinas de arte foi de despertar nos professores outras formas de ensinar, para que possam exercer ações com o enfoque interdisciplinar a partir da realidade local vivenciada pelos sujeitos envolvidos. As oficinas tiveram como foco principal ensinar atividades que poderiam ser repassadas aos alunos posteriormente, como a pintura gestual, que desenvolve a criatividade e as habilidades motoras.

Além disso, foram desenvolvidos máscaras e fantoches a partir de materiais recicláveis, a fim de auxiliar a sensibilização ambiental entre estudantes do ensino fundamental e médio. A gravura e os jogos didáticos foram trabalhados no intuito de colaborar com a alfabetização visual, sendo utilizados como subsídio para os educadores tornarem as aulas mais lúdicas, alcançando, assim, maior apreensão do conhecimento pelo discente.

Como relação à comunicação, outra ação que possibilitou o despertar de um olhar reflexivo sobre a cidade de Mimoso de Goiás foi o resgate de sua história através do início da produção de um documentário. Inicialmente pediu-se para que os entrevistados contassem, à sua maneira, o que sabiam acerca do surgimento da cidade de Mimoso de Goiás. Após isto, foi solicitado que levantassem um tema de sua preferência, relacionado à cidade segundo seus critérios de relevância. Dentre as diversas temáticas levantadas destacaram-se a experiência prévia de participação no Projeto Rondon em 1988 e a problemática da escassez de possibilidades de geração de renda na região.

Foi possível registrar muitas histórias interessantes que passaram a ilustrar o imaginário da equipe quanto ao passado da cidade, e principalmente criar, através da gravação do cotidiano e dos depoimentos dos moradores, um processo de autorreflexão da comunidade acerca de sua história, vitórias e problemas vividos, que aflorou assim um olhar mais crítico e apurado para elencar as soluções necessárias. Como cita Paulo Freire (1996), no seu livro *Pedagogia da Autonomia*: “Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções”.

Outra forma de utilizar a comunicação a serviço da comunidade se deu através do Cinema Popular. O objetivo desta ação foi levar entretenimento a uma população que até então nunca tinha desfrutado desse divertimento na cidade, e também contribuir para o processo de despertar da consciência dos espectadores sobre os temas sociais atuais, através da exibição de produções brasileiras e animações com conteúdo educativo, como se deu com a apresentação da animação “Wall-E”, que abordou os problemas ambientais tão presentes em nosso cotidiano.

Cidadania e participação popular em Mimoso de Goiás

Mimoso de Goiás apresenta desdobramentos complexos em seu contexto sócio-econômico, político e cultural. Trata-se de uma cidade onde a condição vivenciada pelos

sujeitos sociais tem suas bases sustentadas pelo desemprego, falta de geração de renda e principalmente escassez de oportunidades.

Frente a essa realidade a equipe da UEPG buscou trabalhar com ações que pudessem representar mudanças efetivas na vida daqueles moradores diante de suas reais possibilidades. Para tanto, optou-se pelo trabalho focado no **desenvolvimento comunitário, através da organização de uma Associação de Moradores e da realização de um Casamento Coletivo.**

A Associação de Moradores caracteriza-se por ser um espaço representativo junto ao poder público, de mobilização e reivindicação da sociedade civil, que, insatisfeita diante das condições de vida, organiza-se para lutar pela melhoria da qualidade de vida local. Corresponde a uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e que se caracteriza por ser um órgão representativo de determinada comunidade.

O primeiro desafio a ser enfrentado foi a organização e mobilização dos moradores para estruturar a associação. Mas conforme as reuniões foram acontecendo aos poucos, a causa foi ganhando seus adeptos, as lideranças foram se destacando e as primeiras movimentações tomando forma. Elaboração do Estatuto, montagem das chapas, eleição, registro e finalmente Mimoso de Goiás tinha instituída sua primeira Associação, que passou a configurar-se como um meio pelo qual os moradores poderiam levar até o poder público todas as suas reivindicações; uma ação comunitária ampliada, direcionada ao processo de inclusão de todos no contexto político.

A estruturação da Associação de Moradores foi um movimento conjunto com acadêmicos do Projeto Rondon e a comunidade, tendo como objetivo efetivar o desenvolvimento social e emancipação comunitária em sua totalidade, para que esta possa exigir junto ao poder público o cumprimento daquilo que lhe é garantido legalmente, galgando assim patamares mais elevados de qualidade de vida.

Ainda nessa perspectiva, a fim de auxiliar a regularização o estado civil de alguns casais de Mimoso de Goiás foi realizado um Casamento Coletivo. Embora a sociedade tenha sofrido muitas modificações no que concerne a composição e dinâmica familiar, para no inconsciente coletivo a ideia de que algumas situações causam um maior conforto emocional e social. Uma dessas situações é o casamento civil, ou o casamento de “papel passado” (JESUS JÚNIOR, 2004).

O Casamento Coletivo na comunidade visou promover a cidadania e a inclusão social, beneficiando casais que já viviam juntos, porém não haviam oficializado a união, seja pelo fato do não conhecimento dos efeitos legais do casamento ou pelo baixo poder aquisitivo, levando em conta o elevado custo do casamento civil, muitas vezes não acessível a todos os cidadãos.

A primeira fase de atividades para a concretização foi apresentar vários documentos a fim de obter habilitação do casamento coletivo. Vencida esta etapa, deu-se o início dos preparativos da cerimônia. Esta ocorreu dia 31/01/2009, sábado, às 18:00 horas num local aberto ao público. Para que isso acontecesse de forma satisfatória, a equipe da UEPG trabalhou de forma interdisciplinar e articulou-se junto à sociedade civil, poder público e a comunidade a fim de oficializar tais uniões, pois além da cerimônia civil do casamento

ocorreu também a celebração religiosa e a festiva.

A realização desse evento não só modificou o estado civil de quatro casais beneficiados pela atividade, mas também contribuiu com o desenvolvimento humano e a inclusão social. Notável foi o envolvimento e mobilização da comunidade no que concerne aos preparativos para o casamento, principalmente para a festa. Durante a cerimônia pode-se constatar através de sorrisos e aplausos a satisfação dos casais, famílias e da comunidade. São dados muito subjetivos, mas que podem sinalizar o sucesso desta ação entre a comunidade de Mimoso de Goiás.

Considerações Finais: Implicações do Projeto para os rondonistas e para a comunidade de Mimoso de Goiás

A diversidade foi traço marcante na trajetória da equipe da UEPG no Projeto Rondon. Conviver com o inesperado e com as diferenças, exigiu a formação de parcerias, trabalho em grupo e a percepção da necessidade do rompimento de algumas estruturas fragmentadas das distintas áreas de conhecimento, para assim alcançar uma visão comum do saber, que desenvolveu a prática da interdisciplinaridade.

O projeto possibilitou muito mais que um programa intenso de extensão universitária, mas um meio acolhedor de produção e socialização de novos conhecimentos e novas percepções de “brasilidade”, auxiliando, então, na formação de um profissional ético, político e comprometido com a sociedade.

A experiência da equipe da UEPG no Projeto Rondon formou-se de dias intensos de aprendizado, onde acadêmicos e professores tiveram a oportunidade de viver um encontro com a realidade do nosso país, percebendo diferenças, experimentando e, principalmente, refletindo sobre o papel da universidade em um contexto de responsabilidade e protagonismo social.

Por onde passa, o Projeto Rondon tem uma significativa contribuição no enfrentamento das dificuldades locais, favorecendo a posição de liderança autonomia e empoderamento social da comunidade atendida. Defini-se aqui o empoderamento social como o processo que fomenta a capacidade dos indivíduos para definirem, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas, através da aquisição de habilidades para assim o fazerem. (CARVALHO; GASTALDO, 2008)

Mimoso de Goiás é uma cidade que sofre com o dilema com a falta de perspectivas de geração de trabalho e renda. Não há setores empregatícios e com isso o dinheiro circulante é escasso, comprometendo o comércio da região que é quase inexistente. Os problemas são muitos e as soluções se embaralham com a falta de oportunidades. Notável é na população certa desilusão no que diz respeito às possibilidades futuras da região. Mas como auxiliá-los em problemas tão complexos em um curto espaço de tempo?

A alternativa lançada foi contribuir com o processo de empoderamento dessa comunidade através da promoção da saúde, cidadania e cultura para que ela possa, por conta própria, atuar sobre suas fragilidades, vislumbrando, assim, uma melhor qualidade de vida.

Após as duas semanas de atuação em Mimoso de Goiás a equipe da UEPG elaborou e enviou um relatório para o Ministério da Defesa e para a Prefeitura de Mimoso de Goiás sobre as impressões, problemas levantados e atividades realizadas na comunidade. Também neste relatório sugeriu-se a possibilidade de retorno de toda a equipe em outra oportunidade para o acompanhamento e adequações das ações desenvolvidas na cidade.

Como avaliação da comunidade acerca ações desenvolvidas no município, apresenta-se a transcrição de parte de um depoimento concedido por um líder da comunidade durante a gravação do documentário que ilustrará a participação da UEPG no Projeto Rondon, e que atualmente está em fase de edição:

Para nós mimosenses foi uma grande satisfação ter o Projeto Rondon aqui. Não temos como agradecer a cada um dos profissionais que trabalharam em nossa humilde cidade. O Projeto Rondon foi muito importante para nós. Tivemos a oportunidade de adquirir novos conhecimentos através de palestras e cursos oferecidos na nossa comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. As origens do Projeto Rondon. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/projeto_rondon/index.php?page=origens>. Acesso em: 02 abr. 2009

BRASIL. Ministério da Saúde. Datasus. Disponível em <[http:// tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos.htm](http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos.htm)> .Acesso em: 13 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N.º 518, de 25 de Março de 2004. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativas ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. Disponível em: <[http// agrolab.com.br/portaria%20518_04.pdf](http://agrolab.com.br/portaria%20518_04.pdf)>. Acesso em: 10. abr. 2009.

CARVALHO, S. R; GASTALDO D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. *Ciencia & Saúde Coletiva*, 13(SUP2), p.2029-2040, 2008.

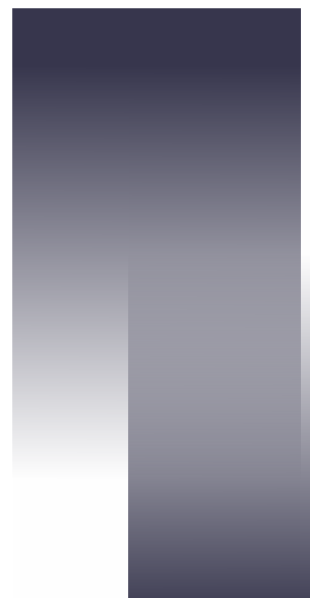
COSTA, LÚCIA C. (org). *Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JESUS JÚNIOR, G. Pequenas ações, respostas para problemas complexos: casamento coletivo no Bairro Nossa Senhora Aparecida, Vitória da Conquista, BA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG. p. 1-6.

NASCIMENTO, E. P; CORREA, C.R.S. O agente comunitário de saúde: formação, inserção e práticas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.24 n.6, p.2, 2008.

SANTOS, M. R. G. S. A pesquisa de estimativa rápida: instrumento de relações públicas nas organizações. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 01 abr. 2009.



CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS PELO PROJETO “ADOpte UMA VIDA”

RAISING AWARENESS ABOUT ORGAN DONATION THROUGH THE PROJECT “ADOPT A LIFE”

*Samir Antonio Rodrigues Abjaude¹
Layla Dutra Marinho Cabral²
Vanessa Cristina Oliveira Barros³
Wagner Costa Rossi Junior⁴
Alessandra Esteves⁵*

UNIFAL - MG

RESUMO

A doação de órgãos é uma ação de solidariedade e cidadania muito importante para salvar vidas, bem como para a sociedade como um todo. Assim, o projeto de extensão intitulado “Adote uma Vida” tem como objetivo promover mudanças de atitudes e valores dentro da instituição acadêmica e na sociedade em geral, realizando intervenções educativas para conscientizar futuros doadores de órgãos. Foram produzidos recursos didáticos para realização de palestras informativas na universidade, escolas e em outros locais interessados; efetuadas visitas ao banco de córneas do município e realizadas duas campanhas educativas, no Dia Nacional da Doação de Órgãos e Tecidos (27 de setembro) e durante a Semana de Mostra de Extensão da UNIFAL-MG (13 de novembro de 2009), para que houvesse conscientização e o esclarecimento de dúvidas a respeito do tema.

Palavras chave: Conscientização; Órgãos; Doação.

ABSTRACT

Organ donation is an act of solidarity and citizenship. It is absolutely important to save lives and to society as a whole. Thus, the extension project Adopt a Life aims to promote changes in attitudes and values in the academic institution and in society, developing educational interventions to raise consciousness among future organ donors on the importance of their attitude. Educational material were produced in order to present informative lectures in universities, schools and places that ask for it; visits to the local corneal bank were made; two educational campaigns were launched - on the National Day of Organ and Tissue Donation (September, 27), and during the Extension Exhibition of UNIFAL-MG (November, 13). The aims of these initiatives are to raise public awareness and dispel any doubt about the subject.

Keywords: Awareness; Organs; Donation.

¹ Acadêmico de Farmácia da Universidade Federal de Alfenas-MG, samirabjaude@hotmail.com.

² Acadêmica de Farmácia da Universidade Federal de Alfenas-MG, laylacabral@gmail.com.

³ Acadêmica de Odontologia da Universidade Federal de Alfenas-MG, vanessabarros01@yahoo.com.br.

⁴ Doutor, Professor de Anatomia Humana da Universidade Federal de Alfenas-MG, wcrj@unifal-mg.edu.br.

⁵ Doutora, Coordenadora do Projeto e Professora de Anatomia Humana da Universidade Federal de Alfenas-MG, aesteves@unifal-mg.edu.br.

Introdução

O processo de doação de órgãos é definido como o conjunto de ações e procedimentos que consegue transformar um potencial doador, ou seja, o paciente em que tenha sido detectada a morte encefálica e que não possua contra-indicações clínicas que representem riscos aos receptores dos órgãos, em doador efetivo.

O transplante de órgãos tornou-se uma opção de excelência no tratamento da falência terminal de órgãos em pacientes selecionados. Avanços científicos, tecnológicos, organizacionais e administrativos foram primordiais para a elevação do número de transplantes. Entretanto, tal aumento afetou de forma negativa este tipo de procedimento, já que o número de pacientes aguardando por um transplante excedeu em muito a disponibilidade de órgãos para doação e verificou-se crescentes taxas de mortalidade na fila de espera (D'IMPÉRIO, 2007).

Estudos evidenciam que a população em geral é predisposta à doação de órgãos e que existe grande número de potenciais doadores. Porém, a realidade mostra elevado número de recusas, o que pode estar relacionado à deficiência nas ações necessárias para que a doação seja efetivada (ABBUD et al., 1995; ABBUD et al., 1997; STEIN, 1995).

Percebe-se ainda, que o entendimento da morte encefálica é um dos fatores limitantes no processo de doação de órgãos, já que, geralmente, só se toma conhecimento deste conceito quando um ente querido evolui para tal diagnóstico, em decorrência de uma lesão cerebral severa e súbita. Isto, portanto, dificulta a compreensão da ideia da cessação das funções do cérebro em um ser aparentemente vivo. O desconhecimento e/ou não aceitação da morte encefálica é compreensível e gera resistência na população, uma vez que, classicamente, a morte era definida como a cessação irreversível das funções cardíaca e respiratória (SANTOS; MASSAROLLO, 2005).

Portanto, o incremento do número de doadores e de efetivas doações envolve melhor compreensão da morte encefálica, seus processos fisiopatológicos, sua identificação e as estratégias envolvidas no equilíbrio clínico do doador.

Diante do exposto, a participação da comunidade leiga se faz essencial, uma vez que constitui a origem dos doadores. Assim, o projeto *Adote uma Vida*, através de campanhas educativas e palestras, visou a atingir a população para divulgação de informações referentes à doação de órgãos e conhecimentos relacionados e assim houvesse o esclarecimento de dúvidas e o combate a mitos.

Figura 1 – Logotipo do Projeto



Métodos e resultados

O projeto “Adote uma Vida”, direcionado à conscientização da sociedade de Alfenas – MG, em relação à doação de órgãos e tecidos, foi desenvolvido nas seguintes etapas: registro do projeto com a concessão de uma bolsa para o acadêmico responsável, pesquisa bibliográfica e discussões entre os participantes, elaboração de tecnologias e execução do projeto.

Durante a pesquisa bibliográfica foram lidos artigos, legislações e levantados dados estatísticos para que houvesse embasamento teórico suficiente para a discussão entre os participantes do projeto, ampliando conhecimentos teórico-científicos e possibilitando o intercâmbio de informações.

Foram então elaboradas tecnologias apropriadas para o público alvo, com embasamento científico, linguagem clara e acessível. Também foi criado um endereço eletrônico para facilitar a comunicação entre a população e os participantes do projeto, possibilitando, assim, o esclarecimento de dúvidas. Outras estratégias também foram utilizadas: *folders* explicativos com as dúvidas mais frequentes em relação à doação de órgãos e tecidos; painéis para serem utilizados durante palestras e campanhas; e ainda adesivos para a divulgação do projeto.

Figura 2 - Folder (parte externa)

INFORME SUA VIDA

“Doar órgãos é um gesto de extrema generosidade. É permitir que vida continue viva em outra pessoa, quando ela deixar de pulsar em seu corpo. Para que você participe deste milagre é preciso informar à sua família sobre sua vontade de doar órgãos. Comunique sua família. Converse com eles. Manifeste sua vontade. Fale com seus pais, seus filhos, tios, primos e com seus amigos. Fale com todos. Esclareça que se alguma fatalidade acontecer e você vir a falecer, você deseja que seus órgãos sejam doados para outras pessoas. Para que a vida permaneça viva, diga à sua família que você é um doador, que você é fonte de vida.”

PARA SER UM DOADOR, AVISE SUA FAMÍLIA

SEJA UM DOADOR
ADOTE UMA VIDA

FACEPE
Fundação de Apoio à Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas

adote.unifal@hotmail.com

Unifal MG
Universidade Federal de Alfenas

PROJETORIA DE EXTENSÃO

Universidade Federal de Alfenas - MG

SEJA UM DOADOR
ADOTE UMA VIDA

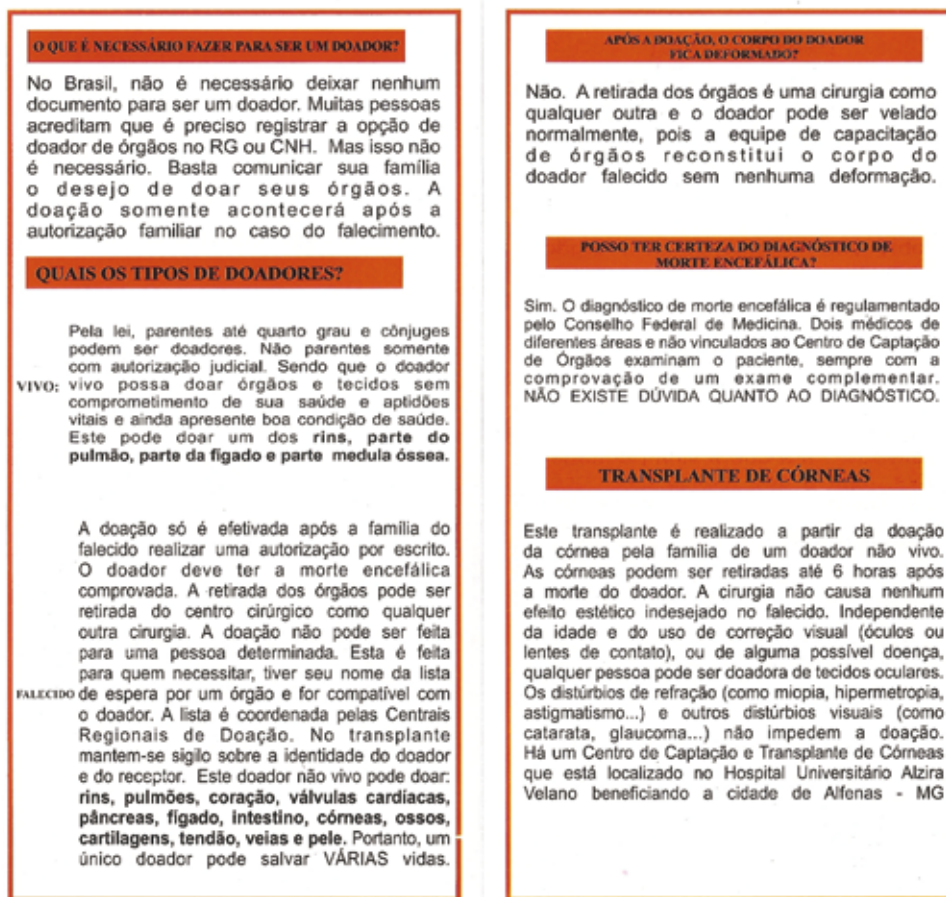
Projeto de Extensão
ADOTE UMA VIDA

Acadêmicos
Layla Dutra Marinho Cabral
Samir Antonio Rodrigues Abjaude
Vanessa Cristina de Oliveira Barros

Coordenadores
Prof.ª Dra. Alessandra Esteves
Prof. Dr. Wagner C. Rossi Júnior

adote.unifal@hotmail.com

Figura 3 - Folder (parte interna)



As palestras abrangeram conhecimentos relacionados a transplantes, doação de órgãos e tecidos, com dados estatísticos e adequações feitas de acordo com o público atendido em cada apresentação. Neste material foi enfatizada a doação de córneas, uma vez que o Hospital Universitário Alzira Velano, no município de Alfenas - MG, apresenta um banco de córneas que atende a região. Além de conhecimentos científicos, também

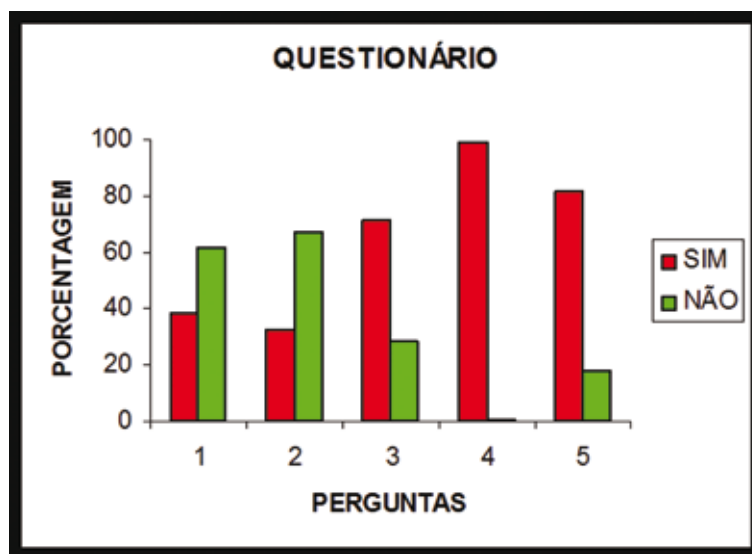


foram mostrados vídeos e gravuras na apresentação para que a atenção dos ouvintes fosse despertada e assim levar a uma reflexão sob embasamento científico, mas sem minimizar o aspecto solidário que o assunto requer.

Figura 4 – Equipe do Projeto em Campanha

Durante a execução do projeto, a equipe foi subdividida em grupos para a realização de palestras em escolas de ensino médio, na UNIFAL - MG e em locais interessados. Na realização de campanhas, como a realizada no dia 27 de setembro de 2009 (Dia Nacional de Doação de Órgãos e Tecidos), e no dia 13 de novembro de 2009 durante a Semana de Amostra de Extensão da UNIFAL-MG, todos os componentes participaram. As ações atingiram 633 ouvintes, resultando em um número significativo de cidadãos conscientizados a respeito da doação de órgãos e tecidos e, portanto, um provável aumento no número de doadores.

Gráfico 1 –



As colunas representam as porcentagens de respostas SIM e NÃO obtidas por meio dos questionários distribuídos durante palestras com as seguintes perguntas:

1. Você é doador de órgãos?
2. Você conhece alguém que foi transplantado?
3. Você tem conhecimento sobre doação de órgãos?
4. Esta palestra tirou suas dúvidas sobre doação de órgãos?
5. Após esta palestra você seria um doador de órgãos?

Considerações finais

Buscou-se demonstrar, em resumo, as ações efetuadas pelo projeto “Adote uma vida”, que compreendem desde a confecção de materiais até a participação em campanhas educativas. O material produzido, com linguagem acessível e clara, tem como finalidade a conscientização da população a respeito da doação de órgãos e tecidos, bem como o esclarecimento de questionamentos e combate a mitos. Espera-se que a partir dos conhecimentos transmitidos pelos participantes do projeto ocorra uma reflexão dos ouvintes a respeito do tema.

Embora parciais, os resultados indicam a necessidade de constantes campanhas de educação relacionadas a transplantes de órgãos e tecidos. Tais ações tornam-se essenciais devido à disparidade existente entre número de doadores potenciais e efetivos no Brasil.

REFERÊNCIAS

Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos. Disponível em: <www.adote.org.br>. Acesso em:< 20 de março de 2010>.

Associação Brasileira de Transplante de Órgãos. Disponível em: < www.abto.org.br >. Acesso em:< 20 de março de 2010>.

ABBUD M. FILHO et al. Attitudes and awareness regarding organ donation in the western region of São Paulo, Brazil. *Transplant Proc.* v. 27, n. 2, p. 1834-1895. 1995.

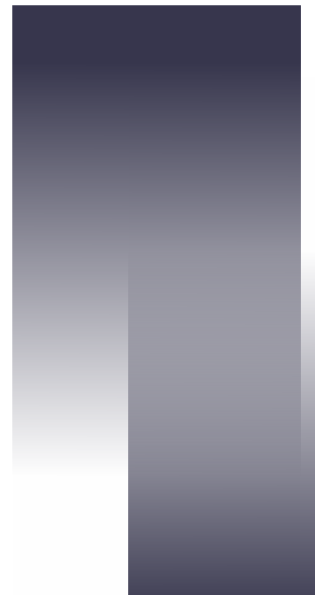
ABBUD M. FILHO et al. Survey of concepts and attitudes among healthcare professionals toward organ donation and transplantation. *Transplant Proc.* v. 29, n. 8, p. 3242-2343. 1997.

D'IMPÉRIO, F. Morte encefálica, cuidados ao doador de órgãos e transplante de pulmão. *Rev. Bras.de terapia intensiva*, v. 19, n.1, p. 74-84. 2007.

Ministério da Saúde Disponível em: < www.saude.gov.br/transplantes >. Acesso em:< 20 de março de 2010>.

SANTOS, M. J., MASSAROLLO, M. C. K. B. Processo de doação de órgãos: percepção de familiares de doadores cadáveres. *Rev Latino-Am Enfermagem.* v. 13, n. 3, p. 382-387. 2005.

STEIN, A. ; HOPE, T. ; BAUM, J. D. Processo de doação de órgãos: percepção de familiares de doadores cadáveres. *Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto*, v. 13, n. 3, p. 382-387. 2005.



OFICINAS TEMÁTICAS ENVOLVENDO BIOLOGIA E CIDADANIA

THEMATIC WORKSHOPS ON BIOLOGY AND CITIZENSHIP

UEPG - PR

Julianne Milléo^{1,2}

Rosilda Aparecida Kovaliczn^{1,3}

Dalva Cassie Rocha^{1,3,4}

*Anna Luiza P. Andrade*⁵

*Melissa Koch F. S. Nogueira*²

*Marcela Teixeira Godoy*²

*Adriana Ribeiro Ferreira*²

RESUMO

Cinco oficinas didático-científicas (Sexualidade, Drogas, Parasitoses, Educação Ambiental e Metodologia Científica) preparadas por docentes e acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa foram apresentadas em 19 escolas localizadas em seis municípios paranaenses dentro do programa UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS de outubro de 2007 a novembro de 2009. Foram atendidos 2056 alunos de Ensino Fundamental, 643 alunos de Ensino Médio e 65 professores nas escolas. A equipe de trabalho passou por auto-avaliação e o público alvo avaliou as oficinas. Os acadêmicos relataram satisfação pelo conhecimento adquirido. O público alvo comprovou a importância dos temas abordados e indicou que as oficinas sobre Drogas e Parasitoses provocaram o maior número de comentários e dúvidas dirigidos à equipe. O trabalho multidisciplinar foi enriquecedor particularmente para os licenciandos, mas também para os demais participantes que se mostraram receptivos e interagiram em todas as atividades propostas nas oficinas.

Palavras chave: Ciências Biológicas; Multidisciplinaridade; Temas transversais.

ABSTRACT

Five didactic-scientific workshops (Sexuality, Drugs, Health - Parasitism, Environmental Education and Scientific Methodology), organized by professors and academics of Licentiate in Biological Sciences of Universidade Estadual de Ponta Grossa, were held at 19 schools located in six small cities of Paraná, Brazil. They were part of the program UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS and took place from October, 2007 to November, 2009. It involved 2056 students of Elementary Education, 643 students of Secondary Education and 65 teachers. The teamwork carried out a self-assessment and the workshops were assessed by people who took part in it. The academics expressed their satisfaction with the knowledge they acquired. The ones who took part in it emphasized the importance of its content. The workshop about Drugs and Parasitism were the ones that provided more commentaries and doubts. The multidisciplinary work was very important for academics and for participants, who were receptive and interactive in all activities.

Keywords: Biological Science; Multidisciplinarity; Transversal Subjects.

¹ Professora do Departamento de Biologia Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Coordenadora

³ Orientadora

⁴ Autor para contato: dalva_rocha@uol.com.br

⁵ Bióloga recém-formada

Introdução

O conhecimento deve ser ampliado a partir de troca de experiências e da divulgação de informações. Com este intuito, o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), financiou projetos vinculados ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), evento extensionista de grande abrangência em todo o Estado do Paraná e que contempla municípios de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) (PARANÁ, 2009).

Santos (2004) comenta a preocupação com a ampliação das oportunidades de educação, que tem sido objeto de discussões de programas e de projetos levados a cabo por órgãos multilaterais de financiamento, como as agências do Banco Mundial (BID e BIRD), e por órgãos voltados para a cooperação técnica como o United Nations Children's Fund (UNICEF) e United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Particularmente, a UNESCO tem focalizado e contribuído para a discussão sobre a formação inicial, continuada e carreira docente (UNESCO, 2008)

De maneira geral no Brasil, a preocupação com a melhoria da educação tem sido salientada na mídia, refletindo as necessidades da sociedade, não apenas em termos de atendimento à demanda escolar, mas sobretudo discutindo a permanência dos alunos nas escolas, a melhoria do ensino e a renovação pedagógica.

A tônica da educação está no aprender, na capacidade de interpretar e intervir crítica e criativamente na realidade. Isso só será possível se o aluno tiver oportunidades de reflexão-ação, que o estimulem de modo a construir sua autonomia, autoconfiança e auto-organização. Cabe à escola e ao professor oferecer essas oportunidades através de práticas, por meio de atividades de ensino que chamem sua atenção para situações de vida, que permitam debates e elaborações de pareceres voltados à construção de valores e que possam significar mudanças positivas tanto individuais como coletivamente (Corcetti, 2007).

A inclusão de questões sociais no currículo escolar é uma recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para compor um conjunto de temas atualizados além daqueles estabelecidos como essenciais para as disciplinas específicas, que podem ser tratados como “temas transversais” (Corcetti, 2007).

Segundo Gavídia (1998), “a transversalidade consiste em uma colocação séria, integradora, não-repetitiva, contextualizadora da problemática que as pessoas, como indivíduos e como grupos, possuem no momento”. Assim, os temas transversais devem ser trabalhados dentro do cotidiano escolar, articulados com as áreas de conhecimento. Devem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa pelo caráter democratizador de acesso ao desenvolvimento pessoal exercido pela escola na sociedade contemporânea.

A pedagogia crítica propõe que o profissional docente deva orientar seu trabalho por uma reflexão crítica sobre sua prática e por compromissos éticos relacionados à superação dos mecanismos intraescolares responsáveis pela exclusão dos estudantes das camadas populares. Para que isso ocorra, os professores precisam ter oportunidades e serem estimulados para capacitação.

O presente trabalho relata as atividades desenvolvidas por docentes e acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEPG junto ao Programa Universidade Sem Fronteiras, que ofereceu oficinas didático-científicas à comunidade escolar de municípios paranaenses socialmente críticos.

Desenvolvimento

Todo o processo ocorreu no período de outubro de 2007 a fevereiro de 2009. Na primeira etapa, que teve seu término em julho de 2008, houve o planejamento, a seleção dos conteúdos das oficinas, a confecção de material didático e o treinamento dos acadêmicos para as apresentações. Na segunda etapa, iniciada em agosto de 2008, as oficinas foram apresentadas nas escolas.

A equipe envolvida na preparação das oficinas contou com um professor de ensino superior na coordenação geral, cinco professores orientadores, sendo um para cada oficina, e uma bióloga, profissional egressa que foi contratada para atuar como responsável em acompanhar todas as atividades dos acadêmicos, tanto na preparação como na apresentação das oficinas. Para cada oficina, foram selecionados até seis acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que elaboraram e apresentaram as oficinas nas escolas. No total, a equipe executora contou com 25 membros: sete profissionais formados e 18 acadêmicos.

Cinco oficinas didático-científicas (Sexualidade, Drogas, Parasitoses, Educação Ambiental e Metodologia Científica) foram elaboradas e apresentadas nas escolas de ensino fundamental (EF) e médio (EM), cujos conteúdos correspondem a temas transversais recomendados pelos PCNs (Brasil, 1997 a, b).

As oficinas foram apresentadas em 19 escolas localizadas em seis municípios paranaenses cujos índices de desenvolvimento humanos (IDH) estão entre os mais baixos do estado. As unidades escolares visitadas estão distribuídas nos seguintes municípios: quatro em Ivaí, três em São João do Triunfo, seis pertencem a Reserva, duas em Cândido de Abreu, duas em Teixeira Soares e duas em Ipiranga.

Os temas Sexualidade, Drogas, Parasitoses e Educação Ambiental foram preparados para os alunos de nível fundamental - ciclo II - e de nível médio. A oficina sobre Metodologia científica foi elaborada para os professores das escolas visitadas.

As visitas foram agendadas previamente com a direção de cada escola, que também já determinava quais oficinas deveriam ser apresentadas e a quais grupos de alunos (séries). Os temas mais solicitados foram: Drogas e Educação Ambiental (em 18 escolas, ambas), seguidos dos temas Parasitose e Sexualidade (16 escolas) e Metodologia foi solicitado por apenas oito escolas.

As visitas foram realizadas em dias úteis, durante o período matutino, devido ao período de aula da maioria dos acadêmicos ser no turno vespertino. Vale ressaltar que em muitas viagens o tempo percorrido entre Ponta Grossa e o município visitado alcançou até 4h. Fato que obrigou o grupo iniciar a viagem durante a madrugada e retornar para Ponta Grossa sem tempo para refeição, muitas vezes chegando com atraso para o início de suas aulas. Essa atitude demonstrou o intenso comprometimento que a equipe assumiu para a efetivação das atividades propostas.

Primeira etapa - preparação das oficinas e treinamento dos apresentadores

O trabalho da equipe, inicialmente, foi planejar o conteúdo científico-pedagógico de cada oficina, contemplando atividades e dinâmicas para estimular a participação do público alvo e a elaboração de material didático relacionados aos temas. Todo esse processo de preparação foi realizado sob a orientação de docentes de ensino superior e supervisionado pela bióloga, profissional egressa.

Foram elaborados jogos didáticos, confeccionados cartazes e painéis para exposição, transparências, além da seleção de dinâmicas de grupo para serem aplicadas com os participantes das oficinas.

Após a completa elaboração das oficinas, os acadêmicos fizeram apresentações denominadas “prévias” para todos os envolvidos, de modo que a equipe de cada oficina tivesse ciência de como as demais seriam conduzidas e assim do trabalho integralmente. Nestas apresentações, foi estimulado o debate entre os acadêmicos sobre a sua atuação como educador no processo de identidade cidadã. Cada membro da equipe pode refletir sobre seu papel como cidadão e como educador.

Nesta oportunidade, os universitários puderam considerar sobre aspectos não científicos ou diretamente didático-pedagógicos envolvidos na apresentação das oficinas. Todos também foram provocados a debater a relação existente entre cidadania e biologia, a partir de questões propostas como, por exemplo, as que norteiam a relação entre parasitoses e cidadania: “Porque as parasitoses são problemas de saúde pública?”; “Exigir água tratada, encanada e a canalização da rede de esgotos são medidas de melhoria da qualidade de vida, assim como lavar as mãos antes das refeições?”

Referente à oficina de Drogas, um tema polêmico e difícil de ser abordado com adolescentes e jovens, os licenciandos foram estimulados a refletir sobre: “Como, em apenas um encontro, podemos intervir de forma a propiciar ajuda àqueles usuários que, sem se identificar, poderiam estar entre os estudantes ouvintes?”. Decidiu-se, então, informar telefones de instituições que prestam ajuda aos usuários ao final da apresentação.

Com relação à oficina de Educação ambiental, cujo conteúdo naturalmente se relaciona com aspectos sociais, os acadêmicos foram orientados para refletir sobre as responsabilidades individuais que cada cidadão precisa assumir para que, na coletividade, os efeitos possam ser observados. Uma questão que provocou esta reflexão foi: “Quais os cuidados com relação à higiene um pequeno agricultor deve tomar para não contaminar o solo e os produtos que dele são extraídos?”.

Sobre a relação entre os temas sexualidade e cidadania, algumas das indagações foram, por exemplo: “Por que existem políticas públicas de combate às doenças sexualmente transmissíveis?”; “Como podemos contribuir para que essas políticas públicas possam ser mais eficientes?”.

A oficina de Metodologia científica para os professores propiciou uma oportunidade de capacitação, cujo conteúdo principal foi noções sobre como elaborar projetos e resumos de forma a provocá-los para o desenvolvimento e divulgação de atividades por eles desenvolvidas junto aos seus alunos. Neste caso, a reflexão sobre a relação com cidadania foi feita a partir das questões: “As atividades desenvolvidas nas escolas de educação básica são passíveis de publicação?”; “Um professor de Ensino Fundamental e Médio tem a oportunidade de ser um pesquisador em educação?”. Ao ampliar a visão do professor da escola pública, sua autoestima pode ser elevada e seu comportamento diante da rotina de trabalho pode ser modificado, melhorando sua qualidade de vida e de seus alunos.

Ao final das apresentações prévias, a avaliação dos coordenadores e orientadores sobre a atividade dos acadêmicos executores de cada oficina resultou em um discurso coerente e coordenado, pois o conjunto de respostas foi similar enfatizando basicamente as mesmas

potencialidades e fragilidades na forma como cada tema foi apresentado.

Como potencialidades, foram apontadas, de modo geral: a riqueza de estratégias e dinâmicas que foram programadas; a qualidade das imagens ilustrativas; e o caráter científico de como os assuntos foram tratados. Quanto às fragilidades, foram destacadas: as dificuldades e o comprometimento que alguns assuntos polêmicos poderiam exigir; a necessidade de transposição das informações científicas para que os jovens estudantes pudessem assimilá-las; e a adequação do tempo disponível para executar as apresentações, incluindo as atividades interativas. Os docentes fizeram sugestões de leitura de livros e análise de filmes para formação complementar. Também fizeram anotações para que os responsáveis pelas oficinas observassem detalhes a serem aprimorados na expectativa de minimizar os efeitos das fragilidades apontadas até aquele momento.

Na mesma oportunidade, foi aplicada uma autoavaliação na forma de questionário semiestruturado. Na análise das respostas revelou-se notável a ampliação do foco dos universitários para a elaboração das oficinas que, no início, era apenas o conteúdo científico-pedagógico, se assemelhando ao preparo de aulas normais do currículo escolar.

A reflexão conjunta durante as apresentações prévias sobre a natureza dessas informações e as responsabilidades inerentes em apresentá-las, gerou a necessidade do comprometimento dos acadêmicos transformando as oficinas em oportunidades de diálogo, muito mais ricos quando comparados às aulas sobre temas atuais.

Depoimentos de acadêmicos nas autoavaliações refletiram ainda a satisfação e o envolvimento emocional que essas atividades despertaram, ainda na primeira etapa do processo, e apontaram uma visão de autocrítica rigorosa. Todos se comprometeram em melhorar seu desempenho para as apresentações e todos concordaram que o envolvimento com as atividades necessitam de dedicação e aprimoramento como destacado no comentário de um acadêmico A: “Tenho participado das reuniões e feito o possível para dar o melhor de mim”.

O crescimento que alguns apresentaram quanto à capacitação e à desenvoltura para o discurso também foi relatado no comentário do acadêmico B, que revelou ter assimilado sua participação corresponsável na formação dos colegas de equipe: “O crescimento pessoal tem sido válido, até mesmo em função da orientação de voluntários”. Outro depoimento ressaltou o esforço que cada membro estava desempenhando para atingir os objetivos comuns: “Temos de estudar os assuntos com empenho” (acadêmico C).

Como encerramento desta etapa, os acadêmicos fizeram novas apresentações para a equipe toda e foi verificado que todas as fragilidades inicialmente apontadas haviam sido superadas. Como reflexo desse esforço, a segurança na atuação dos licenciandos tornou-se evidente e as oficinas adquiriram o aspecto didático-científico desejado, com linguagem acessível e dinâmica.

Segunda etapa – as apresentações nas escolas

Nas 19 escolas visitadas, participaram das oficinas 2056 alunos de Ensino Fundamental (EF), 643 alunos de Ensino Médio (EM) e 65 professores. A apresentação das oficinas foi de exclusiva responsabilidade dos acadêmicos, que contaram com o suporte direto da bióloga, profissional egressa que os acompanhou em todas as visitas.

Durante os encontros, a equipe de universitários estimulou os jovens e adolescentes a participarem das discussões de cada oficina a partir de jogos didáticos e dinâmicas em grupo, bem como ofereceram diversas informações com demonstrações utilizando macromodelos, imagens em cartazes, transparências, apresentação de vídeos e slides em “TV pendrive”, dramatização, jogos didáticos entre os muitos recursos didáticos.

Nestas ocasiões, ao final das apresentações foram solicitadas avaliações do público por amostragem e de forma voluntária e não identificada, por meio de questionário semiestruturado referente às oficinas assistidas. Responderam ao questionário 347 participantes, correspondendo a cerca de 12% do total de participantes. A análise dessas respostas comprovou a importância dos temas abordados e indicou que as oficinas sobre Drogas e Parasitoses provocaram o maior número de comentários e dúvidas dirigidos à equipe de apresentadores.

Referente a Parasitoses, algumas questões formuladas, mesmo após as explicações, surpreendeu por indicar que o saber popular prevalece quando comparados ao conhecimento científico. Exemplos de questões postas pelos estudantes identificados por letras:

- “Como que o porco fica quando está com a tênia na carne?” (estudante A)
- “O piolho se morrer depois de 30 dias ele sai da cabeça?” (estudante B)
- “O piolho e a pulga causam algumas doenças mais sérias fora as que vocês falaram?” (estudante C)
- “A solitária pode se desenvolver fora do intestino delgado?” (estudante D)
- “Se dar remédio sozinho em vez da solitária sair com as fezes ela pode sair pelo olho, orelha e boca?” (estudante E)

Estas indagações comprovam que a comunidade acumula “saber popular” e a exposição dessas dúvidas numa oportunidade de discussão sobre o tema permite esclarecimentos respaldados em fundamentação científica. A capacidade de interação dos apresentadores com os estudantes também favoreceu a apresentação dessas dúvidas, de maneira que se pode inferir que a prática docente e os recursos utilizados foram aprovados pelos participantes.

Na avaliação dos estudantes que assistiram a oficina sobre Educação Ambiental as colocações foram sugestivas, como segue a transcrição de alguns comentários:

“Acho que deveria ser abordado o aquecimento global, que é um assunto auge no momento... quais os fatores naturais que podem comprometer a vida humana?” (estudante F)

Mas houve quem ainda não se sentisse responsável pela sobrevivência do planeta, colocando toda a responsabilidade sobre aqueles que se preocupam e estudam os problemas, conforme expresso pelo estudante G:

“Vocês devem estudar mais, pois isso todo mundo já conhece. Acho que vocês devem apresentar uma solução não só ficar repetindo as mesmas coisas” (estudante G)

Também foi notificada a preocupação com o futuro do planeta e das espécies, a partir das indagações dos estudantes H e I:

- “Que tipo que vai ser o planeta do futuro?” (estudante H)
- “Existe um animal do Paraná que já é extinto na natureza?” (estudante I)

No comentário do estudante I também está representada a nítida dificuldade que os estudantes têm para se expressar de forma clara, seja pela escrita ou pela fala. No entanto, os acadêmicos conseguiram superar esta barreira da comunicação, o que favoreceu a participação espontânea de todos.

Nas avaliações dos estudantes que participaram da oficina sobre Drogas, houve muito comentário e elogio referente à maneira como os acadêmicos apresentaram o assunto. O estudante J expressou-se da seguinte forma, considerando-os como “professores” por estarem à frente da atividade:

“Os professores ensinaram e explicaram melhor o que a gente já havia estudado em Ciências” (estudante J).

Houve indagações que demonstram a curiosidade típica dos jovens e adolescentes sobre este tema como:

- “Os cigarro mais barato é mais forte do que o outro? (estudante K)
- “Qual é o espaço do corpo que é mais afetado pela nicotina e a droga? (estudante L)
- “A maconha, tabaco e a cocaína, como isso é produzido até chegar aos usuários?”. (estudante M)
- “Que droga mata?” (estudantes N e O)
- “Que droga mata uma pessoa?” (estudante P)
- “O que leva as pessoas para as drogas?” (estudante Q)

Particularmente nesta oficina, como o tema tratado era o mais polêmico, esperava-se que a participação fosse menor ou de forma tímida. Entretanto, os estudantes participaram das atividades propostas de forma espontânea e mostraram-se receptivos para surpresa de todos.

Considerações finais

Numa avaliação geral do trabalho, foi consenso na equipe que em apenas um encontro em cada comunidade pode ser encontrado um ponto frágil do trabalho. Dessa maneira, em caso de reedição, alternativas deverão ser propostas para sanar esta dificuldade. Por outro lado, foram inúmeros os aspectos considerados potencialidade do trabalho: a oportunidade que as oficinas propiciaram a todos (orientadores, acadêmicos, alunos e professores) para troca de informações e experiências, para análise e reflexão sobre conceitos, sobre a prática social individual e coletiva, e sobre as responsabilidades de cada cidadão na construção e transformação da sociedade.

Agradecimentos

À Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Governo do Paraná, pelas bolsas e pelo financiamento concedido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Introdução aos parâmetros Curriculares Nacionais . Brasília: MEC/SEF, 1997a.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

CORCETTI, M. L. Temas transversais: um estudo sobre a compreensão dos professores do ensino. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2007. 98 f.

GAVÍDIA, V. A construção do conceito de transversalidade. Pátio Revista Pedagógica. Porto Alegre, n. 5, p. 53-55, maio/jul. 1998.

SANTOS, L.L.C.P. Formação de professores na cultura do desempenho. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22615.pdf>>. ou Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Universidade sem fronteiras. Disponível em:<<http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=27>>. Acesso em: 01 mar. 2009.

UNESCO. 2008. A UNESCO e a formação de professores Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/educacao/areastematicas/formprof/formaprofleiamais/mostra_documento>. Acesso em: 12 abr. 2008.



ELEMENTOS PROPULSORES PARA REPENSAR AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM DSTs E HIV/AIDS

PROPELLING ELEMENTS TO RE- THINK EDUCATIONAL PRACTICES IN DSTs AND HIV/AIDS

UERJ - RJ

Bárbara Cristina Filgueiras Rossi¹

Eliane Tavares Natividade Teixeira²

RESUMO

O intuito central do projeto é desenvolver estudos que visam a criação de novas estratégias para a realização de ações de educação em saúde que tenham como eixo central a abordagem dos aspectos de prevenção e promoção da saúde especificamente no campo das DSTs e do HIV/AIDS. Para a consecução desse objetivo as atividades do projeto se desdobram em duas frentes intrinsecamente relacionadas, uma que se refere a formação de recursos humanos através de metodologia inovadora composta por oficinas temáticas e de vivências, e modelos distintos de supervisões; e outra voltada para a criação de abordagens da temática junto à população atendida. Os resultados obtidos são: delineamento do perfil da população; realização de grupos de sala de espera com formatos diferenciados, que tem como matéria-prima as representações sociais da população; construção de novas práticas e saberes e a consolidação de um campo de assistência-ensino-pesquisa-extensão na Policlínica Piquet Carneiro.

Palavras-Chave: Promoção da Saúde. DSTs e HIV/AIDS. Serviço Social.

ABSTRACT

The main goal of the project is to develop studies aiming at creating new strategies to carry out actions in health education which has as their central axis the aspects related to prevention and health promotion, specifically in the area of STDs and HIV/AIDS. For achieving this goal the activities were divided into two parts intrinsically related. One is related to qualify human resources through innovative methodology which consists of workshops about experiences and thematic issues as well as different supervision models. The other one is related to the development of thematic approaches to the participants. The findings are as follows: to outline the population profile; to organize waiting-room groups in different formats, which have as their raw material the social representations of its population; to build up new knowledge and practices, and to consolidate assistance, teaching, research and extension at Policlínica Piquet Carneiro.

Keywords: Health Promotion, STDs and HIV/AIDS, Social Work.

¹ Mestre em Serviço Social pela ESS/UFRJ, Assistente Social Coordenadora do Núcleo de Treinamento, Ensino, Pesquisa e Extensão em Serviço Social (NUTEPESS) da Policlínica Piquet Carneiro/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: barbara.filgueiras@yahoo.com.br

² Mestre em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ, Assistente Social Coordenadora do Núcleo de Treinamento, Ensino, Pesquisa e Extensão em Serviço Social (NUTEPESS) da Policlínica Piquet Carneiro/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: elianenatividade@yahoo.com.br

Introdução

O trabalho ora apresentado é parte dos resultados obtidos através do projeto de extensão “*Repensando as estratégias de prevenção e promoção da saúde em DSTs e HIV/AIDS*”, vinculado ao Departamento de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Inicialmente o referido projeto foi implementado no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), especificamente no Programa de Saúde Coletiva destinado a atender os usuários adultos acompanhados nos diversos ambulatórios do Hospital. Entretanto, no ano de 2008, a Reitoria da UERJ, a Direção do HUPE e a Direção da Policlínica Piquet Carneiro (PPC) – que está em processo de cessão à UERJ – deflagraram ações gerais que visavam à criação de um complexo de saúde que coadunasse as ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde.

Com vistas a efetivar essas ações, a Direção da Policlínica adotou, como uma das estratégias, a criação de coordenações de serviços a serem exercidas por professores universitários, com a finalidade de estreitar a relação Universidade-Serviço. No âmbito do Serviço Social, o reatamento de tal estratégia foi a criação da coordenação geral – exercida por uma professora da Universidade – que convidou as coordenadoras do presente projeto para serem coparticipes do processo de reestruturação do Serviço Social, ficando estas responsáveis pela criação e coordenação dos Núcleos de Treinamento, Ensino, Pesquisa e Extensão em Serviço Social (NUTEPESS) e o de Organização e Planejamento da Assistência.

Face a esse novo contexto, o projeto de extensão em tela foi ampliado e passou a figurar como um dos elementos para disparar o processo de reestruturação do Serviço Social da Policlínica, implementando as ações de ensino, pesquisa e extensão além de dinamizar a assistência prestada à população.

Método

A vulnerabilidade da mulher, frente à epidemia de HIV/AIDS, lança aos profissionais de saúde o desafio de “repensar as estratégias de prevenção e promoção da saúde em DST e HIV/AIDS”, para que obtenham ressonância junto à população atendida. A equipe envolvida no presente projeto utiliza como elemento propulsor desse “repensar” a realização de “*grupos de sala de espera*” (modalidade de prática educativa, nas quais os profissionais buscam estabelecer uma “interlocução ativa” com as mulheres enquanto estas aguardam a consulta médica) nos ambulatórios da Policlínica Piquet Carneiro/PPC (unidade de saúde, vinculada ao Sistema Único de Saúde, que presta assistência ambulatorial em diversas especialidades).

Desde a implementação do projeto na Policlínica (Junho de 2008) até Novembro de 2009, foram realizados 43 grupos de sala de espera, com a participação de 827 usuários, onde foram abordadas as temáticas específicas do projeto. Para que essas atividades propiciem o desenvolvimento de abordagens inovadoras, se faz necessário o treinamento continuado dos graduandos através da realização de: a) “*oficinas temáticas*” – criadas para oportunizar ao conjunto dos alunos estudos aprofundados sobre os temas (política de saúde, sexualidade, gênero, cultura, representações sociais, violência doméstica, entre outros) a serem abordados nas atividades de grupo; b) “*oficinas de vivências*” – criadas para a “experimentação” das possibilidades do fazer profissional. São espaços onde os treinandos dramatizam

situações referentes aos atendimentos individuais e aos grupos.

Essas oficinas foram criadas com o propósito de possibilitar ao aluno a Vicência da relação entre profissional de saúde e usuário, ora se colocando na condição de “profissional” ora como “usuário”. Além das oficinas também se fez necessário garantir *supervisões diferenciadas* como parte indispensável do processo de formação profissional.

Assim, foram realizadas “*supervisões de campo/cotidianas*” – voltadas para o acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas cotidianamente no campo; “*supervisões específicas*” – onde os alunos foram estimulados a refletir sobre a indissociabilidade entre a teoria e a prática, além de ter sido o momento onde foram discutidos os meandros que envolvem o complexo fazer profissional do Assistente Social; “*supervisões gerais*” – onde ocorreu a interseção com os demais projetos de extensão implementados no Serviço Social da Policlínica³.

Essas supervisões vêm criando um espaço ímpar de discussão uma vez que permite à equipe, de um modo geral, a possibilidade de desenvolver ações em áreas específicas, sem perder a noção do que acontece em todo o Serviço Social. Diante do exposto é possível afirmar que as atividades proporcionadas pelo projeto vêm contribuindo para a garantia da integração entre “ensino-pesquisa-extensão-assistência”, posto que visa a produção de conhecimento, o fortalecimento de um campo que oferta aos alunos a articulação teórico-metodológica e prático-operativa, além disponibilizar aos usuários ações de educação em saúde e atendimentos individuais em constante processo de qualificação.

Resultados

Os resultados ora apresentados se referem a uma parte das atividades desenvolvidas pelo projeto, qual seja: análise dos dados obtidos através da pesquisa quali-quantitativa efetuada a partir das 56 entrevistas semiestruturadas realizadas por amostragem aleatória. As entrevistas foram efetuadas junto às usuárias dos ambulatórios de ginecologia, obstetrícia, pediatria e cardiologia da Policlínica que compõem o público-alvo dos “grupos de sala de espera” do projeto.

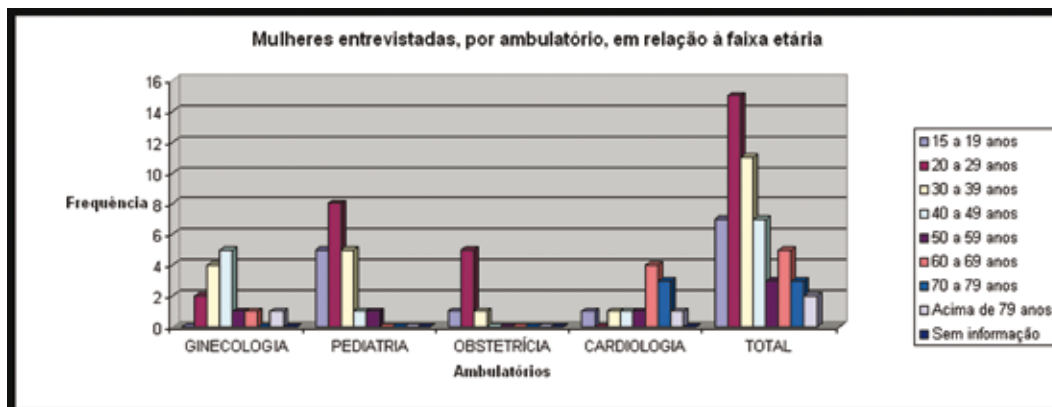
Cumprе ressaltar que esses “grupos de sala de espera” têm como matéria-prima as representações sociais acerca das múltiplas determinações do processo saúde-doença, no que se refere às DSTs e ao HIV/AIDS. Os objetivos centrais da pesquisa foram aprofundar o conhecimento acerca das mulheres atendidas, retroalimentar o fazer profissional e subsidiar o planejamento de novas ações para o projeto.

³“Educação em saúde em doenças crônicas: desvendando o processo saúde-doença” e “Assessoria a práticas educativas na saúde” – essas supervisões envolvem todo o conjunto de graduandos de Serviço Social inscritos na Unidade, o conjunto de Assistentes Sociais inseridas nas diversas áreas da Policlínica e as coordenações.

Análise dos Dados

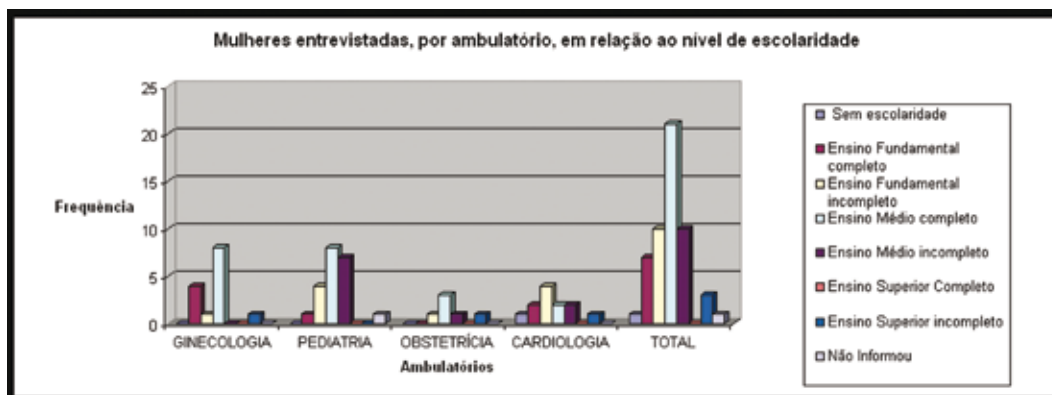
Perfil sócio-econômico

Gráfico 1 – Faixa Etária



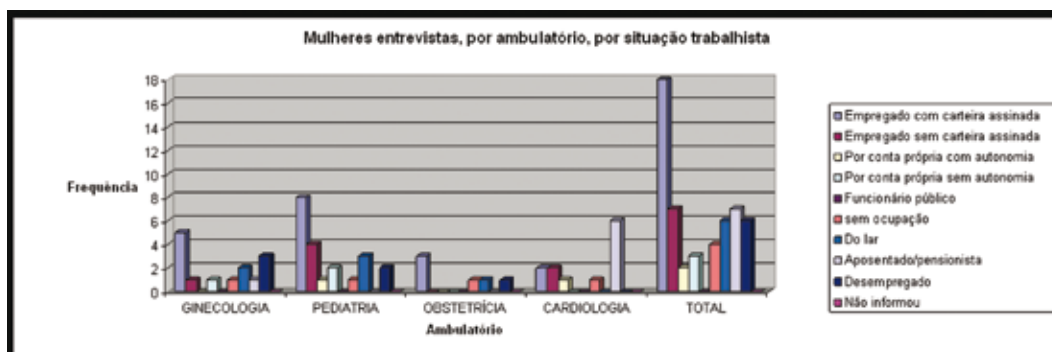
Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 2 – Nível de Escolaridade



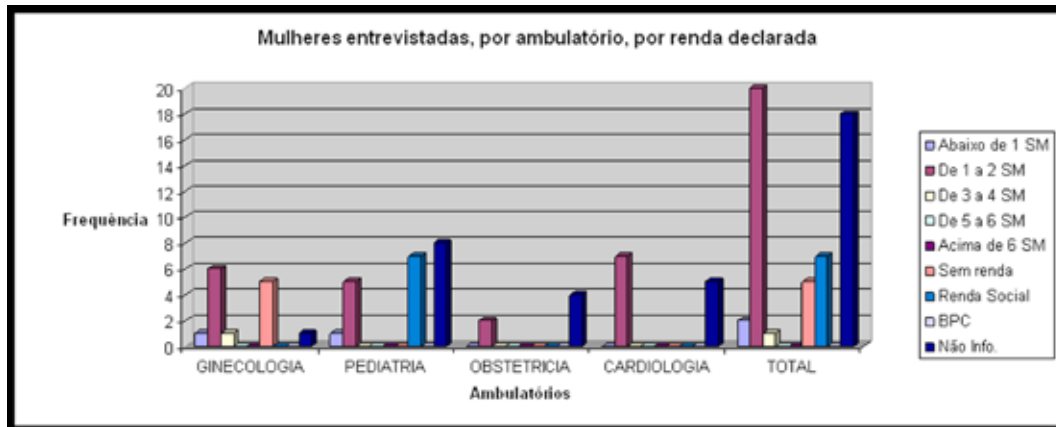
Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 3 – Situação Trabalhista



Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 4 – Renda Declarada



Fonte: Pesquisa de Campo

Face aos dados obtidos foi possível identificar que em relação ao **perfil sócio-econômico** 65% das mulheres se autodeclararam pardas ou negras, concentram-se na faixa etária dos 20 aos 39 anos, cursaram o ensino médio completo, trabalham com carteira assinada e auferem renda até 2 salários mínimos.

Na pediatria, temos um percentual significativo de mulheres que relataram renda oriunda de programas sociais como o Bolsa-Família do Governo Federal.

Porém, em relação à renda, identificamos uma maior dificuldade de coletar os dados. A hipótese é que mesmo garantindo a não identificação das entrevistadas, ainda está presente no imaginário social que as Assistentes Sociais determinam a elegibilidade para os programas sociais, onde a renda é definidora do acesso e, por conseguinte, a sua declaração poderá resultar em uma ação fiscalizatória do profissional.

Na cardiologia identificamos um perfil diverso de mulheres que se autodeclararam como pardas e negras (75%), que estão concentradas na faixa etária de 60 a 79 anos, com ensino fundamental incompleto, com um pequeno contingente que trabalha, mas que em sua maioria tem sua fonte de renda oriunda da Previdência Social, seja na condição de pensionista ou de aposentada.

Em relação às **condições de habitabilidade**, temos que 94,3% das entrevistadas residem no Município do Rio de Janeiro (embora 30,2% não sejam natural do Rio de Janeiro) e que 84,9% relataram residir em domicílios de alvenaria, cujo o acesso à água e ao esgoto é fornecido pelo sistema oficial de abastecimento do Estado (CEDAE). Porém, 15% das entrevistadas informaram utilizar o sistema de fossa para o escoamento do esgoto e 3,7% relataram utilizar água de “poço” para abastecer o domicílio. Em relação ao tratamento dado à água para beber, 84,9% das mulheres afirmaram que filtram a água e 15,1% relatou que, por não confiar na qualidade da “água da CEDAE”, compram galões de água mineral.

Em relação à **composição familiar**, foi possível observar a tendência de famílias

pouco numerosas, uma vez que 64,2% declararam ter de um a dois filhos e 60,4% residem com duas ou três pessoas. Das mulheres que relataram residirem sozinhas, a maior concentração está na cardiologia e esse dado aponta um dos problemas vivenciados pelos idosos: a solidão. Essa temática será objeto de ação de outro projeto de extensão do Serviço Social da Policlínica: “Educação em saúde em doenças crônicas: desvendando o processo de saúde-doença”.

Aspectos de prevenção/promoção da saúde e sexualidade

No se refere à análise das questões concernentes à **vida sexual e relacionamento**, identificamos que a maioria das mulheres entrevistadas tem vida sexual ativa (68%) e mantém relacionamento estável, seja casada/morando junto ou com namorado fixo, cujo tempo de relacionamento varia de 1 até 21 anos.

No que se refere aos **aspectos de prevenção/promoção da saúde** apenas 9,4% declararam ter contraído algum tipo de DST. Das entrevistadas, 96,3% afirmaram já terem ouvido falar sobre as DSTs (citando no mínimo duas delas) e HIV/AIDS. Deste percentual, 49,1% citaram como fonte de informação, acerca das DSTs, as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social da Policlínica. Em relação ao HIV/AIDS, 36% referem os meios de comunicação como a maior fonte de informação. Destaca-se que apenas uma entrevistada relatou ter obtido informações com amigos e/ou familiares, o que pode significar que a temática ainda é pouco discutida no âmbito das relações interpessoais. Para a maioria das mulheres, a principal via de transmissão das DSTs e do HIV/AIDS é a *sexual sem proteção*. No que se refere às informações obtidas acerca do HIV/AIDS ainda identificamos a grande ênfase na associação entre a AIDS e a morte iminente.

“É um câncer avançado, porque emagrece, fica fraco e não tem cura”.

“Doença terminal.”

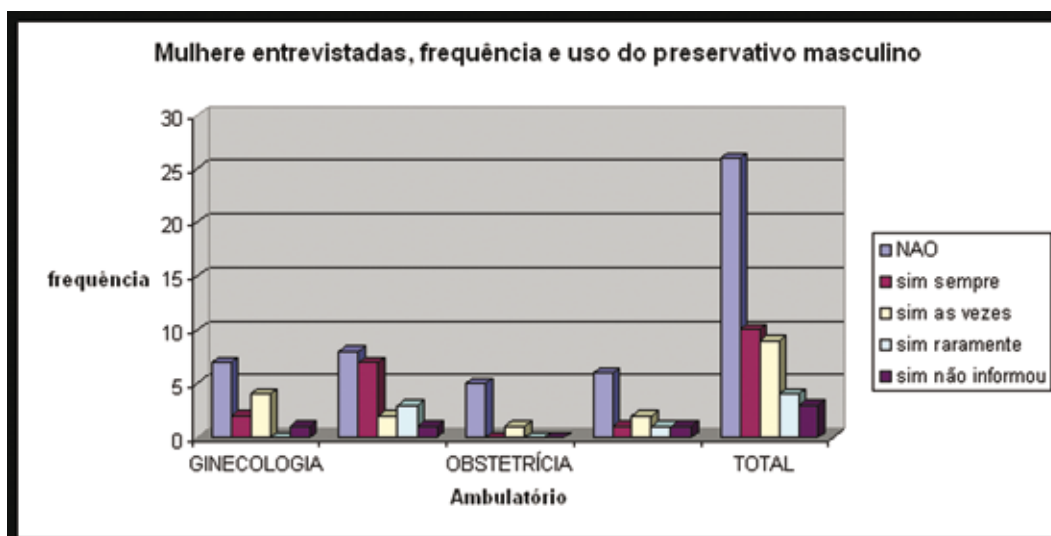
“Doença que não tem cura, ataca o sistema imunológico, você fica sem defesa no organismo”.

“Doença que mata”.

Fonte: Pesquisa de Campo

Especificamente, no campo da prevenção, quase a totalidade das mulheres, 98,1%, apontaram o uso do preservativo masculino como a principal forma de evitar tanto as DSTs quanto o HIV/AIDS. Porém, em relação ao uso nas suas relações sexuais, a maior parte das entrevistadas afirmam que não o utilizam, conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Uso do Preservativo Masculino



Fonte: Pesquisa de Campo

Entretanto, ao articular as informações gerais sobre prevenção com as referentes às representações sociais acerca da temática, a grande maioria das mulheres entendem a AIDS como a doença “do outro”, elegendo grupos mais vulneráveis ao contágio pelas DSTs e pelo HIV/AIDS

“Principalmente os nordestinos por acharem que não pega”

“As garotas de onde eu moro, que têm entre 12 e 13 anos que não se cuidam e até as mulheres casadas que têm os maridos safados e mulheres de idade que não se cuidam”

“As pessoas que vivem em abrigo, a população de rua”

“As garotas de programa, travesti, pessoas diferentes.”

“Tem muita gente desinformada. Os adolescente, porque as famílias tem muita vergonha de falar no assunto. Não sei se as pessoas não procuram saber, ou se não querem saber, acham que tem assunto mais importante”

“As que não usam camisinha e as que saem com qualquer um”

“As meninas que acham que não vai acontecer”

“As pessoas de baixa renda estão mais expostas a esse tipo de doença, porque o pobre as vezes não se priva de algumas coisas. As ricas por serem mais conservadoras se privam.”

“Principalmente os que bebem.”

Fonte: Pesquisa de Campo

As mulheres entrevistadas não se percebem como vulneráveis ao contágio pelas DSTs e pelo HIV, na medida em que afirmam que estas doenças são comuns aos “outros”, aqueles “diferentes de mim”. Em decorrência dessa percepção grande parte das mulheres entrevistadas, apesar de exprimirem o conhecimento (âmbito cognitivo) acerca da relevância do uso do preservativo na prevenção das DSTs e do HIV/AIDS, assenta na confiança no parceiro fixo, independente do tempo de relacionamento, a sua estratégia de prevenção.

“Porque eu e meu marido somos fieis um ao outro.”
 “Porque tenho parceiro fixo”
 “Porque meu marido não gosta”
 “Porque sou casada.”
 “Porque sempre me relaciono com a mesma pessoa”

Fonte: Pesquisa de Campo

Foi identificado também que apesar de terem sinalizado o uso do preservativo masculino como a principal forma de prevenção das DSTs e do HIV/AIDS, quando falam da vivência pessoal acerca do uso desse preservativo, muitas mulheres o reconhece apenas com um dos métodos contraceptivos e justificam o não uso do mesmo em decorrência da utilização de outros meios de contracepção

“Porque fiz ligadura”
 “Porque tomo injeção”
 “Porque eu não gosto de usar e tomo remédio”

Fonte: Pesquisa de Campo

As entrevistas realizadas, coadunadas com os relatos dos grupos de salas de espera, possibilitaram uma análise que reforça que para trabalhar o eixo da prevenção de DST e HIV/AIDS – acrescido da vulnerabilidade feminina – é necessário conciliar os aspectos cognitivos, afetivos, culturais que envolvem o processo saúde-doença. Assim, além de manter as atividades já efetuadas, serão buscadas estratégias para aprofundar as temáticas, utilizando a modalidade interventiva de “grupos fechados”, para que seja possível disparar processos que contribuam para que as mulheres se tornem sujeito de seu próprio processo de saúde-doença.

Conclusão

O projeto propicia o desenvolvimento de ações que obtém resultados tanto para a população usuária, quanto para os alunos envolvidos. Com isso, é possível afirmar em relação aos usuários que: os dados analisados apontaram a necessidade de manter as ações de educação em saúde acerca da prevenção/promoção da saúde em DSTs e HIV/AIDS, além de desvelar a necessidade de discussão de temáticas concernentes ao projeto de extensão – também desenvolvido no Serviço Social da Policlínica – “Educação em Saúde em doenças crônicas: desvendando o processo saúde-doença”, em especial no ambulatório de cardiologia.

Para o próximo ano estão previstas novas estratégias de práticas educativas, como grupos fechados, com vistas a aprofundar ainda mais as temáticas abordadas, buscando associar os aspectos cognitivos aos afetivos, sociais e culturais do conhecimento. Também serão realizados atendimentos/acompanhamentos individuais com estudos de caso.

No que se refere ao conjunto de alunos envolvidos, as ações do projeto resultaram em uma maior competência no manejo de técnicas prático-operativas, em um aprofundamento da articulação teórico-prática e no conhecimento acerca de técnicas de pesquisa quali-quantitativas. Acreditamos que o conjunto de ações em desenvolvimento colaborará para a formação de profissionais com conhecimentos indispensáveis para um exercício profissional qualificado, em sintonia com os preceitos estabelecidos no Código de Ética Profissional.

REFERÊNCIAS

MENDONÇA, E. A. P. Tematizando gênero e sexualidade nas práticas educativas. In: BRAVO, M. I. S.; VASCONCELLOS, A. M.; GAMA, A. S.; MONNERAT, G. L., (Orgs.) Saúde e Serviço Social. Rio de Janeiro: Cortez; 2004. p.196-212.

MINAYO, M. C. O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HULITEC ABRASCO, 1994.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Textos em representações sociais. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TEIXEIRA, E. T. N.; ROSSI, B. C. F. Desafios para a valorização das representações sociais e da linguagem dos sujeitos nas atividades de educação em saúde. Revista Interagir Saúde, Rio de Janeiro, UERJ/UFF, n. 11, 2007.



UTILIZAÇÃO DO LÚDICO COMO COADJUVANTE DO CUIDADO PRESTADO PELA ENFERMAGEM NA PEDIATRIA

USING LUDIC ACTIVITIES TO SUPPORT THE CARE PROVIDED BY NURSING STAFF IN THE PEDIATRIC UNIT

URI - RS

Adrieli Pivetta¹

Carla Argenta²

Elisangela Argenta Zanatta³

RESUMO

Relato de um Projeto de Prática Assistencial de Enfermagem, proposto pela disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Frederico Westphalen. As ações do projeto foram implantadas no primeiro semestre de 2009, na Unidade Pediátrica de um hospital da Região Norte do RS. Teve como objetivo proporcionar o cuidar, essência da profissão Enfermagem, através de momentos de recreação, diversão e lazer para as crianças que se encontravam hospitalizadas, permitindo que desenvolvessem as atividades próprias da idade, que a hospitalização ou a própria patologia acabaram limitando ou impossibilitando. Participaram do projeto quinze crianças, na faixa etária de dois a nove anos. As ações traduziram-se em: pinturas, desenhos, confecções de cartões, dobraduras e histórias. As ações possibilitaram aos pequenos pacientes atividades que vão além das impostas no ambiente hospitalar, permitindo à equipe de enfermagem oferecer um plano de ação diferenciado.

Palavras-chave: Enfermagem; Lúdico; Criança hospitalizada.

ABSTRACT

It is a report about the project Nursing Practice Assistance, proposed during the research conducted to produce the Term Paper to complete the Nursing Course at Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen. The project actions were implemented during the first semester of 2009, in the Pediatric Unit of a hospital located in South of Brazil. It was designed to provide hospitalized children care, the essence of the nursing profession, through recreational activities, entertainment and leisure, allowing them to develop activities according to their age which the hospitalization or the disease limited or made impossible for them. Fifteen children, between the ages of two and nine, took part in the project. It resulted in paintings, drawings, cards, origami and stories. It allowed patients to perform small activities that go beyond those imposed by hospitals, allowing the nursing staff to offer a different plan of action.

Keywords: Nursing; Playful; Hospitalized children.

¹ Enfermeira da Fundação Regional Integrada. adri_pivetta@hotmail.com

² Enfa. Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Docente da **Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões** – Campus de Frederico Westphalen. carlaargenta@yahoo.com.br

³ Enfa. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Docente da Universidade Estadual de Santa Catarina – Campus de Palmitos. elisangelaargenta@hotmail.com

Introdução

O cuidado surge na humanidade ainda na Pré-história, devido à necessidade de perpetuação da espécie. Assim, ele aparece com a finalidade de garantir a conquista de condições básicas de vida para os indivíduos com os quais se convive, assegurando-lhes a continuidade do grupo. Com a passar do tempo, o conceito dado ao cuidado evoluiu e ganhou novos significados, sempre buscando corresponder às necessidades da população. E, nesta perspectiva, nasce no século XIX, a Enfermagem como profissão representada pelo ato de cuidar.

Assim, a Enfermagem sempre trouxe a conduta de prestar cuidado aliado à arte, essência da profissão, buscando através dele oferecer dignidade e qualidade de vida por meio de uma assistência integral e humanizada. Para tanto, compete ao enfermeiro buscar formas de cuidado que vão além das expostas em livros de procedimentos e da competência técnica, incorporando atividades que facilitam a efetividade deste processo, inerente à profissão.

Quando o cuidado a ser prestado destina-se ao público infantil, deve o profissional ter consciência de que se trata de um público diferenciado, que exige maior cautela, atenção e dedicação. Oferecer as condições básicas para um desenvolvimento saudável para a criança em ambiente hospitalar nem sempre é uma tarefa fácil, cobrando do profissional enfermeiro planos assistenciais que venham ao encontro das particularidades deste público.

Nesta mesma concepção é possível dizer que a criança encara a hospitalização como algo negativo, muitas vezes como um castigo que a proíbe de ser criança e que a afasta de seu círculo familiar e social, impedindo-a de realizar atividades as quais estava acostumada, como o brincar e o comunicar-se com outras crianças. Inverter esta imagem requer do enfermeiro habilidades capazes de tornar o ambiente hospitalar em um local aconchegante para a criança, onde a mesma consiga se sentir protegida e segura.

É nesta perspectiva que nasce a importância do desenvolvimento das ações lúdicas com as crianças que se encontram limitadas ao ambiente hospitalar. Através do brincar, o enfermeiro pode diminuir o estresse e a angústia, resultantes da hospitalização, devolver à criança atividades que antes eram rotineiras e transformar sua permanência hospitalar em algo menos penoso, oferecendo condições básicas para o seu crescimento e desenvolvimento.

Frente a essas considerações que se propôs a implantação de atividades lúdicas como estratégia de efetivar o cuidado na Unidade Pediátrica de um hospital da Região Norte do Rio Grande do Sul. Buscou-se, através das ações lúdicas, minimizar os sentimentos negativos da criança, como medo, dor e ansiedade em relação ao local, doença e equipe de enfermagem, além de disponibilizar momentos de recreação e lazer, permitindo o desenvolvimento de ações capazes de despertar a criatividade, imaginação e confiança entre paciente e enfermeiro, para seu desenvolvimento e favorecendo o envolvimento também do familiar neste processo.

O CUIDADO EM ENFERMAGEM

O ato de cuidar emerge como algo extremamente indispensável para a evolução da saúde do ser humano, pois representa humanização, devoção, sentimento, dedicação e envolvimento do profissional em prol da saúde de quem o recebe. Na enfermagem, todas as definições de cuidado o trazem como algo

primordial e essencial para a profissão, sempre aliado à arte, à humanização e a valorização da vida humana, o que o torna algo muito valioso.

Busca-se, com o cuidado, tornar a assistência humanizada e adequada ao ser humano, apresentando suporte e elementos fundamentais que ofereçam condições para se viver bem. Para isso, o cuidar requer do enfermeiro consciência sobre a importância da dedicação, zelo, atenção e criatividade, muitas vezes exigindo inovações para efetivação das práticas referentes ao cuidado.

Para Lopes (2005), por ser o enfermeiro o profissional que permanece por maior tempo com o paciente, pressupõe-se que é nele que o paciente deposita sua confiança, credibilidade e a própria vida, com a visão de dispor de alguém capaz de auxiliar no seu processo de recuperação. Dessa forma, cabe salientar que o profissional enfermeiro precisa compreender que no momento em que presta o cuidado possui em sua frente algo muito mais complexo que uma patologia a ser tratada, possui diante de si um ser humano que pensa, sente e carece ser percebido e tratado como tal.

A relação entre enfermeiro e paciente é descrita por Guimarães & Rosa (2008), quando enfatiza que o enfermeiro deve conquistar a confiança do seu cliente, mostrar sua competência e lhe garantir o melhor tratamento possível. Assim, o enfermeiro precisa apresentar-se disposto a oferecer o que está ao seu alcance ao ser humano que está sob seus cuidados, utilizando para isso estratégias que possam facilitar o cuidado, o conforto e o bem-estar, essenciais à recuperação, como exemplo, a utilização do lúdico, especialmente quando esse ser trata-se de crianças.

CUIDADO AO CLIENTE PEDIÁTRICO: COMPLEXIDADE E SENSIBILIDADE

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina, através da Lei nº8.069, de 13 de junho de 1990, que a criança deve gozar de todos os direitos fundamentais inerente à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, como condições de liberdade e de dignidade. Estabelece-se, assim, o compromisso, por parte de todas as pessoas que convivem com a criança, de oferecer e facilitar essas condições fundamentais, independente do local ou situação em que ela se encontra.

Portanto, salienta-se que cuidar do ser criança requer do cuidador a tarefa de defender e facilitar a promoção das atividades que são próprias da idade, além de permitir a ela que demonstre seus desejos e anseios da maneira que lhe parecer mais fácil. Inibir ou proibir a criança de expressar ou concretizar seus pensamentos não é benéfico nem a ela e nem ao cuidador, que acaba não conhecendo de fato a criança a ser cuidada.

Quando uma criança é separada do seu lar, por necessitar de hospitalização, afasta-se de sua vida cotidiana, do ambiente familiar e promove um confronto com a dor, com a limitação física e a passividade, aflorando sentimentos de culpa, punição e medo da morte (MITRE; GOMES, 2004). A doença é vista pelas crianças de várias maneiras, sendo impossível descobrir o motivo pelo qual ela pensa estar hospitalizada e as expectativas que constrói sobre a internação.

O público infantil, na sua maioria, percebe a hospitalização como um castigo que

invade sua privacidade e autonomia, contradizendo sua vontade, pois é próprio da criança a necessidade de liberdade, de movimento, de gastar energias através de brincadeiras, jogos e ações. O enfermeiro possui um papel fundamental neste processo, pois deve construir maneiras de fazer com que a criança sinta-se à vontade e encare o período da maneira menos penosa possível.

Frente a estas circunstâncias, o enfermeiro tem o dever de identificar os problemas causados pelo processo de hospitalização e, em conjunto com a equipe, criança e acompanhante, elaborar planos de ações assistenciais que diminuam as intercorrências causadas pela permanência no hospital, isso de maneira interativa, democrática e com participação efetiva de todos os envolvidos. Para que isso ocorra, se pode proporcionar à criança a libertação de seus sentimentos e criatividade, através de jogos, pinturas e brincadeiras com a equipe e com outras crianças que se encontram em situação análoga.

A criança precisa sentir-se protegida, encontrar no hospital um local harmonioso e aconchegante. Muitas são as possibilidades de intervenção quando se usa o lúdico no ambiente hospitalar; o enfermeiro pode criar, juntamente com a criança, o caminho mais suave e adequado para cada caso, patologia e tratamento, a fim de que ocorra melhor eficácia no resultado final e diminuição dos efeitos negativos que a hospitalização causa no desenvolvimento da criança.

A BRINCADEIRA COMO COADJUVANTE NO TRATAMENTO PEDIÁTRICO: UMA ALTERNATIVA PARA O PROFISSIONAL ENFERMEIRO

Diante da fragilidade e delicadeza da situação familiar e da própria criança diante da hospitalização, o enfermeiro precisa, além da competência técnico-científica, ser sensível e criativo para construir e propor alternativas a fim de diminuir o estresse e a tensão. Neste contexto, Zagonel, Lacerda e Castanha (2005, p. 97) declaram que

estando o enfermeiro inserido neste contexto de cuidar, ele pode utilizar também diferentes instrumentos de cuidado, como a criatividade e a comunicação, para ajudar seus pequenos pacientes a descobrir mundos e sentidos novos, transpondo assim as barreiras de certos medos e inseguranças que o ambiente hospitalar desperta.

A ludoterapia é uma prática usada pelos profissionais enfermeiros com o intuito de dinamizar o cuidado no ambiente hospitalar. O enfermeiro é um educador que, muitas vezes, necessita usar técnicas criativas que vão ao encontro das necessidades do público assistido. O fato da ludoterapia ser, principalmente, utilizado com pacientes pediátricos é justificada por Martins et al (2001, p.1) quando dizem que “brincar é a atividade mais importante da vida da criança e é crucial para seu desenvolvimento motor, emocional, mental e social. É a forma pela qual ela se comunica com o meio em que vive e expressa ativamente seus sentimentos, ansiedades e frustrações”.

Assim, com a brincadeira, a criança sente-se mais disposta a expor e verbalizar seus sentimentos sobre determinada situação, permitindo ao profissional estabelecer métodos capazes de auxiliar a criança a lidar com suas dificuldades. Deste modo, o lúdico aparece

como uma potencialidade terapêutica capaz de transformar o ambiente hospitalar visto como algo triste, repleto de doenças e males, em um local alegre e divertido que possibilita a recuperação de maneira humana e digna.

O brincar no hospital converte a ideia de ser o doente um ser passivo, que apenas recebe e aceita, o que lhe julgam necessário; ao contrário disto, o lúdico permite que o cliente passe a ser também um ator deste processo. Propõe-se com a brincadeira, um novo padrão de relacionamento no ambiente hospitalar, que tanto a equipe de enfermagem como paciente e família construam um elo de confiança e trabalhem em conjunto.

Frente às considerações estabelecidas até o momento, é possível afirmar que fica clara a importância e o benefício do brincar, tanto para o desenvolvimento das práticas do cuidado efetivadas pelo enfermeiro, quanto para a vida e desenvolvimento físico, emocional e psíquico das crianças que se encontram limitadas a um leito hospitalar. Assim, nada mais justo proporcionar a estes pequenos seres o direito que possuem de brincar, rir, sonhar e divertir-se para minimizar as dificuldades que a situação lhes impõe e, ao mesmo tempo, em igual importância, permitir a construção de um elo afetivo que favoreça a comunicação com a equipe com a qual convive.

METODOLOGIA

As ações lúdicas foram implantadas durante o primeiro semestre de 2009 em um hospital da Região Norte do RS, mais especificamente na Unidade Pediátrica. As atividades aconteceram semanalmente, num dia da semana previamente combinado com a equipe de saúde responsável pela Unidade. Participaram da implantação deste projeto quinze crianças, com idade entre dois e nove anos, de ambos os sexos, com os mais variados diagnósticos.

A implantação do projeto seguiu basicamente três passos pré-definidos, descritos abaixo.

- 1º passo: Apresentação do projeto e seus objetivos à equipe de enfermagem e à equipe multiprofissional da Unidade Pediátrica, com o intuito de sensibilizar os profissionais sobre a importância da realização das ações lúdicas na efetivação do cuidado à criança que necessita permanecer hospitalizada.
- 2º passo: Apresentação do projeto e sensibilização dos acompanhantes sobre a importância das atividades propostas, como maneira de minimizar os efeitos negativos frente à doença, hospitalização, tratamento e equipe de saúde.
- 3º passo: Implantação das atividades. As ações foram pré-definidas e realizaram-se de acordo com o desejo, interesse e condições das crianças participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas, ao todo, seis atividades, as quais eram propostas após avaliação da idade e diagnóstico das crianças, deixando claro que estavam sujeitas a alterações conforme o desejo e capacidade dos pacientes. As ações traduziram-se em: exposição de desenhos; pintura de cascas de ovos; painel de dobraduras; cartão em comemoração ao Dia das Mães; desenho livre e contos de histórias. Todas escritas e discutidas a seguir.

A primeira atividade, realizada com uma exposição de desenhos, contou com a participação de sete crianças de três a oito anos, com diagnósticos variados. As crianças confeccionaram pinturas com temas pascais as quais foram expostas no corredor da Pediatria. Duas crianças possuíam acesso venoso na mão dominante, mas mesmo assim se propuseram a desenvolver as atividades, sendo que uma pediu que fosse puncionada a outra mão.

Durante a ação, com vistas a tentar uma aproximação e com isso construir um vínculo com a criança, vários assuntos foram abordados, momento em que todos relataram sentir falta e saudade da creche ou da escola. Ao encontro dessa declaração, Zagonel, Lacerda e Castanha (2005, p.96-97) dizem que na hospitalização, “a criança é afastada de maneira abrupta da família, amigos, brinquedos e escola, situação que leva a criança ao estresse”. Diante desses apontamentos salienta-se que através da atividade de pintura, foi possível perceber o resgate deste mundo de integrações e atividades do qual sentiam grande carência, isso através da visível alegria e do envolvimento com que realizavam a atividade.

Após o término das pinturas, como forma de valorizar cada criança e com isso contribuir para sua autoestima, os desenhos foram expostos no corredor da Unidade com a ajuda das crianças, as quais se sentiram valorizadas e importantes. Vários profissionais dispuseram de seu tempo para prestigiar o trabalho e elogiar os pacientes que adoravam o reconhecimento.

Com a atividade, que durou um pouco mais de uma hora, foi possível perceber a confiança e interação formadas entre todos os envolvidos, iniciando, assim, a formação do primeiro vínculo com a criança e seus familiares. Ficou clara a necessidade que as crianças tinham de executarem ações próprias de suas idades e de terem a oportunidade de se sentirem bem. Em relação a isso, Fontoura (2004, p.200) escreve que

brincar desenvolve a iniciativa, a imaginação, o intelecto, a curiosidade e o interesse, o corpo e a estrutura psíquica, o senso de responsabilidade individual e coletiva, a cooperação, colocar-se na perspectiva do outro, a capacidade de lidar com limites, a memória, a atenção e a concentração por longo período de tempo.

Assim, foi possível unir a necessidade das crianças com o processo de cuidar da Enfermagem, formando uma cumplicidade capaz de superar qualquer ideia errônea sobre a relação profissional/paciente, vista, muitas vezes, como sinônimo de sofrimento e punições. O contato menos formal, resultou em crianças menos tensas e mais íntimas à equipe.

Já na segunda atividade tomou-se como tema ovinhos de Páscoa e participaram dessa atividade duas crianças, com seis e oito anos, sendo que um dos pacientes participou

também da ação anterior. A brincadeira foi desenvolvida no quarto da enfermaria, onde os participantes encontravam-se internados. Ainda em preparação à Páscoa, as crianças foram convidadas a pintar, com tintas não tóxicas e laváveis, cascas de ovos. A atividade foi aceita de maneira eufórica e entusiasmada pelos pequenos.

Aproveitou-se o momento de descontração e interação com as crianças para conversar e sensibiliza-las sobre alguns cuidados importantes para a saúde como a higiene corporal e do ambiente onde se vive. Em relação a isso Castro et al (1998), descrevem que a educação em saúde para crianças deve superar o modelo clássico e se tornar prazeroso, capaz de estimular a imaginação e a criatividade, fato este observado no decorrer da atividade.

Durante a ação, foi possível perceber a integração, imaginação, criatividade e entretenimento das crianças ao pintar as cascas. Um dos pacientes, que momento antes referia cefaléia, pareceu esquecer-se da dor e participou do momento lúdico de maneira eufórica, comprovando dessa forma o que diz Martins et al (2001) quando relatam que o brincar possui uma função curativa, permitindo à criança constituir uma válvula de escape para seus conflitos.

É válido salientar que foi clara a mudança de comportamento das crianças durante e após a realização das atividades. Estas passaram a se apresentar mais calmas e mais íntimas com a equipe, mesmo com os profissionais que não estiveram presentes durante a atividade, pois associaram a brincadeira como ação da Unidade e não somente de uma pessoa, resultando na harmonização das crianças com o local, facilitando, portanto, o cuidado.

Dando continuidade as ações, foi confeccionado na terceira atividade um painel de dobraduras, participando três crianças, na faixa etária de seis a nove anos, na enfermaria, onde todas permaneciam internadas. A proposta foi lançada e aceita por todas as crianças e traduziu-se na produção de um painel através de dobraduras. Os pacientes foram convidados a produzirem as dobraduras que já conheciam e após aprenderam novas técnicas. Na ocasião, foi discutida com as crianças, a importância de preservar o meio ambiente e manter uma vida saudável.

O trabalho confeccionado foi exposto na antessala da enfermaria, onde recebeu vários elogios. A ação não só despertou o raciocínio das crianças como também modificou o cotidiano da internação, fato que confirma e reforça o pensamento de Mitre & Gomes (2004), quando afirmam que a promoção do brincar no espaço da hospitalização infantil pode contribuir para que se (re)signifique o modelo tradicional de intervenção e cuidado de crianças hospitalizadas.

A quarta atividade ocorreu em comemoração ao Dia das Mães e teve a participação de apenas um paciente, que internava regularmente na Unidade e já havia participado de uma das ações. Foi levantada a possibilidade da confecção de um cartão em homenagem ao Dia das Mães, que foi prontamente aceita pela criança de três anos de idade.

Em um momento de ausência da mãe, criança fez desenhos no interior do cartão, guardando-o embaixo do travesseiro para surpreendê-la quando retornasse ao quarto. A atividade durou alguns minutos e ao retorno da mãe a criança entusiasmada entregou-lhe o cartão, deixando-a extremamente emocionada. De acordo com Mitre & Gomes (2004, p.147), “o lúdico é percebido como uma possibilidade de se ganhar ou construir algo de

positivo ou bom num momento de tantas perdas”.

Na oportunidade, ressaltou-se a importância do brincar em ambiente hospitalar como ação de cuidado prestado pela enfermagem, inclusive respaldado pela Lei através da Resolução do COFEN 295/2004 de 24 de outubro de 2004, que estabelece no seu Artigo 1º que compete ao Enfermeiro atuante na área pediátrica, enquanto integrante da equipe multiprofissional de saúde, a técnica do Brinquedo/Brinquedo Terapêutico na assistência à criança e família hospitalizadas.

A quinta atividade, que se caracterizou pelo desenho livre, teve a participação de apenas uma criança e ocorreu em um dia que não havia programação de atividade, justificado por ser um caso especial. A criança internava regularmente para recebimento de quimioterapia e apresentava grande resistência ao tratamento.

Para que aceitasse a punção de seu cateter totalmente implantado, foi prometida a disposição de papéis, tintas e pincéis durante todo o período que permanecesse internada. Ainda apresentando resistência, a punção foi realizada e o material entregue. A criança ocupou o material disponibilizado enquanto recebia o tratamento necessário.

Durante a medicação, o paciente referiu cefaléia, mas não foi empecilho para o desenvolvimento dos desenhos. Em vista dessa situação, buscou-se promover, como cita Cohen (2006, p.43),

um trabalho que através do brincar possa aliviar a dor psíquica inerente ao tratamento quimioterápico [...]. A aposta no ato de brincar é tributária à hipótese de que é possível transformar o desprazer, inerente ao tratamento quimioterápico, em um espaço propício à criação.

A sexta ação foi realizada na enfermaria da Unidade Pediátrica, com a participação de quatro crianças, entre dois e sete anos. Como todas apresentavam diagnóstico de doenças respiratórias, optou-se por uma atividade que não exigisse esforços.

Coletivamente, as crianças escolhiam histórias a serem contadas, e, a cada virar de página, apresentadas as imagens. Segundo Brasil (2003), poder falar das histórias, identificar-se com os personagens, rir e se emocionar com os contos e imagens contidas nos livros proporciona à criança espaço para imaginar e brincar, mesmo estando imobilizada num leito. Assim, ao término de cada história, as crianças eram estimuladas a falar sobre a passagem que mais chamou a atenção, sendo que algumas das histórias ganhavam continuidade.

A ação permitiu uma ótima integração entre todos os participantes e, com certeza, possibilitou que as crianças superassem a ideia de ser o hospital um local monótono. Cabe relatar que os livros permaneceram com as crianças para que, sempre que sentissem vontade, tivessem acesso ao material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações, como previsto, conseguiram não só comprovar a eficiência do lúdico como forma de cuidado utilizado pela enfermagem na pediatria no sentido de minimizar os sentimentos negativos gerados pela permanência no hospital, como proporcionar momentos de recreação e distração, além de contribuir na formação de uma relação de cumplicidade entre profissional e criança/família.

Cabe salientar que após a implantação deste projeto a utilização do lúdico na Unidade Pediátrica passou a fazer parte do Manual de Normas e Rotinas de Enfermagem do Hospital da Cidade de Passo Fundo, como algo próprio da criança e que não deve ser privada nem mesmo na hospitalização. Até porque é neste momento de impotência que a criança precisa ser estimulada a manter suas rotinas e costumes para que as consequências sejam menos traumatizantes possíveis.

Possibilitar aos pequenos pacientes atividades que permitem e estimulem ir além dos impostos no ambiente hospitalar, permitiu à equipe de enfermagem oferecer um plano de ação diferenciado, que cuida sem apoderar-se da autonomia do indivíduo e sua família. Fazer com que a criança perceba a hospitalização e o cuidado de Enfermagem não mais como um castigo, mas como algo agradável, foi possível graças às estratégias utilizadas com o lúdico, dedicação, criatividade e também conhecimentos científicos sobre a criança e seu modo de percepção do ambiente.

Os resultados obtidos não poderiam ser melhores, pois além de alcançar todos os objetivos propostos, ajudando as crianças e acompanhantes a terem uma permanência hospitalar mais sociável e menos penosa, contribuiu para a realização de um cuidado humanizado, gerado através de atitudes ainda consideradas alternativas, mas que possuem ação tão importante quanto as consideradas convencionais.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, Poder Executivo, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto Biblioteca Viva em Hospitais. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/public/radis/vasmont/BibViva.html>>. Acesso em: 25 maio 2009.

CASTRO, A. P. R et al. Brincando e aprendendo saúde. Texto Contexto Enfermagem. Florianópolis, v.7, n.3, p. 85-95, set/dez 1998.

COHEN. R. H. O Averso da dor: uma reflexão sobre a influência do brincar como coadjuvante na cura de crianças com neoplasias. Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology, ano 6, n.1, maio 2006.

FONTOURA, T. R. Brincar viver aprender: educação e ludicidade no hospital. Disponível em: <http://www.escolaoficialudica.com.br/atuacoes/brincar_viver_aprender.htm>. Acesso em: 25 de maio de 2009.

GUIMARÃES, J. L. M; ROSA, D. D. Rotinas em oncologia. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LOPES, M. J. Os clientes e os enfermeiros: construção de uma relação. Rev.Esc.Enferm.USP, São Paulo, v.39, n.2, p.220-228, 2005.

MARTINS, M. R et al. Protocolo de preparo da criança pré-escolar para punção venosa, com utilização do brinquedo terapêutico. Revista Latino-americana Enfermagem, Ribeirão Preto, v.9, março/abril, 2001.

MITRE, R. M. A; GOMES, R. A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde, p. 147-154, 2004.

SIGAUD, C. H. S. et al. Enfermagem pediátrica o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1996.

WALDOW, V. R. Cuidado humano o resgate necessário. 3.ed. São Paulo: Editora Sagra Luzzatto, 1994.

ZAGONEL, I. P. S; LACERDA, M. R.; CASTANHA, M. L. Hospital: lugar para o enfermeiro cuidar o imaginário? Acta Paul Enferm, v.18, n.1, p.94-99. Mar. p.94-99, 2005.



A ARTE DE EXPRESSAR O SIGNIFICADO DA FAMÍLIA – UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO-EXTENSÃO EM ENFERMAGEM

THE ART OF EXPRESSING THE MEANING OF FAMILY – AN EXPERIENCE OF TEACHING AND EXTENSION IN NURSING

UESB - BA

*Luzia Wilma Santana da Silva*¹
*Emanuelle Caires dias Araújo Nunes*²
*Lucas Amaral Martins*³
*Camila Fabiana Rossi Squarcini*⁴
*Franck Nei Monteiro Barbosa*⁵

RESUMO

O estudo é um relato de experiência de discentes-docentes do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, desenvolvido a partir de dinâmica e discussão de grupo na disciplina Saúde da Família, a qual insere acadêmicos de enfermagem no Projeto de Extensão Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Cuidados à Saúde da Família em Convivibilidade com Doenças Crônicas-NIEFAM. Da dinâmica foram produzidos desenhos que expressaram a compreensão acerca do significado de família, destes foram tecidas reflexões à luz do Pensamento Sistêmico, fundamentação teórico-metodológica da disciplina para o desenvolvimento de competências/habilidades de cuidar à família em sua complexidade e multidimensionalidade. Da experiência resultaram reflexões que colaboram para o alcance do objetivo da disciplina: conhecer a família como unidade sistêmica, dinâmica e inter-relacional e o contexto de suas relações sócio-culturais e ambientais tendo em vista o cuidado ao sistema familiar, e a produção de conhecimentos para o enlace ensino-pesquisa-extensão.

Palavras-Chave: significado da família, pensamento sistêmico, ação extensionista.

ABSTRACT

This study reports the experiences of students and teachers of Nursing Course of Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. It was developed from dynamic and group discussion in the Family Health discipline, which integrates nursing students in the extension project Interdisciplinary Center of Studies and Extension in the Family Dealing with Chronic Diseases – NIEFAM. The dynamics produced drawings that expressed the understanding of the meaning of family. Then, there were reflections under the light of Systemic Thinking, theoretical and methodological foundation provided by the discipline that aims to develop family care skills/abilities in its complexity and multidimensionality. The experience resulted in reflections that contributed to achieve the discipline goal: to understand family as a systemic, dynamic and inter-relational unit and the context of its social, cultural and environmental relations, focusing on the family system care and on the knowledge gained by teaching, research and extension.

Keywords: meaning of family, systemic thinking, extension action.

¹ Doutora em Enfermagem – PEN/UFSC. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Cuidados à Saúde da Família em Convivibilidade com Doenças Crônicas – NIEFAM da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Professora Adjunta do Departamento de Saúde da UESB. E-mail: luziawilma@yahoo.com.br.

² Enfermeira especialista, mestranda do Programa de Pós- Graduação em Enfermagem e Saúde da UESB. Bolsista CAPES. Membro do NIEFAM/UESB. E-mail: manoharaujo@ig.com.br.

³ Acadêmico de Enfermagem/UESB. Bolsista/UESB/ NIEFAM. E-mail: lucasmartins31@hotmail.com.

⁴ Mestre em Ciências. Professora assistente do Curso de Educação Física UESB. Membro do NIEFAM. E-mail: csquarcini@gmail.com

⁵ Especialista em Metodologia do Ensino de Educação Física. Professor auxiliar do curso de Educação Física. Membro do NIEFAM. E-mail: francknei@yahoo.com.br

Introdução

A definição de família encontra diversos significados construídos com base nos valores interpessoais e intrafamiliares que cada um de nós desenvolve ao longo de seu ciclo vital. A compreensão que enlaça este pensar foi desenvolvida neste estudo, resultante de um momento de construção conjunta (docentes-discentes) no processo ensino-aprendizagem, na busca do significado atribuído à família por este grupo na óptica dos conhecimentos e valores que cada um trouxe consigo, sendo expressos seus modelos mentais de forma artística e comentados durante a realização de uma dinâmica de grupo.

A proposta se desenvolveu no primeiro contato da disciplina optativa Saúde da Família, do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – campus Jequié –, vinculada ao Núcleo interdisciplinar de Estudos e Extensão em Cuidados à Saúde da Família em Convivibilidade com Doenças Crônicas – NIEFAM – Projeto de Extensão e Ação Continuada ligado à linha de pesquisa: Família em seu Ciclo Vital. O referido Projeto é âncora de uma rede de estudos de ensino-pesquisa-extensão e o contexto de sua inserção na comunidade promove que disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação da área de saúde e humanas tenham este como ferramenta de inserção social na comunidade jequieense.

Em outras palavras, o NIEFAM se reveste de um contexto de proximidade e inclusão social de pessoas da comunidade extra e intramuros universitário. No cenário de suas ações, apresentaremos um recorte de ação educadora inserida em ação comunitária com a experiência da disciplina Saúde da Família, no segundo período de 2009.

A contextualização da dinâmica no processo ensino-aprendizagem desenvolvida na disciplina Saúde da Família – componente curricular do sexto semestre do Curso de Graduação em Enfermagem – alicerça-se numa metodologia complexificadora, inter-relacional e crítico-reflexiva na qual foram mobilizados os modelos mentais dos discentes de forma à produção de expressão artística visual em desenhos capazes de expressar suas percepções de mundo sobre a compreensão de família. A partir da manifestação artística, foram tecidas reflexões à luz do Pensamento Sistêmico, fundamentação teórico-metodológica que ancora os conteúdos propostos na disciplina. Esta experiência resultou em reflexões que foram ao encontro da ementa da disciplina: conhecer a família como unidade sistêmica, dinâmica e inter-relacional e o contexto de suas relações socioculturais e ambientais na rede social de pertença, sendo este subsidiado pelas atividades extensionistas do Projeto NIEFAM.

A família é o primeiro ambiente de socialização do homem e seu significado resulta das relações socioculturais estabelecidas a partir da vivência pessoal e grupal de cada indivíduo. Assim, ao longo da evolução das relações humanas, diferenciadas características contextuais determinam os diversos significados de família (CANEVACCI, 1987).

A compreensão do significado de família passou por diversas reformulações, encontrando na atualidade a óptica sistêmica, que implica numa visão global da estrutura e desenvolvimento familiar, ou seja, a abrangência respectiva de suas dimensões espacial e temporal (ALARCÃO, 2006).

Este estudo buscou articular o conteúdo programático da disciplina Saúde da Família aos conhecimentos trazidos pelos discentes, considerando seus saberes, oportunizando uma assimilação/aprendizagem mais efetiva. Essa articulação remete à compreensão da abordagem da Psicologia do Desenvolvimento defendida por Piaget, que aponta a necessidade de conhecer o educando a partir de seu contexto psicossocial, suas vivências pregressas, as quais subsidiam a apreensão do conhecimento e formação profissional da estrutura intelectual do sujeito, que, por sua vez, percebe a realidade a partir das

relações entre os aspectos cognitivos e os conceitos e significados que estes possuem por sua historicidade (FLAVELL, 1996). Filosofia de trabalho desenvolvida pelo NIEFAM na articulação de sua linha de pesquisa em seus trabalhos ensino-pesquisa-extensão.

A relevância desse estudo, à luz de nossa compreensão, assenta-se na possibilidade de um trabalho de interconexão no qual o ensino tem a inserção comunitária – a extensão –, e esta se reveste no constructo do saber crítico-reflexivo dos acadêmicos, promovendo inquietações para emersão de novos conhecimentos através de pesquisa e, assim, num processo circular recursivo, retorna à extensão, que retorna à graduação, que retorna à pesquisa.

Método

Trata-se de um estudo tipo relato de experiência da dinâmica de ensino-aprendizado na metodologia complexificadora junto aos discentes do sexto semestre do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, no período de agosto a dezembro de 2009. O cenário do estudo foi a sala de aula – para alcançar as residências de famílias e a Unidade de Saúde da Família do município de Jequié - BA.

Para a técnica de aproximação de saberes foi disponibilizado folhas de papel ofício A₄ e lápis grafite para desenho, sendo reservado tempo de 20 minutos para atividade artística, com posterior apresentação discursiva para troca de conhecimentos e percepções sobre família. Essa abordagem de estudo, segundo Gil (2002), consiste em contar uma história que permite ao pesquisador desvelar aspectos subjetivos da cultura e da organização social, de modo a possibilitar o relato de suas observações, de forma contextualizada.

A análise das imagens dos desenhos e suas discussões pautou-se na abordagem poética, focalizando e explicitando os elementos necessários à interpretação e compreensão do significado dos desenhos. A abordagem poética permite a movimentação do pesquisador no sentido de explorar os dados, transitando por interpretações variadas, conferindo a este maior liberdade de tratamento. A Poética Social transcende a interpretação do comportamento isolado, ao contextualizar, analisar e ponderar ações, percepções e emoções dos sujeitos, o que faz através da transversalização de múltiplas interpretações, as quais, neste estudo, clarificam a compreensão tecida e expressa pelos relatores/experenciadores desta construção (HOFFMAN; PAKMAN, 2007).

Os discentes, ao expressarem o significado de família nos desenhos, possibilitaram o destaque de dimensões, que foram categorizadas em cinco eixos temáticos: família consanguínea e tradicional; família como todo interdependente; família como alicerce/base/porto seguro; família como relação de afetividade – uma dádiva a ser cultivada/cuidada/abençoada; e família como espaço/contexto de diversidade. Para cada eixo foi designada uma imagem, anunciadas por trechos construídos no processo de análise, perspectivados em poesias alusivas à discussão e compreensão da experiência vivenciada.

Resultados – O significado atribuído ao universo familiar

A família consanguínea e tradicional

Figura I: Os amores da minha vida: pai, mãe, irmãos, avós, primos, tios, as pessoas da minha casa, do meu sangue.



Fonte: produções do grupo durante dinâmica

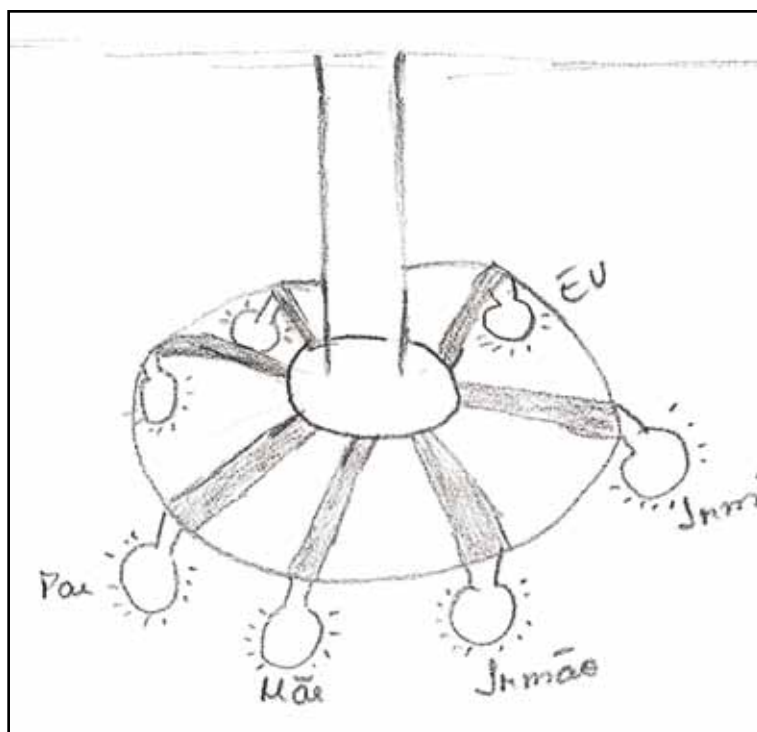
Observou-se que a representação familiar tem sua significância nos laços de sangue e conformação identitária fortemente presentes nos valores que cada um traz consigo. Esta percepção encontra coerência nas formas de enxergar o sistema familiar e não elimina nem substitui outras visões historicamente constituídas, servindo, no entanto, para enriquecer esse significado.

Cervený & Berthoud (2002) destacam que uma das formas de enxergar a família vem descrevê-la como estrutura mais ou menos rígida, considerando suas regras, definição de hierarquia, papéis assumidos por seus membros, entre outros aspectos tradicionais. Esta análise familiar deve, conforme estes autores, delinear qual a fase de desenvolvimento vital esta família está experienciando, considerando as particularidades da mesma, enquanto família consanguínea, cuja etapa do ciclo de vida será determinada pela idade/fase dos filhos, sendo crucial para prever as necessidades específicas deste sistema.

No desenho, é clara a observação de que a família, para esse discente, configura-se com estrutura: pai, mãe e irmãos, ou seja, uma família nuclear – embora essa conformação familiar tenha sofrido reestruturação nas últimas décadas, sendo cada vez menos frequente.

Família como todo interdependente

Figura II: Cada Luz é um membro da minha família. Assim, como o lustre, a família só pode ser bela com todas as luzes acesas. Família: o maior presente que Deus nos deu! Acho até que é maior que a vida, porque a vida sem família não poderia existir. Ela é a luz que nos fortalece e nos une todos os dias.



Fonte: produções do grupo durante dinâmica

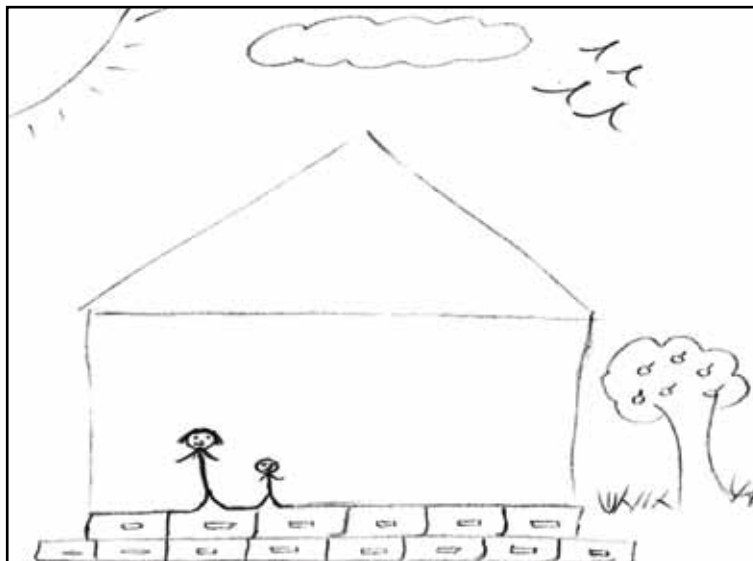
A visão trazida acerca do todo familiar remete ao Pensamento Sistêmico, que proporciona uma diferenciada abordagem da realidade familiar, contrapondo-se ao pensamento fragmentador do pensar cartesiano ao demonstrar a contextualização das partes no todo familiar, a exemplo do lustre. Esta compreensão requer um olhar voltado para um contexto mais amplo, que envolva o ambiente e as interações organizacionais de seus componentes (BERTALANFFY, 1977; MORIN, 1997).

A compreensão da dinâmica familiar envolve suas relações permeadas pela influência que os membros exercem sobre o funcionamento do sistema, sendo o contrário também verdadeiro, o que abrange os princípios da inteireza, globalidade, circularidade, retroalimentação, capaz de direcionar o sistema à morfogênese.

O sistema familiar está vulnerável a interferências externas de origens diversificadas que podem gerar no grupo mecanismo de adaptabilidade e crescimento. O sistema buscará se organizar de acordo com sua autonomia e conformação, realizando trocas com o meio, fechando-se e abrindo-se, de acordo com suas necessidades e respeitando sua hierarquia (papéis) e fronteiras, ou seja, limites com outros sistemas (BERTALANFFY, 1977; MORIN, 1997; WRIGTH e LEAHEY, 2002; ALARCÃO, 2006).

Família como alicerce/base/porto seguro

Figura III: A família é a base que alicerça a vida, o porto seguro em que podemos aportar em qualquer momento, o sustento de nossas vidas. É quem acolhe, protege e alimenta. É a felicidade, onde tudo começa e tudo termina.



Fonte: produções do grupo durante dinâmica

A família foi referida como a base de tudo, o alicerce que proporciona segurança e proteção aos que dela partilham, denotando a profunda relação construída em torno desta, permeada por afeto e sentimentos fortes positivos, o que confere a esta o atributo de suporte nos momentos de dificuldade enfrentados, o que a caracteriza como um porto seguro. O contrário também é verdadeiro, a família pode ser um ambiente de promoção de doença e desestabilização do indivíduo –aspectos que estão alicerçados diretamente na ética familiar de valores e papéis transmitidos intergeracionalmente, que poderão torná-la saudável ou doente.

Nesta perspectiva do desenho, a família é acolhedora, permitindo a construção de experiências, vivências relacionais. Para Pinho e Kantorsky (2004), ela representa o ambiente em que a pessoa recebe o apoio afetivo, psicológico, valores humanos e éticos necessários para seu pleno desenvolvimento e crescimento físico e mental, constituindo-se na base do convívio social, ao preparar o ser humano para enfrentar o mundo exterior, inserindo-o na comunidade.

O suporte familiar desenvolve-se por meio da capacidade de adaptação do sistema diante de uma crise, o que é definido por Anaut (2005) como *resiliência*, ou seja, o enfrentamento saudável de circunstâncias adversas. O cuidado ao indivíduo-família enquanto sistema implica em auxiliá-lo a desenvolver a resiliência. Nesta abordagem, o cuidador deve ajudá-las a encontrar em si recursos para adaptabilidade, estimulando as energias psicossociais para enfrentar as situações difíceis da vida, trabalhando a partir de suas experiências.

Família como relação de afetividade – uma dádiva a ser cultivada/cuidada/ abençoada

Figura IV: A família vai além dos laços sanguíneos, são aquelas pessoas que a gente escolhe para fazer parte da nossa vida. Família é aquela que nos ama com liberdade incondicional. Que nos envolve, protege e nos acalenta em todos os momentos. Que o Senhor abençoe as famílias com seu Amor!



Fonte: produções do grupo durante dinâmica

Perceber a família em sua subjetividade tem sido uma construção necessária na atualidade. Diversos autores têm focalizado estes aspectos, na busca por inserir uma compreensão mais abrangente à família, como na experiência relatada.

Essa interpretação já encontra respaldo na Organização Mundial de Saúde (1994), ao afirmar que o conceito de família não pode ser limitado aos laços de sangue, sendo representada então por vínculos de confiança e suporte mútuo; e ainda na legislação, com base no art. 5º, inciso II, da lei nº 11.340/06, família é “compreendida como unidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou vontade expressa”.

Estudiosos de família corroboram para este significado, destacando-a como “grupo de indivíduos ligados por fortes vínculos emocionais, com o sentido de posse e a inclinação a participar das vidas uns dos outros” (WRIGHT; LEAHEY, 2002, p.67)

Nessa óptica, é preciso que a família seja compreendida a partir de seus valores, sentimentos de amor, realização pessoal na convivência com o outro significativo e formadora da identidade humana por meio da filiação e da transmissão intergeracional (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Destaca-se aqui a percepção que foi construída da necessidade que a família tem de ser cuidada e cultivada pela sua importância como sistema social. A ênfase evidencia a importância da inclusão deste grupo no sistema de saúde e educação; e a necessidade de um olhar mais abrangente sobre sua gênese, destacando-se o enfoque sistêmico como

importante metodologia de abordagem à família.

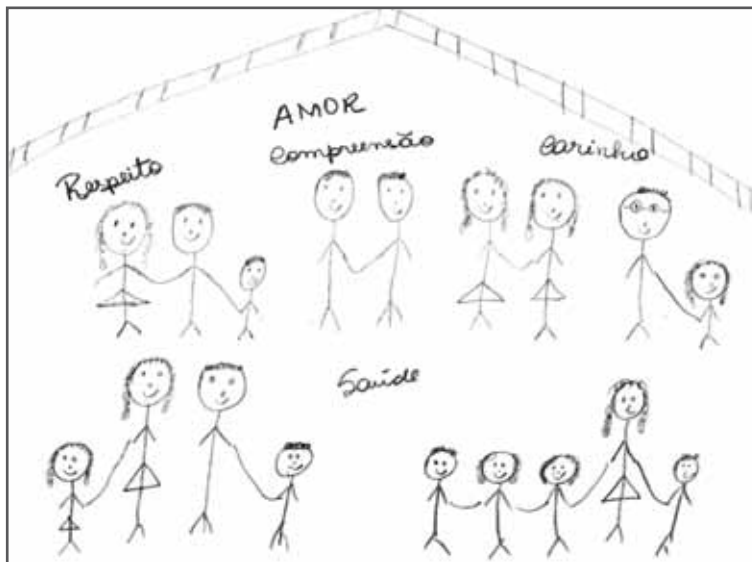
O cuidado à família com qualidade exige um contexto multidisciplinar de atuação cuidativa, numa filosofia interdisciplinar que considere a totalidade, singularidade e inserção histórico-social da família, saberes que valorizam o cuidado de enfermagem a este sistema. Para isso, a estratégia ensino-extensão-pesquisa encaminha o discente a olhar, buscando enxergar o contexto que permeia e circunscreve o indivíduo e a família (CHRISTOFFEL; PACHECO; REIS, 2008).

Resta & Motta (2005) ressaltam a necessidade de uma visão de saúde ampliada, fundada na dinâmica da diversidade cultural e social, o que para eles torna-se fundamental na conquista do novo modelo assistencial.

Ao almejar um cuidado sistêmico à família, é necessário desenvolver uma “integração”, um olhar transversal mais atento e capaz de perceber que onde se espera encontrar coisas simples tem-se uma infinita complexidade, o que requer relações entre as disciplinas capazes de diluírem-se num todo, onde cada uma deixou um pouco de si e absorveu um pouco da outra, visando cuidar melhor da família em suas multiversas necessidades – interdisciplinaridade (POMBO, 2004).

Família como espaço/contexto de diversidade

Figura V: A família pode ser pequena, grande, diferente... O que importa é o respeito, o amor, a compreensão, a saúde e o carinho que ela representa em nós.



Fonte: produções do grupo durante dinâmica

A família foi apontada como diferenciada em contextos diversos, admitindo as variações trazidas por Alarcão (2006), que infere a necessidade de reavaliar a conformação dos grupos familiares, destacando variações em torno do ciclo vital que cada família, em sua diversidade, possui. A autora classifica a família em nuclear; unipessoal; monoparental; reconstruída; alargada; extensa; coabitação; institucional; comunas; adotivas e comunitárias.

No desenho, podemos observar uma rede de famílias, entrelaçadas por valores de respeito, amor, compreensão, carinho e saúde, no centro das suas relações interpessoais. Isto demonstra que esse bem maior – a saúde – tem influência direta na satisfação e qualidade do viver humano, no sistema familiar.

Portanto, as percepções de sistema familiar apontam para um novo pensar/agir frente à complexidade, instabilidade e intersubjetividade do grupo, requerendo uma abordagem interdisciplinar na compreensão de suas inter-relações entre si e com o meio. Assim, o conceito de saúde envolve o desenvolvimento humano em todas as fases do ciclo vital, na aceitação de que o todo e as partes se influenciam mutuamente no processo saúde-doença em nível biopsicossocial, cultural, ecológico e espiritual (SILVA; GONÇALVES; COSTA, 2006).

Considerações Reflexivas Finais

Esta experiência consistiu num importante momento de construção e reconstrução de conhecimentos. Foi possível discutir o significado de família, a partir da subjetividade inerente ao ser humano (o discente), o que oportunizou a expressão de sentimentos e vivências, as quais puderam ser assimiladas e relacionadas com o fundamento teórico que norteia a compreensão trazida pela disciplina Saúde da Família ancorada no Pensamento Sistêmico.

Ao criar um momento de troca de experiência, valorizando o saber que o discente traz, foi possível implementar a abordagem cognitivista de Piaget, proporcionando a valorização do conteúdo, permitindo a correlação com sua própria historicidade e princípios, favorecendo melhor apreensão do conhecimento para cuidar das famílias, de maneira a inserir-se nas ações extensionistas do NIEFAM.

A aproximação entre família, acadêmicos de enfermagem e equipe multiprofissional tem possibilitado, ao longo dos anos de inserção do Projeto na comunidade, benefícios bilaterais. No olhar crítico reflexivo de profissionais, para o trabalho nas comunidades; no fortalecimento da população, para os seus direitos e deveres de sujeitos-cidadãos; na inserção da Universidade na comunidade. A ligação entre estes cenários tem promovido um ambiente enriquecedor para o ensino-pesquisa-extensão na formação de sujeitos crítico-reflexivos para o cuidar profissional da família como primeiro sistema de cuidados de seus membros.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, M. (Des)equilíbrios familiares: uma visão sistemática. Coimbra: Quarteto, 2006.
- ANAUT, M. A resiliência: ultrapassa os traumatismos. Lisboa, PT. CLIMEPSI. 2005.
- BERTALANFFY, v. L. Teoria dos sistemas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso: junho 2009.
- CANEVACCI, M. Dialética da família. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.
- CERVENY, C. M. O. Visitando a família ao longo do ciclo vital. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- CHRISTOFFEL M. M.; PACHECO, S. T. A.; REIS, C. S. C. Modelo Calgary de Avaliação da Família de recém-nascidos: estratégia pedagógica para alunos de enfermagem. Esc Anna Nery Rev Enferm; v.12, n.1, p.160-165, mar. 2008. Disponível em: <http://www.eean.ufrj.br/REVISTA_ENF/20081/27ARTIGO23.pdf>. Acesso em: 16 Jul 2009.
- FLAVELL, J. H. A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget. 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
- GIL, A.C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOFFMAN, L.; PAKMAN, M. Poética Social. In: FERNANDES, L.; SANTOS, M. R. (Coords.). Terapia familiar, rede social e poética social. Lisboa: Climepsi Editores, 2007.
- MORIN, E. O método. A natureza da natureza. 3 ed. Lisboa, Portugal: Publicações Europa-América, 1997
- OMS: Copenhague. Consultado em dezembro 2008. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>
- PINHO, L. B.; KANTORSKI, L. P. Reflexionando el contexto psicosocial de familias de pacientes internados en la unidad de urgencias. Cienc. enferm., Concepción, v. 10, n. 1, jun. 2004. Disponible em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532004000100008&lng=es&nrm=iso>. Accedido em: 14 jul. 2009.
- POMBO, O. Interdisciplinaridade: ambições e limites. Viseu, Portugal: Relógio D'Água Editores, 2004.
- PONCIANO, E. L. T.; FERES-CARNEIRO, T. Modelos de família e intervenção terapêutica. Interações. vol.8, no.16, p.57-80, dez. 2003, Aceso em: 3 agosto 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000200004&lng=pt&nrm=iso>.
- RESTA, D. G.; MOTTA, M. G. C. Família em situação de risco e sua inserção no programa de saúde da família: uma reflexão necessária à prática profissional. Texto contexto - enferm. Florianópolis, v. 14, n. especial, 2005.
- SILVA, L. W. S.; GONÇALVES, L. H. T.; COSTA, M. A. S. M. C. Abordagem sistêmica de enfermagem à família – considerações reflexivas. SERVIR, Lisboa, vol. N. 54, n. 5, p.214-223, set-out. 2006.
- WRIGHT, L. M; LEAHEY, M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 3.ed. São Paulo: Roca, 2002.

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO “FESTIVAL DE MINI-HANDEBOL” NA FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

THE BENEFITS OF THE EXTENTION PROJECT “MINI HANDBALL FESTIVAL” TO THE PHYSICAL EDUCATION ACADEMICS

*Erivelton Fontana de Laat*¹

*Marina Daciuk*²

*Gabriela Martins Gorski*³

*Luciana Bortoli Funez*⁴

RESUMO

O mini-handebol é um jogo utilizado para a iniciação e aprendizagem do handebol, com regras e medidas alteradas por se tratar de crianças e que ainda não conhecem a modalidade, sendo assim, menos complexo do que o handebol propriamente dito. O presente estudo foi realizado com o intuito de relatar uma experiência prática de organização de evento e ensino da iniciação da modalidade handebol por acadêmicos do curso de Educação Física. Este estudo consiste em um relato de experiência. Participaram do evento 120 crianças das series iniciais de 6 escolas públicas e 1 particular localizadas na cidade de Irati-PR. Formaram-se 12 equipes mistas com idade entre 8 e 10 anos que foram acompanhadas pelos acadêmicos. Constatamos que a vivência na ação extensionista e o ensino da iniciação de uma modalidade contribuíram para a formação no curso de Educação Física.

Palavras-Chave: Mini-handebol; Ação extensionista; Escola.

ABSTRACT

The mini handball is a game used for introducing and teaching handball. It has its own rules and its measurement is changed since it is designed for children who do not know how to play the sport yet. Therefore, it is less complex than the original game. This study aims to report the practical experience of organizing an event and teaching handball for children. This study is an experience report of an event carried out by academics of Physical Education. The students that took place in the event attend elementary education in public and private school, in Irati, Paraná. The total number of participants was 120, between the ages of eight and ten. They were divided into 12 teams and were monitored by the academics. It was possible to notice that the extension experience and the teaching of a new sport were beneficial to the academics of Physical Education.

Keywords: Mini-Handball; Extention Practice; School.

¹ Professor do Departamento de Educação Física, Universidade Estadual do Centro-Oeste campus Irati.

E-mail: eriveltonlaat@hotmail.com

^{2 3 4} Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus Irati.

Introdução

Dentre os diversos conteúdos da Educação Física, o esporte é inegavelmente parte da história da área e se faz presente em todas as instituições escolares. Por essa razão, se faz necessário contextualizar o esporte enquanto prática social na aula de Educação Física, procurando enfocá-lo como uma fonte de conhecimento a ser apropriada pelo aluno, em toda a sua magnitude (FARIA et al, 2006).

Nos últimos anos, tem-se constatado um aumento considerável nas discussões sobre as metodologias de ensino dos Jogos Desportivos, com inúmeros assuntos em debate, principalmente nas abordagens pedagógicas utilizadas com crianças e jovens, o que tem ocasionado, em muitos casos, aos professores e treinadores se perceberem “numa rua sem saída” (BAYER, 1994, p.8).

Corroborando neste aspecto, Tavares (2006) afirma que o treinador, ao estruturar a relação existente entre os elementos técnico-táticos no processo de ensino-aprendizagem-treinamento dos esportes coletivos como o handebol, deve proceder de modo que o jogador entenda o que deve fazer (intenção tática), antes de conhecer como é que deve ser feito (execução técnica).

De acordo com Garganta (1998), deve-se buscar um método de ensino funcional, adaptando a técnica às situações reais de jogo, colocando o aluno frente a situações-problema que requerem, além do bom uso da técnica, capacidade para decidir sobre o que fazer. Porém, quem executa a técnica necessita de um bom domínio para poder direcionar seu foco de atenção ao ambiente. Caso contrário, sua atenção estará voltada ao processo, isto é, ao “como fazer” de cada gesto técnico. Então, para o ensino de habilidades motoras de ambiente aberto, a melhor abordagem deve ser baseada no problema, o que consiste em proporcionar aos indivíduos a capacidade de fazer boas escolhas e criar soluções rápidas fazer boas escolhas envolve percepção, tomada de decisão e quantidade de prática, que com o tempo leva ao controle motor aperfeiçoado.

Ganha entusiasmo eventos adequados à idade como os festivais esportivos, que como o próprio nome indica, são atividades de integração com caráter lúdico, voltados às crianças de sete a doze anos (SCAGLIA, 2006). Nesse sentido Castro et al (2008) citam a introdução da criança ao esporte, através do Projeto Mini-handebol da Confederação Brasileira de Handebol desde 2000 em muitos estados do Brasil.

O mini-handebol é um jogo utilizado para a iniciação e aprendizagem do handebol, com regras e medidas alteradas por se tratar de crianças e que ainda não conhecem a modalidade, sendo assim, menos complexo do que o handebol propriamente dito.

Segundo Knijnik (2004, p. 2):

Em primeiro lugar, recomenda-se que a iniciação ao handebol seja feita em um clima de absoluta ludicidade; tudo deve ser feito para que a criança obtenha um grande prazer por intermédio de sua prática esportiva, compartilhando bons momentos com os amigos enquanto aprende handebol.

As aulas de mini-handebol não ficam restritas ao domínio apenas dos fundamentos de handebol, elas são planejadas para propiciar, de forma muito mais lúdica do que competitiva, a combinação de diferentes habilidades motoras e técnicas.

De acordo com Petrobras (2008) seus objetivos se concentram em ser uma atividade que atraia os seus participantes e que crie o desejo de segui-la praticando com a finalidade de que a criança jogue e se divirta aprendendo o esporte. O ensino de esportes antes, durante e depois das competições é um desafio para os professores de educação física (SCAGLIA, 2006). No ensino para as crianças fica em questão orientar para que se haja uma prática prazerosa e, assim, obtenha-se a aderência a uma prática corporal.

No curso de Educação Física existem grandes preocupações no que diz respeito à teoria x prática. Portanto, houve a possibilidade de se desenvolver um projeto como forma de tentar minimizar a carência de situações próximas à realidade, possibilitando aos acadêmicos uma intervenção extensionista.

Enquanto instituição formadora de profissionais da área da saúde e lazer existe a preocupação em inserir os acadêmicos do curso de Educação Física no contexto do esporte educacional, para que possam, precocemente, vivenciar situações práticas, que lhes exijam raciocínio e julgamento críticos, conhecimentos e habilidades para a tomada de decisões e manutenção de relacionamentos interpessoal e intergrupar. Consideramos, ainda, que 10% das atividades curriculares devem ser realizadas em atividades de extensão, bem como a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 2001).

Seguindo essa direção, no início do ano de 2009 ocorreu a oportunidade de realizar um projeto de extensão Festival de Mini-Handebol em parceria com a Secretaria Municipal de Educação das cidades de Irati-Pr.

O referido projeto teve como objetivo geral possibilitar a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, oportunizando a troca de conhecimentos entre universidade e comunidade, tendo como essência a atividade de extensão, fazer uma (re)leitura da realidade social com perspectiva de modificação e favorecer a ampliação dos cenários da prática profissional para a mais adequada transmissão do conteúdo esporte.

A concretização do projeto ocorreu através de parcerias estabelecidas entre a instituição de ensino superior e as instituições de ensino nas séries iniciais. A partir da inserção nas aulas de Educação Física com a realização das diversas atividades que culminaram em um evento final, diversificaram o panorama da prática acadêmica.

Frente a essa realidade, consideramos avaliar, segundo a perspectiva dos acadêmicos de Educação Física, a contribuição das ações extensionistas na sua formação profissional da iniciação da modalidade handebol através de relatos de experiência.

A organização do festival

Para o início da organização do Projeto de Extensão Festival de Mini-Handebol, proposto pelo professor da disciplina de Handebol no curso em Licenciatura Educação Física da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, *campus* Irati, realizada no período de 15 de março a 06 de junho de 2009, foram levadas em consideração o planejamento e execução de uma educação esportiva de qualidade, garantindo o acesso de todos os estudantes à prática e ao conhecimento do esporte.

Foram definidas comissões organizadoras: Coordenadores: responsáveis por supervisionar as comissões; Comissão de Patrocínio: arrecadar fundos e todo tipo de ajuda necessária para a realização do evento; Comissão de Infra-estrutura: definir o ginásio, demarcar a quadra, materiais utilizados (bolas, apitos, premiação), localização de traves (2,40m de comprimento por 1,60m de altura), entre outros; Comissão de Audiovisual: organizar o som; Comissão de Marketing: divulgar o festival na rádio, internet e através

de panfletos; Comissão de Arbitragem: responsável por definir as regras e apitar os jogos no dia.

Todos os acadêmicos participaram de pelo menos uma das comissões. Além disso, houve a intervenção dos mesmos nas escolas da cidade de Irati-PR, trabalhando a iniciação da modalidade handebol, no sentido de enaltecer os aspectos positivos que precisam ser trabalhados no contexto escolar acerca do Esporte: congraçamento, união, respeito, alegria, cooperação e prazer.

A formação das equipes e o Festival

Todas as crianças que participaram das aulas e do festival foram autorizadas pelos pais ou responsáveis. Da mesma forma teve-se a autorização das escolas para a entrada e permanência dos acadêmicos nos horários combinados.

Participaram do evento 120 crianças das séries iniciais de seis escolas públicas e uma particular localizadas na cidade de Irati-Pr. Formaram-se doze equipes mistas com idade entre oito e dez anos que foram acompanhadas pelos acadêmicos, com a oferta das aulas em duas sessões semanais, com 50 minutos de duração por um período de 2 meses nos horários das aulas de educação física de cada escola.

As atividades realizadas com as crianças nos horários das aulas eram de responsabilidade de cada dupla de acadêmicos. Primeiramente, os acadêmicos explicaram o jogo de forma sucinta para as crianças, partindo da perspectiva de que a melhor forma de ensinar jogos coletivos é a partir do método global.

Com o decorrer das aulas, através das atividades propostas, os acadêmicos introduziam as regras conforme a evolução das crianças para com o jogo. Os espaços são reduzidos, as regras adaptadas, menor número de jogadores e maior participação contínua das crianças nos jogos, seguindo as regras do mini-handebol de Petrobrás 2008.

No dia da realização do festival, que teve início às 13h e término às 18h30min na tarde de sábado do dia 6 de junho de 2009, todas as crianças jogaram no mínimo três e no máximo cinco vezes acompanhadas pela dupla de acadêmicos responsáveis.

Algumas crianças puderam contar com a presença dos familiares prestigiando o evento, o que repercutiu de forma positiva, pois além de motivá-las, fomentou nos pais e também nas escolas uma reflexão sobre quão importante a realização de eventos que proporcionem lazer e diversão para a comunidade.

Como o objetivo não era a classificação, todas as crianças participantes foram premiadas com medalhas iguais. De acordo com Sobanski & Martins (2008), acredita-se que uma competição que a premiação ocorra de certa forma para todos e não com o objetivo de enaltecer “o melhor”, mas sim a superação individual, a integração, a cooperação, possa satisfazer uma maior parte dos participantes.

Resultados

Após o evento, foram realizadas discussões entre os acadêmicos e o professor coordenador, com o objetivo de apontar os principais erros, dificuldades e pontos positivos encontrados por todos durante o tempo de vivência. Alguns aspectos relevantes foram levados em consideração, já que por vez, fizeram parte da avaliação do festival como um todo, desde o princípio até o relatório.

Pontos positivos

“No geral, acho que os objetivos foram atingidos. Os acadêmicos tiveram uma noção básica de organização de evento, aplicaram na prática o ensino da modalidade, as crianças se divertiram e aprenderam que existe um esporte diferente daquilo que elas estão acostumadas a ver.” (Acadêmico 1)

“Foi importante realizar um evento para comunidades de variadas classes sociais, onde existe muita carência de lazer e esporte” (Acadêmico 2)

“A vivência dentro da escola, ver como é o comportamento de um professor, ter um contato direto com as crianças, ser tratado com respeito por eles. (...) A satisfação e a alegria das crianças em participarem dos jogos e se envolverem completamente com o esporte” (Acadêmico 3)

A partir das falas dos acadêmicos, vários aspectos positivos foram identificados. Como a aproximação dos alunos com os esportes coletivos e sua futura profissão; o acesso das crianças ao esporte; momentos de lazer para a comunidade, levando a atingir o objetivo traçado pelos acadêmicos na organização e no ensino.

As dificuldades encontradas

Deve-se destacar que as dificuldades encontradas foram as que geraram maiores discussões entre os acadêmicos, pois algumas não eram esperadas e por vez ficou difícil a compreensão já que foram presenciadas no âmbito escolar.

1º Aspecto relevante: *“Achei desagradável ouvir da professora que ela não permitiria que um dos alunos, por apresentar uma pequena deficiência física, não pudesse participar das aulas, por ordem da mãe, afirmando que o filho poderia atrapalhar os demais” (Acadêmico 4).*

Pode-se perceber a partir da fala do acadêmico, que não há mobilização de nenhum membro da escola que reverta ou minimize fatos como este. Entende-se que independente da limitação apresentada pela criança, todo estudante devem ser inclusos em aulas de Educação Física nas escolas.

O reflexo direto da vivência de uma situação problema foi a interação com o ensino,

pois os acadêmicos estavam cursando a disciplina de Educação Física Adaptada, portanto, teriam condições em incluir esse aluno e adaptar a aula, podendo em caso de dúvidas recorrer ao professor da disciplina. Porém deve-se destacar que os mesmos não puderam mudar este fato, pois não tinham autonomia da escola para isso.

Segundo Cruz (2003) pessoas que apresentam necessidades especiais deve receber mais oportunidades e estímulos no processo ensino-aprendizagem ao qual serão submetidas, com especial atenção à adequação didático-pedagógica da intervenção proposta.

2º Aspecto relevante: *“Tive dificuldades com a professora, pois ela queria somente que os melhores da turma participassem das minhas aulas, sendo que a intenção era a participação de todos”* (Acadêmico 5)

No Município de Irati, pode-se afirmar que grande maioria das escolas não disponibiliza professores formados em Educação Física de 1ª a 4ª série. A partir das considerações relatadas pelo acadêmico, percebe-se que a professora não teve uma formação qualificada, não levando em consideração as dificuldades dos demais alunos e que tendo eles menores capacidades motoras, são os que mais necessitam de atenção por parte dos professores.

De acordo com Ayoub (2001) existe uma forte hierarquização dos professores “especialistas” em relação à área de formação: educação física e artes são áreas consideradas menos “nobres” e, portanto, são desvalorizadas no rol das disciplinas escolares. Sendo assim esquecidos alguns princípios da cultura corporal.

3º Aspecto relevante: *“A falta de material fez com que diminuísse o leque de atividades que poderiam ser passadas as crianças.”* (Acadêmico 6)

Sabe-se que as escolas da rede municipal enfrentam muitas dificuldades em relação à falta de materiais e infra-estrutura adequada para a prática das aulas. Portanto, sem o material essencial como a bola, para se trabalhar o jogo, os acadêmicos solicitaram junto à Universidade.

Considerações finais

De acordo com os debates realizados após o festival, pode-se observar a realização dos acadêmicos em atingir o objetivo desejado, além de poder experimentar a profissão de educador, tendo em vista a realização pessoal em acompanhar o desenvolvimento das crianças durante os três meses que finalizaram com o festival.

Também de grande importância foi a participação das crianças, muitas vezes desprovidas da prática de uma atividade física sistematizada, pois a rede municipal de ensino não oferece à todas as escolas professores de educação física para esta idade, sendo neste caso as aulas ministradas por docentes formados em Pedagogia.

Considerando os pontos negativos relatados pelos acadêmicos, foi de extrema relevância o caso de exclusão do aluno deficiente físico, bem como o papel da professora em separar os “melhores”. Pois, em ambos os casos a formação social, psicológica e física podem ser afetados, além dos alunos serem deixados de lado, não há preocupação dos educadores em mudar a situação, o que é bastante preocupante.

A extensão constitui-se em uma etapa implícita na produção e disseminação do conhecimento (FREIRE et al, 2003), com o propósito de debater casos dessa magnitude, presenciados na realidade no âmbito escolar, tornou-se importante o acadêmico demonstrar seu potencial transformador.

Diante do exposto, verificamos a necessidade de fortalecimento das ações extensionistas através de esforços coletivos que levem o envolvimento da comunidade acadêmica comprometidas com a transformação social.

REFERÊNCIAS

AYOUB, E. Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 56-30, 2001.

BAYER, C. La enseñanza de los juegos deportivos colectivos. 2.ed. Barcelona, Hispano Europea, 1994.

BRASIL. Lei n 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: 2001.

CASTRO, J. W. T.; MENDES BÔSCOLO, E. F.; LOFFREDO, M. C. Mini-handebol: a aprendizagem de habilidades técnicas dentro do contexto de jogos esportivos coletivos como fator de motivação e aderência à prática. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE HANDEBOL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS, 7., 2008, Bonito - MS. Anais.... Aracaju – SE: Confederação Brasileira de Handebol, 2008.

CRUZ, G. C.; RAZENTE, D. MANGABEIRA, E. Considerações de professores de Educação Física sobre o atendimento de alunos de classes especiais inseridos em ambientes educacionais sob a perspectiva da inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 9, n. 2, p. 211-226, 2003.

FARIA, E. R.; AZARI, J.; BRUNELLI, P. F.; SILVA, S. M. M.; ALVES, T. S; Entre o “esporte institucionalizado” e o “esporte convivência”: Uma estratégia para o handebol. Revista Especial de Educação Física – Edição Digital v. 3, n. 1, P.213-226, 2006.

FREIRE, S. M.; BARBOZA, D. R.; SILVA, M. T. O significado da extensão universitária no atual contexto brasileiro: aporte para o debate. Revista Interagir: pensando a extensão. Rio de Janeiro, n.4, p.15-23, ago./dez. 2003.

GARGANTA, J. Para uma teoria dos jogos desportivos coletivos. In: Graça, A.; Oliveira, J. (Orgs.). O ensino dos jogos desportivos coletivos. 3.ed. Lisboa : Universidade do Porto, 1998.

KNIJNIK, J. Conceitos básicos para a elaboração de estratégias de ensino e aprendizagem na iniciação à prática do handebol. Revista Ludens – Ciências do Desporto, Lisboa, 2004, p.75-81.

MENDES, J. C. O processo de ensino-aprendizagem-treinamento do handebol no estado do Paraná: estudo de categoria infantil. Dissertação. (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

PETROBRÁS. MINI HAND INICIAÇÃO ESPORTIVA. Mini-hand. Disponível em: <http://www2.uel.br/cef/HANDEBOL/MiniHandebol.pdf> Acesso em 18 Março 2009.

SCAGLIA, A. J. MEDEIROS, M., SADI, R. S. Competições pedagógicas e festivais esportivos: questões pertinentes ao treinamento esportivo. Revista Virtual EFArtigos – Natal/RN, v.3, n.23, abr. 2006.

SOBANSKI, C. MARTINS, J. C. L., Competição classificatória e festival: análise de reação expressada pelos participantes de 9 a 10 anos no momento de premiação. In: ENCONTRO DA ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas”, 1. Anais... UFPR - Curitiba – Pr, 2008.

TAVARES, F. Analisar o jogo nos esportes coletivos para melhorar a performance: uma necessidade para o processo de treino. In: DE ROSE JUNIOR, D. (Ed.). Modalidades esportivas coletivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

ENVIRONMENTAL EDUCATION, RECYCLE
SOLID WASTE AND SOCIAL RESPONSIBILITY:
ENVIRONMENTAL EDUCATOR FORMATION

UNICENTRO - PR

Ana Lúcia Crisostimo¹

RESUMO

O texto resgata atividades desenvolvidas no projeto de extensão "Educação Ambiental, Reciclagem de Resíduos Sólidos e Responsabilidade Social". Para seu desenvolvimento o projeto contou com equipe constituída por docentes e acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas da (UNICENTRO)-PR. As ações pedagógicas e investigativas foram realizadas junto a equipe administrativa, professores e alunos da Escola Municipal Domingos Sávio, localizada em Guarapuava-PR, no período de 2008 a 2009. Teve como objetivo desenvolver um trabalho de conscientização junto a alunos do ensino fundamental sobre sustentabilidade, reciclagem de resíduos sólidos e responsabilidade social. Metodologicamente destacamos a organização de palestras, oficinas, gincana e uma feira de ciências temática. Entre outros resultados destacamos: processo efetivo de educação ambiental em relação à temática proposta; as ações desenvolvidas serviram como base de discussões para a implementação de um Programa de Gerencialmente Ambiental na referida escola e contribuíram efetivamente para a formação inicial docente dos acadêmicos envolvidos.

Palavras-Chave: formação de professores; meio ambiente; metodologia de ensino.

ABSTRACT

This paper is about activities developed in the extension project Environmental Education, Recycle Solid Waste and Social Responsibility. The project team consisted of professors and academics of Biological Sciences Course (UNICENTRO-PR). The pedagogical and investigative actions were conducted with administrative staff, teachers and students of Escola Municipal Domingos Sávio, located in Guarapuava-PR, from 2008 to 2009. The aim of the project was to raise students' awareness about sustainability, recycle solid waste and social responsibility. Methodologically it comprised lectures, workshops, gymkhana and thematic science fair. The main results can be summarized as follows: effective environmental education considering the central theme; the actions provided base for discussions about the implementation of a Program of Environmental Management in that school, contributing effectively to the initial teacher training of the academics that took part in this project.

Keywords: teacher education; environment; teaching methodology.

¹ Professora Doutora do Departamento de Ciências Biológicas da UNICENTRO. anacrisostimo@hotmail.com

Introdução

A educação é um processo de transformação, que deve ocorrer no aluno para que o mesmo mude as suas atitudes. Uma pessoa ao ser educada passa a se reconhecer na sociedade e engloba as práticas cotidianas dessa sociedade, como afirma Sato (2004, p. 17): “É, portanto, exercer autonomia para a vida plena, modificando-nos individualmente pela ação conjunta que nos conduz a transformações estruturais”.

Essa transformação hoje é influenciada pelas condições de vida que o mundo moderno está nos impondo: como a falta de tempo, o barulho das cidades, o excesso de gases do efeito estufa, a poluição das águas, o excesso de produção e consumo que geram quantidades enormes de lixo. Esse modelo de capitalismo influenciado pelos meios de comunicação nos leva a criar necessidades que, muitas vezes, serve apenas para manter as aparências, aumentando assim a pressão sobre os ambientes naturais.

Neste cenário de mudanças e transformações muito rápidas e que nunca foi vista, surge a necessidade de uma educação que tenha como princípio o ambiente onde o ser humano está inserido. Loures (2008, p.20) lembra com propriedade que

é preciso reconhecer que vivemos numa época de transformações fundamentais, sem paralelo na história da humanidade. As mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e climáticas fazem parte de um mesmo pacote de eventos da transformação.

Podemos citar como exemplo os bens de consumo. Em pouco tempo após seu lançamento ficam obsoletos, sendo rapidamente substituídos por outros objetos mais “modernos” ou mais “apropriados” socialmente. Aquele que nos era útil agora vai fazer parte dos resíduos inúteis a nossa vida, que, em muitos casos, não voltará a seu estado natural e será reunida em algum lugar do planeta (lixão, aterro sanitário, etc.), junto com um monte de (in)utilidades criados pelo homem e que, segundo esse mesmo homem, não tem mais utilidade.

Neste foco, à educação ambiental cabe o papel de formar cidadãos para uma reflexão crítica, em termos ambientais e sociais, e também formar pessoas capazes de promover transformações na sua maneira de pensar, de agir, de tomar decisões, descartando a ideia individualista e principiando a sociedade, o agir coletivo, por meio de ações socioambientais, intervindo no ambiente local e buscando o resultado planetário, educando o indivíduo para sua própria sustentabilidade e conseqüentemente, a do planeta.

A Educação Ambiental deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, onde um dos principais objetivos consiste em permitir que o ser humano compreenda a natureza complexa do ambiente. A concepção de Ambiente foi evoluindo, existindo atualmente a percepção de que os problemas ambientais não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que englobam dimensões sociais, econômicas e culturais, como a pobreza e a exclusão, sendo a degradação ambiental percebida como um problema planetário que decorre do tipo de desenvolvimento praticado pelos países.

A qualidade do ambiente passa não só por uma sustentável, mas também por uma nova consciência e atitude por parte dos cidadãos, os quais devem ter uma participação ativa na sociedade democrática em que vivem contribuindo para a defesa do ambiente. É necessário que as pessoas adquiram consciência sobre a gravidade de questões como a do lixo produzido pela sociedade e como este fator polui o planeta e a vida no cotidiano. Neste contexto faz-se de extrema importância que as pessoas sejam motivadas a terem uma participação ativa para a solução de problemas causados pelo excesso de lixo no ambiente.

O Ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para

umentar a capacidade das pessoas em abordar questões relacionadas à problemática ambiental. Sendo estas de grande importância, a escola, particularmente, deve ser palco principal de discussões na sociedade, com o propósito de promover mudanças que garantam a melhoria da qualidade de vida.

É fundamental o desenvolvimento de projetos que atendam esta necessidade da escola, dando embasamento teórico e auxiliando-a juntamente com a comunidade na formação de alunos cidadãos conscientes e atuantes em relação às questões ambientais de seu lugar, seu espaço vivido. Para isso é necessário fazer com que os alunos repensem seus valores e sua visão sobre temáticas relevantes como o lixo, recursos hídricos, problemas sociais, para que assim possa haver, a partir deles, uma mudança de atitude, pois

na prática a sociedade deve se mostrar capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. (BOFF, 1999, p.137).

O que fazer e como fazer para que os alunos adquiram atitudes, para que possam assumir posições afinadas com valores referentes à proteção do meio ambiente e sua melhoria? Um dos caminhos possíveis é trabalhar com situações que possibilitem aos alunos da educação básica intervir na realidade que os cercam. O processo de transformação do lixo reciclável não consiste somente em transformar materiais reciclados em materiais para o consumo novamente. A diminuição do consumo por parte da população também faz parte desse processo, pois os resíduos se transformam em graves problemas urbanos e ambientais, assim como também a escassez de área de deposição de resíduos causada pela ocupação e valorização de áreas urbanas, os altos custos sociais no gerenciamento de resíduos, os problemas de saneamento público e a contaminação ambiental (PINTO, 1999).

Outro problema relacionado com a produção de resíduos sólidos em demasia é a contaminação dos recursos hídricos, pois o acúmulo de lixo em rios, no caso de ocorrerem enchentes, pode se transformar em um grande problema social e econômico. Levando em consideração que a escola é um espaço privilegiado para a formação de opiniões e com a perspectiva de construir novos caminhos educacionais visando sensibilizar para a possível redução da quantidade de lixo e dos impactos ambientais através da prática da reciclagem, apresentamos atividades pedagógicas e investigativas que foram realizadas em 2008-2009 junto a professores e alunos do ensino fundamental da Escola Municipal Domingos Sávio, localizada em Guarapuava PR. Para tanto, são socializadas as atividades desenvolvidas pelo projeto “Educação Ambiental, Reciclagem de Resíduos Sólidos e Responsabilidade Social”, vinculado ao *Programa Permanente de Extensão e Pesquisa em Ciências (IDEC)*, institucionalizado na UNICENTRO-PR.

Métodos e resultados

O público da escola já mencionada é de aproximadamente 500 alunos, matriculados da 5ª a 8ª séries compreendido entre o período matutino e vespertino. O trabalho foi

efetuado com todos os alunos das séries citadas, sendo que na escola há três turmas para cada série tendo um total de 12 turmas no período da manhã.

Cabe destacar que as atividades pedagógicas foram desenvolvidas diretamente na escola que, ora socializadas, respeitaram o Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Guarapuava que, por sua vez, atuou em todas as escolas no biênio 2008 e 2009, via projetos, ações vinculadas à temática “Lixo, reciclagem e responsabilidade social”.

Paralelamente, durante todo o desenvolvimento do projeto, ocorreu um processo de capacitação de todos os envolvidos no projeto (acadêmicos, professores da UNICENTRO, representantes de instituições parceiras como o Clube Soroptimistas e Escola de Inglês Yázigi) por meio de cursos e oficinas de curta duração com os temas vinculados às atividades do projeto, bem como reuniões quinzenais, (constituição de um grupo de estudos) visando momentos de planejamento e organização das atividades a serem desenvolvidas.

A capacitação dos acadêmicos envolvidos em relação à reciclagem de resíduos sólidos, ocorreu para que estes pudessem atuar na escola como multiplicadores através atividades propostas pelo projeto. As oficinas contemplaram: artesanato com pétalas de flores, técnica de produção de papel reciclado, confecção do boneco didático feito com tampinha de garrafa PET (polietileno tereftalato) e a produção do sabão utilizando o óleo de cozinha usado.

Segue a descrição de algumas metodologias adotadas durante o processo de intervenção pedagógica na escola municipal citada durante o período de desenvolvimento do projeto, ressaltando que as atividades ocorreram em uma sequência cronológica de ações apresentadas:

Palestras

Para a realização das palestras no espaço escolar, as turmas foram divididas por assuntos e cada série assistiu palestras condizentes com os assuntos selecionados. Para seleção dos assuntos tratados foi levado em consideração o conteúdo trabalhado em cada disciplina, sendo que esta seleção foi realizada pela equipe pedagógica do colégio e pela coordenação do Projeto de Extensão “Educação Ambiental, reciclagem e responsabilidade social”.

Nas 5^a séries, o assunto abordado foi o impacto ambiental na fabricação do papel. Esta etapa foi denominada como etapa de conscientização, onde no mês de setembro de 2008 os alunos das três quintas séries tiveram palestras e durante uma semana os professores trabalharam o tema em suas disciplinas. Além dos professores, esta etapa contou com dois acadêmicos participantes do projeto, que fizeram uma apostila e um cronograma de ações durante a execução do projeto; esta metodologia semanal foi utilizada em todas as séries.

Nas 6^a séries o tema abordado foi o reaproveitamento de resíduos sólidos, sendo este o tema principal; nas 7^a séries foram trabalhadas questões sobre o impacto ambiental e o

destino das lâmpadas fluorescentes; e por último as 8ª séries abordaram o tema reciclagem a partir do óleo de cozinha e a transformação deste em sabão.

Gincana

A gincana foi realizada durante o mês de outubro de 2008; as turmas foram divididas de acordo com a idade dos alunos. Outra regra adotada para tornar a competição equilibrada foi separar as quatro séries em dois grupos, ou seja, as quintas e sextas séries concorreram entre si, o mesmo acontecendo entre as sétimas e as oitavas. O tempo de duração da gincana foi de um mês e a cada semana os alunos tinham que trazer o material selecionado para aquele período.

Para as 5ª e 6ª séries os materiais foram os seguintes: tampinhas de plástico em geral, embalagens *TetraPak*, filtros de papel para café usados e papéis usados. (na primeira, segunda, terceira e quarta semana respectivamente). Já para as 7ª e 8ª séries os materiais diferiram um pouco sendo que na primeira semana as tampinhas também foram pedidas, na segunda semana os materiais foram pilhas e lâmpadas fluorescentes, já na terceira e quarta semana o material foi óleo de cozinha. A cada material foi estipulada uma pontuação e os alunos tinham um prazo de uma semana para acumular os materiais, que eram recolhidos toda terça-feira.

Foi confeccionado um painel para a pontuação de cada material, este foi posto no saguão do colégio para que todos os alunos e professores tomassem conhecimento. Nas tabelas 1 e 2 seguem a pontuação atribuída aos materiais para as 5ª e 6ª séries e para 7ª e 8ª séries respectivamente.

Tabela 1 – Pontuação dos materiais pedidos na gincana ecológica, para as 5ª e 6ª séries

M A T E R I A I S	PONTUAÇÃO	
	Tampinhas plásticas	Um ponto para cada tampinha
	Embalagens Tetrapak	Um ponto para cada embalagem
	Filtros de café	Um ponto para cada filtro de café
Papel	Dez pontos para cada caixa de sapato cheia	

Tabela 2 – Pontuação dos materiais pedidos na gincana ecológica, para as 7ª e 8ª séries

M A T E R I A I S	PONTUAÇÃO	
	Tampinhas plásticas	Um ponto para cada tampinha
	Pilhas e lâmpadas fluorescentes	Um ponto para cada pilha e dez pontos para cada lâmpada
	Óleo de cozinha	Dez pontos para cada litro de óleo

Oficinas para os alunos

As oficinas também ocorreram por série e aconteceram tanto no contra turno como em sala de aula. No contra turno foram realizadas oficinas com dois alunos de cada série, totalizando seis alunos. Estes foram capacitados durante as oficinas para que trabalhassem como monitores dentro de suas salas durante as oficinas lá desenvolvidas. As oficinas com os monitores aconteceram em duas etapas: primeiro eles aprenderem a confeccionar o material selecionado e depois participaram da confecção do kits que seriam utilizados pelos alunos em sala de aula.

Como dito anteriormente, as oficinas também foram divididas por séries e por tema. As 5ª séries fizeram papel reciclado, utilizando um material didático que demonstrava como fazer o papel passo a passo. As 6ª séries, por sua vez, confeccionaram caixas de presentes e molduras de quadros com o filtro de café e quadros com pétalas e folhas recicladas. Uma parte das pétalas foi reaproveitada de materiais de descarte de floriculturas da cidade e a outra parte foi colhida no chão assim como as folhas secas. Para secar estas pétalas foi adotado o seguinte procedimento: após a coleta o material era posto em uma estufa de lâmpadas no Laboratório de Botânica do Departamento de Biologia da UNICENTRO durante cinco dias, com objetivo de secá-las para o uso nas oficinas de artesanato.

As 7ª séries fizeram bonecos de tampinhas de refrigerante e as 8ª séries aprenderam a fazer o sabão a partir do óleo de cozinha. Para a fabricação deste sabão foi utilizado um recipiente plástico de 100 litros, que propiciou um menor contato com a solução; Foi utilizada também uma espátula de madeira para mexer o sabão para a segurança dos alunos, bem como dos acadêmicos responsáveis pela oficina; foram utilizadas, obrigatoriamente, luvas, uma vez que foi preciso utilizar soda cáustica.

Todos os materiais utilizados nas oficinas foram arrecadados com a gincana, o que permite afirmar que o processo de coleta de materiais reciclados foi para fins específicos, ou seja, produção de artesanato e material didático.

Os bonecos produzidos durante as oficinas foram repassados para a educação infantil da escola para serem utilizados didaticamente pelos professores no trabalho com lateralidade, cores, coordenação motora e conscientização ecológica.

Feira de Ciências

A Feira de Ciências teve como tema central: “Reciclagem: novo uso - mundo novo”. Contou com a efetiva participação dos alunos e professores da escola, sob a supervisão da equipe pedagógica da escola e dos acadêmicos da UNICENTRO. Constituiu um interessante espaço educativo, uma vez que ocorreu a exposição dos trabalhos desenvolvidos durante as oficinas citadas e os trabalhos resultantes dos projetos elaborados pelos alunos, sob orientação professoras da escola. Buscou aguçar a imaginação de todos os envolvidos e colaborar para a desmistificação da Ciência.

Nesta mesma perspectiva, ressalta-se que a exposição de trabalhos, quaisquer que

sejam seus objetivos; foi um excelente canal de comunicação do conhecimento científico, através do contato direto dos jovens com os exemplares de experimentos, maquetes, pesquisas, modelos anatômicos possibilitando, enfim, um enriquecimento das temáticas abordadas na área de Ciências Naturais em sala de aula, particularmente as temáticas relacionadas às questões ambientais.

As atividades desenvolvidas relatadas resumidamente neste texto foram relevantes para a conscientização dos alunos da Escola Municipal Domingos Sávio em relação à importância da reciclagem de resíduos sólidos e serviram como base de discussões para a implementação de um programa de gerenciamento ambiental na escola.

Dentre as ações desenvolvidas e descritas anteriormente, destacamos a realização das palestras pelos acadêmicos da Unicentro com o objetivo de socializar aspectos teóricos, sensibilizar os alunos da escola envolvidos e apresentar o projeto aos alunos e professores. Estas palestras, proferidas no início da intervenção extensionista, abordaram temas condizentes com os conteúdos curriculares já trabalhados em cada série, os objetivos do projeto e quais as ações que os alunos iriam desenvolver na escola, resultando em uma preparação dos mesmos para as próximas etapas do projeto. De acordo com Mourão (2004), pode-se especular que conhecimentos teóricos já podem até estar na consciência dos alunos, mas que eles não os colocam em prática, ao contrário quando a teoria é colocada em prática temos consciência + ação = conscientização.

Todas as intervenções pedagógicas foram discutidas, registradas e avaliadas continuamente no espaço de discussão do grupo de estudos constituído na universidade a partir do projeto. Estes momentos possibilitaram a sistematização dos resultados, aliados às reflexões teórico-metodológicas que nortearam todo o processo educativo, visando a produção do conhecimento e a socialização da experiência extensionista em eventos da área.

Resultados e discussões

Um dos grandes problemas enfrentados pela humanidade é a melhoria das condições de vida no mundo, a questão ambiental, que afeta a todos, porém com consequências desiguais para os diferentes grupos sociais. Para mudar esta realidade é preciso minimizar o círculo vicioso da produção, que prejudica o meio ambiente e exclui dos beneficiários grande parte da sociedade.

Na busca da reintegração do homem na natureza, a educação ambiental pretende instaurar uma nova concepção de humanidade, levando a mudança de atitudes, uma nova postura ética diante da vida. Educar é inovar, é criar novos caminhos juntos com os educandos. Neste contexto, a escola passa a ser um espaço privilegiado para essas mudanças.

O que fazer e como fazer para que os alunos deste espaço educativo privilegiado adquiram uma consciência global e local em relação aos problemas ambientais, para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à proteção do meio ambiente e sua melhoria? Um dos caminhos possíveis é trabalhar um conjunto diversificado de atividades práticas que possibilitem aos alunos da educação básica intervir na realidade que

os cerca, via projetos de extensão que façam a aproximação com a educação básica.

Por outro lado, o projeto desta natureza oportuniza espaços para a formação dos acadêmicos envolvidos. Esta é uma das possibilidades de formarmos nas universidades profissionais atuantes e conscientes de seus papéis para uma mudança necessária de paradigma em relação às atitudes destruidoras do homem em relação ao meio, ou seja, educadores capazes de promoverem verdadeiras revoluções nos espaços em que irão atuar.

Constata-se ainda que a participação destes acadêmicos possibilita uma valorização do trabalho coletivo via grupo de estudos, em vários momentos: desde a produção e organização de materiais a serem trabalhados nas oficinas, bem como, no investimento de ações reflexivas sobre a prática pedagógica no contexto escolar. Estes aspectos são relevantes, pois significa a prática reflexiva enquanto componente necessário desde a formação inicial do professor, oportunizado pelo trabalho voltado para o enriquecimento do currículo básico na área de Ciências e, neste caso particular, com a partir da Educação Ambiental. Como ressalta Pereira, (2000, p. 211), “a postura reflexiva que deve servir de eixo condutor de todas as ações do professor, desde o início de sua formação”.

Finalmente, cabe destacar que as instituições parceiras citadas e a direção da escola onde ocorreu o projeto contribuíram significativamente para a execução do mesmo, tanto no tocante a capacitação dos acadêmicos como no apoio financeiro para a compra de equipamentos e materiais que colaboraram na viabilização das oficinas junto aos alunos. Tais parcerias reforçam a importância do diálogo entre diferentes instâncias formativas e agentes apoiadores da comunidade durante as ações extensionistas propostas pela academia.

REFERENCIAS

BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOURES, R. C. R. Proposições provocativas, ensaios sobre sustentabilidade e educação. Publicação do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná. 2008.

MOURÃO, L. Gaia natureza. Revista brasileira de educação ambiental. Brasília: Rede brasileira de Educação Ambiental 2004.

PEREIRA, W. C. Educação de professores na era da globalização: subsídios para uma proposta humanista. Rio de Janeiro: NAU, 2000.

SATO, M.; MEDEIROS, H. (Coords.) Revista brasileira de educação ambiental. Rede Brasileira de Educação Ambiental. (nov.2004). Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. Disponível em: <http://www.ufmt.br/remtea/revbea/pub/revbea_n_zero.pdf#page=13>, Acesso em: 15 julho 2008.



ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO: PERSPECTIVAS PRESENTES NO PROJETO FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CIDADANIA SOCIAL : UM TRABALHO PEDAGÓGICO JUNTO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E AMBIENTAL

TEACHING-RESEARCH-EXTENTION: CURRENT
PERSPECTIVES OF THE PROJECT “TEACHER
EDUCATION AND SOCIAL CITIZENSHIP: A
PEDAGOGICAL WORK IN THE HISTORICAL
AND ENVIRONMENTAL HERITAGE”

SETI - PR

João Vinicius Bobek¹

RESUMO

O projeto de extensão intitulado “Formação de professores e cidadania social: um trabalho pedagógico junto ao patrimônio histórico e ambiental” foi aprovado no Programa de Extensão Universitária – Universidade sem Fronteiras – SETI – PR – Apoio às Licenciaturas (2007-2009), e tiveram por objetivo criar espaços de discussões e reflexões teórico-práticas entre futuros professores, professores egressos e profissionais atuantes no ensino, em mútuo processo de formação, contribuindo para a formação inicial e continuada dos educadores atuantes no ensino de História e Geografia, assim como, no processo de formação escolar dos alunos da educação básica. Dessa forma, também pretende colaborar para a formação de recursos humanos para atuar na perspectiva da educação patrimonial, valorizando as diferentes dimensões do patrimônio cultural, local e regional e, para o desenvolvimento da consciência preservacionista, reconhecendo-se esse patrimônio enquanto referencial de identidade cultural e, contributivo no processo de formação para cidadania social.

Palavras-Chave: Formação continuada; Educação patrimonial; Cidadania social.

ABSTRACT

The extension project Training Teachers and Social Citizenship: a Pedagogical Study about Historical and Environmental Heritage was approved by the University Extension Program - University without Borders - SETI - PR - Support for Licentiate Courses (2007-2009). It aims to create spaces for theoretical and practical discussions amongst academics and the ones that work in teaching environment. It is a mutual and educational process that contributes to the initial and continuing education of history and geography teachers as well as to the students of elementary school. It also intends to contribute with human resource training in the educational heritage perspective, valuing the different dimensions of cultural, local e regional heritage in order to arise conscience about preservation as well as recognizing it as a reference of cultural heritage and a contributive process to the formation of social citizenship.

Keywords: Continuing Education; Educational Heritage; Social Citizenship.

¹ Professor Especialista formado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.
E-mail: jotavini@gmail.com

Introdução

A educação se constitui como um importante meio de acesso aos bens culturais e um caminho para a emancipação dos sujeitos, pois é através dela que adquirimos conhecimentos necessários para melhor participar, de modo autônomo e consciente, dos diferentes espaços sociais e políticos e também do mundo profissional.

Nesse sentido, a educação é imprescindível para o exercício da cidadania e dos demais direitos dos cidadãos, nos diferentes espaços sociais. Daí a necessidade do professor estar constantemente refletindo a sua própria prática, e também estar em contínua busca de novos conhecimentos, fazendo de sua prática pedagógica uma verdadeira práxis, na qual o conhecimento converte-se em ação transformadora e a ação transformadora converte-se em conhecimento, assumindo um verdadeiro comprometimento com o ensino.

Compreendemos que são muitos os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação. O novo modelo social que se impõe traz novas e diferentes tarefas para a educação, de forma que é preciso compreender e refletir o trabalho pedagógico numa dimensão maior, que abrange não somente o espaço da sala de aula, mas toda uma sociedade que pede por transformações. E por onde podemos começar?

A educação é um caminho através do qual é possível assegurar e dar continuidade a um projeto de vida, enriquecendo-o e ampliando-o cada vez mais. É um processo que nos permite ampliar e aperfeiçoar o nosso olhar, no sentido de conhecer e compreender com mais clareza o mundo em que vivemos, tornando-nos também capazes de transformar o meio social que nos cerca. Por intermédio da educação, podemos crescer enquanto seres humanos e intervir na história, nos identificando enquanto agentes históricos capazes de modificar os rumos da sociedade, construindo um mundo mais justo e solidário.

Assim sendo, a educação assume um importante papel na formação dos sujeitos sociais, possibilitando-lhes uma ação política mais consciente. Partindo de tal pressuposto, o Projeto Formação de professores e cidadania social: um trabalho pedagógico junto ao patrimônio histórico e ambiental em Parceria com o Programa de Extensão Universitária – Universidade sem Fronteiras – SETI – PR – Apoio às Licenciaturas, visa criar espaços de discussões e reflexões teórico-práticas entre futuros professores, professores egressos e profissionais atuantes no ensino, em mútuo processo de formação, contribuindo para a formação inicial e continuada dos educadores atuantes no ensino de História e Geografia e no processo de formação escolar dos alunos do Ensino fundamental de turmas selecionadas da 5ª a 8ª séries. O recente projeto articulou as diretrizes da educação básica, que propõe a formação continuada de professores que atuam no Ensino Fundamental, contemplando as turmas de 5ª a 8ª séries, visando à ampliação de atividades que desenvolvam a criticidade nos alunos, proporcionando momentos de produção do conhecimento e disseminação cultural.

Desta forma, contribuímos para melhorar a qualidade de projetos desenvolvidos por professores de história e geografia, colaboramos também para a formação continuada destes profissionais, criando um fórum de discussão entre professores universitários, professores da Educação Fundamental (turmas de 5ª a 8ª séries), professores egressos que ainda não atuam no mercado de trabalho e alunos de graduação, o que favorece a troca de experiências e socialização do saber.

De acordo com Cunha:

A formação continuada apresenta formato e duração diferenciados, assumindo a perspectiva da formação como processo. Tanto pode ter origem na iniciativa dos interessados como pode inserir-se em programas institucionais. Neste último, os sistemas de ensino, universidades e escolas são as principais agências de tais tipos de formação (2003, p. 368).

Propusemos discutir a questão do patrimônio histórico e ambiental, problematizando acerca da relação entre qualidade de vida e meio ambiente e valorizando as diferentes dimensões do patrimônio cultural, local e regional, bem como contribuir para o desenvolvimento da consciência preservacionista enquanto referencial da identidade cultural e construção da cidadania.

Para Schimidt (2007), o professor deve ser consciente de seu papel na sociedade, atuando na realidade escolar de forma ativa e transformadora, interagindo na fronteira do ensino e da pesquisa, sendo conhecedor das principais questões atuais relacionadas com seu trabalho.

Acreditamos que o profissional do ensino não pode ser apenas um transmissor de conhecimentos prontos e acabados, deve ser capaz de elaborar problemáticas de pesquisa, saber trabalhar com os documentos históricos, sendo, portanto, um “construtor” do conhecimento e trabalhando no intuito de fazer com que seus alunos participem da construção desse conhecimento histórico e se vejam como sujeitos da sua história.

Segundo Demo:

Um professor destituído de pesquisa, incapaz de elaboração própria é figura ultrapassada, uma espécie de sobra que reproduz sobras. Uma instituição universitária que não sinaliza, desenha e provoca o futuro enalhou no passado. (1994, p.27)

Um saber transmitido como se já estivesse resolvido não leva o aluno à investigação. A verdadeira aprendizagem se dá através de pesquisas, discussões e descobertas. Na prática da sala de aula, o conhecimento a ser ensinado deve ser algo significativo na vida dos alunos, pois desse modo eles desenvolverão uma atitude ativa na construção do saber.

Embora uma perspectiva de ensino de História norteador pela historiografia recente esteja presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e nas Diretrizes Curriculares do Paraná (2006), Oriá (1997) ressalta que, na prática, muitas vezes, os conteúdos privilegiados em sala de aula ainda são pautados na ideia de uma memória unilateral, de um passado sem conflitos e contradições sociais, heranças de uma tradição seletiva dos conteúdos. Com a permanência de um “ensino tradicional” uma comunidade não reconhece a importância da história local e da preservação da memória.

Com a ampliação da noção de documento histórico e as transformações na sua própria concepção, é de extrema importância o seu uso em sala de aula, pois facilita a compreensão por parte dos alunos e torna o ensino mais atraente. Outro aspecto a ressaltar é que o uso da documentação histórica pelo aluno o leva e superação da ideia de documento como prova do real, desenvolvendo dessa maneira seu espírito crítico.

Levando-se em consideração a ideia de patrimônio como algo que não se limita apenas a bens tangíveis como o “patrimônio de pedra e cal²”, que compreende casarões, monumentos, edifícios, entre outros, mas que abrange também bens intangíveis como manifestações culturais, que são criadas e recriadas ao longo do tempo por diferentes povos, pode-se trabalhar juntamente com os alunos a recuperação da história local, as manifestações artísticas e culturais de uma dada comunidade através da história oral.

² ORIÁ, 1997. p. 131.

Segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), define-se Patrimônio Cultural Imaterial:

As práticas, representações, expressões, conhecimento, técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, assim para promover o respeito à diversidade cultural e a criatividade humana³.

O conhecimento do patrimônio imaterial de uma determinada comunidade possibilita a compreensão das normas sociais, costumes e tradições presentes nesta localidade. Dessa forma, o conhecimento destes valores permite analisar as modificações ocorridas, os avanços e retrocessos vivenciados e as possibilidades de transformações que podem ser realizadas através das ações dos sujeitos sociais.

O trabalho com as fontes, sejam elas escritas ou orais, permitem aos alunos e a comunidade conhecerem outros aspectos da história, feita por “pessoas comuns”, e lhes permitem reconhecer-se enquanto sujeitos da história, diminuindo a distância entre a história que se ensina e a história que se escreve, ampliando assim suas percepções do mundo e do homem.

Construindo conhecimento: Projeto Formação de Professores - trajetória e resultados

Neste projeto que já foi desenvolvido, inicialmente formou-se um grupo de estudos visando uma fundamentação teórico-metodológica da equipe executora formada pela coordenadora do projeto, a egressa do curso de licenciatura em História, por quatro professores do ensino superior, como orientadores, e três acadêmico-estagiárias do curso de licenciatura em História.

Este grupo de estudos conjuntamente selecionou alguns textos embaixadores para suas ações a respeito das temáticas de cidadania, patrimônio histórico e ambiental, os quais são discutidos durante as reuniões semanais do grupo. Na organização do trabalho, inicialmente, fez-se o levantamento de todas as instituições escolares públicas estaduais, dos seis municípios contemplados com a realização do projeto - Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí e Prudentópolis. Na sequência, fez-se um contato inicial com essas instituições para adesão dos professores atuantes no ensino de História e Geografia, no 3º e 4º ciclos do ensino fundamental, ou seja, de 5ª a 8ª séries.

Essa fase foi preparatória para as demais atividades, como a Oficina Pedagógica sobre Educação Patrimonial, na qual foi destaque a análise do patrimônio cultural regional, de maneira a propiciar novas alternativas para educação. Além do trabalho com o referencial teórico-metodológico, foram apresentadas propostas alternativas para elaboração de projetos de ensino, com atividades práticas a serem realizadas; orientações sobre a elaboração de projetos de ensino a serem desenvolvidos pelos professores da Educação

³ LEI Nº 2568, de 15 de março de 2007.

Fundamental, junto aos alunos do 3º e 4º ciclos através de pesquisa documental, estudo do meio, recuperação de memória por meio de história oral e, sobretudo, da possibilidade de produção de materiais alternativos.

Posteriormente, deu-se o desenvolvimento das atividades previstas nos projetos de ensino, pelos professores do Ensino Fundamental (profissionais de 5ª a 8ª séries) junto aos alunos, atendendo as etapas: estudo preliminar sobre patrimônio cultural; organização das atividades de campo; elaboração de um roteiro de visitas e/ou entrevistas, sendo que neste período houve reuniões de orientação com a equipe do projeto Formação de Professores, nas quais foram feitos os planejamentos das atividades até o próximo encontro.

Terminadas as atividades com os alunos, a socialização dos dados coletados na pesquisa de campo deu-se através da exposição destes trabalhos em feiras culturais realizadas nas instituições escolares nas quais foram desenvolvidos os projetos; Como atividade final, foi proposta a elaboração de relatórios circunstanciados sobre a atividade desenvolvida.

Alguns dos projetos de preservação do patrimônio histórico e cultural, desenvolvidos em parceria com escolas, propiciaram a oportunidade das crianças e adolescentes conhecerem um pouco mais sobre a história dos locais onde vivem muitas vezes deixada de lado em favor da história dos “grandes acontecimentos”.

Na perspectiva de Ricardo Oriá, educação patrimonial,

Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.⁴

Dessa forma, a comunidade ajuda a resgatar, ainda que parcialmente, a sua própria história. São lembranças que surgem a partir de documentos, cartas, fotografias e, principalmente, da história das pessoas do lugar. Muitos subprojetos desenvolvidos nestes municípios utilizaram-se da história oral para recuperar a memória de comunidades, bairros e cidades. Uma história feita por pessoas comuns, através de lembranças do cotidiano e fatos da vida em comunidade, como festas, sistema de ensino, política, relações de poder e amizade.

Quando os eventos históricos deixaram de ser analisados somente seguindo uma linha temporal, mas também dentro de um contexto de rupturas, permanências e transformações culturais é que a memória foi ganhando espaço nos trabalhos historiográficos, abrindo novos campos de pesquisa. Surgiram novas discussões e os historiadores passaram a se interessar por outros objetos de pesquisa, como as formas de sociabilidade, vida cotidiana, ritos e festas, família, etc. Temas estes que podem ser investigados através da história oral.

⁴Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>

De acordo com Alberti:

Passou-se também a valorizar a análise quantitativa, e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social. (2005, p. 163)

O uso da história oral permite ao historiador preencher algumas lacunas presentes na documentação oficial, enriquecendo dessa forma o trabalho histórico através de novas perspectivas e de pontos de vista diferenciados, possibilitando uma análise mais ampla sobre a sociedade do período estudado. Mas, também, segundo Meihy, (2002, p. 24) “é importante ressaltar que se pode assumi-la isoladamente a partir da análise das narrativas para a observação de aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos”.

Desse modo, são reconstruídas **histórias** do passado que servem também de instrumento para reforçar os laços e identidades existentes nestas comunidades, possibilitando um maior conhecimento sobre os sentimentos, as experiências pessoais e familiares de indivíduos que moraram ou ainda moram na favela, relatos de acontecimentos marcantes ocorridos nestes espaços abordados por outro viés, ou seja, a história “vista de baixo”.

Os dados apresentados na entrevista nos permitem descortinar uma vida social muito intensa, constituída por festas, passeios, idas ao cinema, pequenos encontros nos quintais da vizinhança que se caracterizavam como momentos de lazer, propiciando o estabelecimento de novas sociabilidades e a construção de profundos laços de amizade, aproximando as pessoas e dessa forma, tornando a comunidade mais unida.

A utilização da história oral proporciona novas interpretações sobre a história, neste caso, sobre a história de Palmital, permitindo uma análise mais abrangente da história local, das sociabilidades e dos costumes, utilizando-se de dados diferentes dos encontrados na documentação oficial.

Um desses projetos é o “Palmital: memória e patrimônio”, desenvolvido na localidade de Palmital – Ivaí (PR), supervisionado pelas professoras da rede estadual de ensino Ana Paula Dalzoto Salvadori, Ângela Maria Kolitski, Francieli Prox Teodoroski, Marlene Martin, atuantes na Escola Estadual Professora Inê Messias Erdmann, juntamente com os alunos do Ensino Fundamental em turmas observadas de 5ª a 8ª séries da referida instituição escolar.

A proposta de trabalho buscou envolver professores, alunos e comunidade em geral, que participaram do projeto dando entrevistas e compartilhando fotos e documentos com a equipe, que em muito colaboraram no desenvolvimento do trabalho.

O trabalho ultrapassou os portões da escola, envolvendo muitas outras pessoas que relataram sobre suas histórias e “causos” vividos na localidade de Palmital, em meados das décadas de 30, mostrando o desenvolvimento e as transformações ocorridas na paisagem local, comparando-a através do período da instalação da serraria de propriedade do Sr. Theóphilo Cunha (década de 30) com os dias atuais.

A instalação da serraria, que posteriormente passou a abarcar também uma indústria de papel e papelão, foi o fator preponderante para as transformações ocorridas na paisagem local, pois foi preciso montar toda uma estrutura com casas, farmácia,

ambulatório, mercearias e espaços de lazer para acomodar os funcionários da fábrica, que passaram a residir em torno da mesma.

Entretanto, com o fechamento da indústria na década de 60, houve um retrocesso na estrutura urbana de Palmital, as casas dos funcionários foram retiradas e aos poucos as demais estruturas acabaram por desaparecer, como o clube e o campo de futebol, entre outros.

A partir destes dados, procurou-se analisar o porquê dessas transformações e posterior retrocesso do desenvolvimento local. Então, o processo de pesquisa seguiu com a discussão do roteiro de entrevistas, levantamento de pessoas a entrevistar, encontro dessas pessoas com os alunos e professores, gravação e transcrição das entrevistas e, finalmente, a exposição dos resultados da pesquisa através de uma exposição de fotos e maquete da vila, confeccionada a partir do que foi relatado nas entrevistas orais e fotos datadas da década de 1930.

Dessa forma, o trabalho buscou analisar o patrimônio histórico-cultural enquanto referencial de identidade da comunidade e construção da cidadania, valorizando, assim, a história local. Esta interação entre comunidade e escola colaborou na construção de uma nova forma de se trabalhar com a história local, na qual todos se sentem sujeitos da história e, dessa forma, passam a entendê-la sob um novo viés, no qual todos são sujeitos históricos.

Considerações Finais

Segundo Maria de Lourdes Horta (1999, p. 6), o trabalho da educação patrimonial é “um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica – temporal que está inserido.” Nesse sentido, a educação patrimonial acaba por reforçar a autoestima dos indivíduos e comunidade, ao valorizar sua cultura e também despertar a consciência de todos para a preservação dos bens culturais que os rodeiam.

Com o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se proporcionar subsídios aos professores de História e Geografia participantes do projeto, organizar uma cartilha sobre o patrimônio histórico e ambiental referente a cada município contemplado com o projeto, bem como buscar parcerias para a publicação e divulgação das cartilhas, com fins didáticos. Por fim, salientamos que as atividades propostas vêm contribuir para a ampliação dos horizontes teórico-práticos dos educadores, possibilitando-lhes uma intervenção mais significativa no processo de formação dos alunos para o exercício de uma cidadania social.



REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSKY, C.B.; et al. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

CUNHA, Maria Isabel Da. Formação continuada. In: MOROSINI, Marília Costa, et al. Enciclopédia de Pedagogia Universitária. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

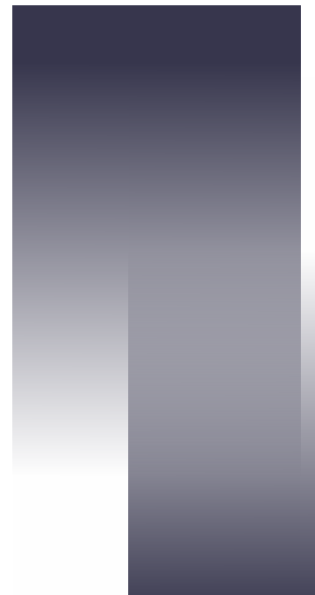
HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ORÍÁ, Ricardo. Educação, cidadania, diversidade cultural. Humanidades, Brasília, v.43, p.151-159, 1997.

ORÍÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em: <<http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>> Acesso em: 08/11/2008.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano em sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.



O ENSINO DE LITERATURA: PELOS CAMINHOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

THE LITERATURE TEACHING THROUGH UNIVERSITY EXTENTION

UFGD - MS

Alexandra Santos Pinheiro¹

RESUMO

A discussão que se fará é resultado do curso de extensão “Formação continuada de professores: Caminhos para o Letramento”, proposto por professores doutores da Faculdade de Comunicação Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados e aprovado pelo Ministério da Educação em setembro de 2008. No presente texto, a ênfase será dada ao curso de Formação Continuada sobre o Ensino de Literatura e à recepção dos professores de Educação Básica que participaram da formação. As angústias dos docentes em ensinar a ler Literatura e a resistência por parte deles de disporem de tempo para a leitura norteiam a elaboração desse texto.

Palavras-Chave: Extensão, Literatura, professores, leitura.

ABSTRACT

This article results from the extension course Teacher Continuing Education: Paths to Literacy, proposed by professors from the Faculty of Communication Arts and Letters of Federal University of Grande Dourados. It was approved by Education Ministry in September, 2008. This article discusses the Continuing Education Course about Literature Teaching and its reception by the elementary school teachers who took part in it. Teachers' anxieties in teaching Literature and their student's resistance to spend time reading guides this study.

Keywords: Extension, Literature, Teachers, Reading.

¹ Professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – MS. Doutora em Teoria Literária pela Unicamp e membro do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos Literários”, cadastrado no CNPq. E-mail: alexpin24@yahoo.com.br

Introdução

Se, por não ser que de excesso de socialismo ou barbárie, todas as nossas disciplinas deveriam ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as outras ciências estão presentes no monumento literário” (BARTHES, R. Aula, 1980).

No Brasil, as *Orientações Curriculares* (2006) definem o Letramento como “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. O Letramento Literário seria visto, então, como estado ou condição de quem não apenas é capaz de ler poesia ou drama, mas dele se apropria efetivamente por meio da experiência estética. Todavia, a trajetória de formação do leitor de Literatura sempre privilegiou o fragmento literário, o recorte feito por alguém, não o livro. Desta forma, os fragmentos literários, a maioria presente em Livro Didático, tira da escola o livro, que congrega autor e obra, sociedade e mundo representado, cultura e economia.

Ao professor caberia explorar as potencialidades desse tipo de texto, criando as condições para que o encontro do aluno com a literatura fosse uma busca plena de sentido na leitura do texto literário. Por essa perspectiva, teríamos o ensino da Literatura pautado no Letramento, ou seja, na busca do conhecimento, a partir do texto literário, pelo próprio aluno e no cotidiano social em que todos estão inseridos.

O problema é que quando o educador atua em sala, geralmente, baseia-se nos fragmentos literários encontrados nos livros didáticos e na síntese das características literárias na qual determinado autor e obra estão inseridos. Mas como formar professores leitores?

O professor deve perceber que a prática de leitura só pode ser atingida a partir de uma reflexão pautada num referencial teórico sustentado pela importância da Literatura para a formação social, psicológica e cognitiva do cidadão e que corrobore para que o professor tenha uma prática docente sustentada por pesquisa. É, portanto, do papel do professor no processo de letramento literário dos educandos, que o presente artigo tratará.

A discussão que se fará é resultado do curso de extensão “Formação continuada de professores: Caminhos para o Letramento”, proposto por alguns professores da Universidade Federal da Grande Dourados. Os professores, vale dizer, trabalham com ações de Formação Continuada a um longo tempo e em diferentes regiões do Brasil. Um dos professores atuou em diversos eventos de letramento para docentes no Estado de São Paulo e fora dele. O outro, desde 2002, atua nas redes municipal e estadual do Paraná, trabalhando com cursos de formação continuada em Língua Portuguesa, Literatura, Literatura Infanto-Juvenil. Ambos docentes ingressaram há pouco menos de um ano na UFGD e, como responsáveis pelo Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e de Literatura, já tiveram a oportunidade de conhecer alguns aspectos das instituições escolares da cidade de Dourados.

Com quase 200 mil habitantes, o município de Dourados destaca-se pela diversidade étnica, uma vez que quilombolas, indígenas, japoneses e brancos marcam a cultura da cidade. Unidos pela experiência na formação docente, os professores ficaram surpresos quando, em visita às escolas parceiras do Estágio Supervisionado do curso de Letras-FACALE, receberam dos professores o pedido de organizarem um curso sobre o ensino de Língua Portuguesa e de Literatura. Vale ressaltar, aqui, que a situação dos professores das escolas estaduais do Mato Grosso do Sul merece um destaque especial, já que o estado ainda não conta com um plano de carreira que valorize a formação continuada dos docentes. O próprio município de Dourados, que atende vários municípios vizinhos, não tem um Núcleo Estadual de Educação. Das solicitações realizadas pelos professores nasceu o curso “Formação continuada de professores: caminhos para o Letramento”, citado anteriormente, e do qual tiramos a reflexão que se segue.

O PROFESSOR E O LETRAMENTO LITERÁRIO

Quando as inscrições foram abertas, cento e cinquenta professores preencheram o formulário para participar do curso, o que nos deixou motivados. A intenção inicial era a de abrir sessenta vagas, mas o número considerável de procura motivou-nos a formar duas turmas. A proposta de formação continuada dialoga com autores que defendem uma prática educativa associada à pesquisa (DEMO, 1999; SOARES, 2007; FAZENDA, 1991). Além disso, o curso é pensado a partir de referenciais que defendem procedimentos teóricos para que o Letramento (escolar, social e literário) aconteça.

De modo geral, os cursos de formação continuada possibilitam apreender as dificuldades teórico-metodológicas da prática dos professores da Educação Básica. Na questão do Letramento Literário, orientamos que só é possível formar leitores literários quando os docentes são envolvidos pela prática da leitura. Mas, infelizmente, o que se espera são fórmulas prontas para ensinar os alunos a gostarem de Literatura.

Assim, sem o engajamento de professores leitores, também se torna difícil explicar que o Letramento literário deve partir das práticas de leitura dos alunos (novelas, filmes, diários, desenhos animados...) para leituras mais elaboradas, que exigem um esforço maior de interpretação. Diante de um grupo significativo de professores que demonstra pouca familiaridade com os livros, recorremos aos estudos de Regina Zilberman, que no final da década de 70 já apontava para os motivos da “Crise da leitura” no Brasil.

Por outro lado, quando pensamos na “crise da leitura” e na crise do ensino de Literatura na escola, fica difícil acreditar que a prática de leitura de livros, principalmente os literários, tenha sido, em outros séculos, motivo de preocupações. Como mostra a pesquisa de Márcia Abreu (2003), houve época em que o próprio ato de ler era visto, por estudiosos europeus, como prejudicial à saúde, podendo, inclusive, levar à loucura. Nesse tempo, os que combatiam a prática de leitura foram confrontados por adeptos que afirmaram a sua eficácia para o desenvolvimento humano. Para os favoráveis à prática da leitura, fazia-se necessário instruir sobre como ler e o que ler.

Surgem, então, vários manuais ensinando a ler, com observações que abrangiam desde a maneira de segurar e folhear a obra até os cuidados de como selecionar o material a ser lido. Tratava-se de manuais similares aos vários livros pedagógicos que circulam hoje nas escolas. Autores decididos a amenizar os problemas da (não) leitura indicam aos professores algumas atividades de prática de leitura, ensinam como selecionar os livros, explicam sobre a psicologia que norteia a faixa-etária de cada aluno. Mas, apesar de tudo, a “crise” ainda persiste e é tema recorrente nas mesas de debate do COLE- Congresso de Leitura do Brasil.

As escolas são instituições às quais a sociedade delega a responsabilidade de prover as novas gerações das habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes consideradas essenciais à formação de qualquer cidadão. Mas, baseando-nos em pesquisas de Kleiman (2001/2003), Rojo (2006), Soares (2003), a relação entre escola e letramento é complexa. Há uma espécie de ‘controle’ da escola, ao invés de expandir práticas sociais. O LETRAMENTO ESCOLAR é insuficiente para medir e avaliar as habilidades de leitura e de escrita.

Em países como o Brasil, o funcionamento inconsistente e discriminatório gera padrões múltiplos e diferenciados de aquisição do letramento. Desse modo, tendo ciência deste tipo de letramento efetuado nas escolas, seria significativo avançar para

as práticas sociais que marcam a vida dos sujeitos envolvidos. Entendemos, assim, que o docente/discente inserido em práticas sociais de leitura/escrita de gêneros diversos que circulam socialmente (da esfera literária e não literária, como sugerem os PCNs) deve ser considerado uma pessoa letrada. Compreendemos, ainda, que o direito ao acesso à leitura e a dinâmica que lhe envolve deve ser um direito inalienável do homem, em época de extrema competitividade e globalização.

Em se tratando do letramento literário, é preciso pensar em várias questões: o acesso aos livros, a formação de professores, a valorização do livro dentro da família e a questão da tecnologia, para citar apenas as que interessam para esse debate. Diante de uma sociedade tecnológica, com importantes descobertas científicas, em que o indivíduo, na mais tenra idade, tem acesso à *internet* e a partir dela ouve música, joga, assiste filmes, conhece lugares e pessoas, por que insistir na Literatura (no livro literário)? Por que se empenhar para que nossos alunos (e nós também) tenhamos na obra literária uma opção para o prazer, para o conhecimento e para a formação subjetiva e social? E por que insistimos na afirmação de que no Brasil se lê pouco?

Regina Zilberman (1982) mostra algumas contradições em relação à chamada crise de leitura. De acordo com sua pesquisa, nos anos 70, quando iniciaram efetivamente as reflexões sobre a (não) leitura, acontecia o crescimento da população urbana, decorrente da oferta de trabalho nas indústrias. Esse aumento da população, por sua vez, exigiu uma reformulação da estrutura escolar, devido à ampliação do número de alunos. Assim, dentre as novas propostas pela reforma de ensino instituída na nesse período, o texto literário ganha destaque em sala de aula, as editoras passam a investir na publicação de obras infantis e um elevado número de livros passa a circular nos acervos escolares.

O apontamento histórico que apresentamos demonstra que, aparentemente, não há lugar para a chamada crise de leitura. Se houve o aumento do público leitor e a ampliação na oferta de obras literárias, onde estaria a crise? De acordo com Zilberman (1982), a contradição instalava-se na recusa à leitura. O público leitor, em potencial, não demonstrava interesse pela leitura das obras literárias. Essa recusa, infelizmente, ainda é a motivação para o debate acerca do ensino de Literatura. A diferença é que ao debate são acrescidos outros (não) leitores: os professores e a família.

Talvez devêssemos pensar que a (não) leitura é uma questão que não perpassa apenas a questão pedagógica, pois, se assim fosse, a diversidade de obras que ensina a “ensinar a ler” já a teria solucionado. A história da leitura demonstra que esse assunto envolve poder político, poder econômico e poder social. Vale lembrar, que essa história também é marcada, como elucida o trabalho de Márcia Abreu, pela censura, ou seja, pelo poder de definir o que podia e o que não podia ser impresso. Devido a isso, é compreensível que a questão ainda seja discutida.

Ao nos referirmos à leitura, seria interessante observar que concebemos o ato de ler como um processo trabalhoso que exige “esforço, treino, capacitação e acumulação” (AZEVEDO, 2006). Sobre a definição de leitura, optamos pela de Eni Orlandi (2006), que, pela visão da Análise do Discurso, define a leitura como “compreensão, não apenas decodificação”.

A leitura seria o momento crítico da construção do texto, um processo de interação verbal que faz desencadear a assimilação dos sentidos. O leitor, por sua vez, seria aquele que consegue atribuir sentido a um diversificado número de textos. É leitor aquele que, devido à familiaridade com a escrita consegue diferenciar os tipos de gêneros literários e

não literários e os motivos que o levam a escolher uma leitura em detrimento da outra.

Nesse sentido, para que a leitura seja inserida como uma forma de aproveitar o tempo livre, ou seja, para que seja vista como lazer, faz-se necessário que o indivíduo torne-se um leitor e esse processo, como vimos, exige esforço e dedicação. É necessário saber por que lemos, precisamos atribuir sentido à leitura, e isso exige prática, treino, acúmulo de informação, raciocínio.

A arte literária, se observada pela afirmação de Barthes na epígrafe desse texto, deveria fazer parte do ambiente familiar e escolar desde os primeiros meses de vida. Essa afirmação pode parecer utópica, mas não é. Ela está fundamentada em um referencial teórico que nos permite acreditar que a democratização do ensino exigiria um repensar sobre nossa história sócio-econômica de exclusão.

A introdução aos Parâmetros para 5^a a 8^a série lembra a importância de a equipe escolar conhecer o contexto social, histórico e econômico em que os alunos estão inseridos, para, desta forma, compreenderem seus anseios, contribuindo para que os educandos vivenciem, de maneira saudável, o seu momento presente. As aulas de literatura no Ensino Médio constituem um exemplo prático dessa observação feita nos Parâmetros. Diferentemente da proposta dos novos ordenamentos pedagógicos, a Literatura, no Ensino Médio, é estudada como uma preparação para o vestibular, o contato com o texto literário é substituído pelo resumo e a discussão da obra pela síntese da época e das características da escola literária que integra o seu autor. Desta forma, a Literatura só existe condicionada às exigências do vestibular e não como fonte de conhecimento subjetivo, psicológico, cognitivo, social...

Quando trata da linguagem, os Parâmetros demonstram a interdisciplinaridade que a envolve, lembrando que várias áreas do conhecimento buscam na linguagem o suporte para seus objetos de estudo. De acordo com os Parâmetros, a linguagem só pode ser estudada em sua interação social, só existe enquanto expressão comunicativa entre os sujeitos. O efetivo ensino de Literatura pode atender a essa expectativa.

A Literatura é por natureza interdisciplinar, está inserida em um tempo e é escrita a partir de um enfoque histórico, social e político. Ela também é a prova de que a linguagem só existe enquanto interação social, pois é expressa por alguém que deseja ser compreendido pelo outro; sem a relação entre autor, texto e leitor não há Literatura. Mesmo compreendendo que os Parâmetros não são (e não pretendem ser) a solução definitiva para o problema do Ensino de Literatura e para a crise da leitura, sentimos falta de um maior destaque para a Literatura e a sua importância para a formação do sujeito social e ético, como sinalizam os Parâmetros.

Regina Zilberman (1987) também aponta outras contradições encontradas nos Parâmetros. Para a autora, “a ênfase dada ao ensino da língua como um meio para melhorar a qualidade da produção linguística” poderia significar uma ruptura com o ensino tradicional. Porém, um olhar atento, de acordo com a autora, pode conduzir o ensino da língua, caso se prenda em demasia à meta de oferecer “um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem”, ao antigo ensino de retórica, com uma concepção apenas pragmática e utilitária da língua.

Mas seria ingenuidade afirmar que alguns professores resumam a aula de Língua Portuguesa ao estudo da gramática, da redação e da interpretação de texto apenas pelo pouco comprometimento com a leitura. Acreditamos que, da mesma forma que a leitura

está presa a uma história de censura e de equívocos, o ensino de Literatura está comprometido pela grade curricular dos cursos de Letras, pelo não comprometimento de alguns docentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com a leitura; pelos salários desestimulantes dos educadores; pela injusta distribuição de renda praticada no Brasil, dentre outros elementos. Os cursos de licenciaturas, especialmente o de Letras, poderiam contribuir para que os acadêmicos tivessem a oportunidade de refletir sobre a rede que envolve a questão da leitura e do ensino de literatura no Brasil.

Assim, os cursos de formação continuada representam uma alternativa para que os egressos dos cursos de Letras, principais responsáveis pela formação de leitores, discutam alternativas teórico-metodológicas para sua prática docente. A democratização da leitura literária só será representativa quando os mediadores entre livros e alunos – os professores – tornarem-se leitores e responsáveis pelo exercício de sua prática docente.

Vale lembrar que todas as escolas de Dourados, segundo informações do site do INEP, demonstraram necessitar das ações a serem implementadas neste projeto. A média da prova objetiva do ENEM, por exemplo, é de 43,824. O estado de Mato Grosso do Sul ficou com a média de 43,267, ou seja, abaixo da média nacional. O município de Dourados, onde a ação transcorrerá, ficou com a média de 44,538. Ainda que a média do município supere as médias nacional e estadual, a média do município não ultrapassa os 50 % de aproveitamento nas diversas habilidades aferidas pelo ENEM. Ao consultar o resultado da rede privada, percebemos que sua média é bastante superior à rede pública, fato comprovado também em âmbito nacional.

Acreditamos que a leitura é um dos instrumentos mais significativos para a formação do cidadão. Todavia, a prática precisa ser acompanhada a partir de um referencial teórico-metodológico que permita ao estudante estabelecer relação entre o texto e leitor, contemplando sua subjetividade e seu meio social. Além disso, como afirmam teóricos como Rildo Cosson (2006), Magda Soares (2007) e Eni Orlandi (2006), faz-se necessário oferecer ao leitor em formação mecanismos para que ele consiga perceber a intertextualidade, o ponto de vista do autor, a origem do texto, a contextualização do material impresso, dentre outros elementos que permitam a transformação do sujeito e, em consequência, a resignificação do meio que o cerca.

Diante do exposto, trabalhar a partir da teoria do Letramento pode contribuir para que a prática dos docentes seja redimensionada para projetos que promovam, efetivamente, o Letramento (social, escolar, literário). A partir do processo de Letramento, acreditamos ser possível melhorar o desempenho de nossos educandos, ao mesmo tempo em que permitimos aos educadores a resignificação de sua prática, mesmo atuando em número reduzido de escolas.

Em suma, o curso ministrado para os 150 professores é pensado no sentido de oportunizar uma reflexão sobre uma prática docente que faça sentido para os estudantes. Em especial sobre o Letramento Literário, aproveitamos o momento de formação para resgatar a trajetória de leitor literário dos acadêmicos e dos professores. Ao mesmo tempo, procuramos despertar entre os que ainda não se encontraram com o livro, o desejo de principiar a sua formação, uma vez que só teremos a efetivação do Ensino de Literatura nas escolas se for possível contar com o trabalho de professores leitores.

Vale lembrar, mais uma vez, que essa prática só poderá ser atingida a partir de uma reflexão pautada num referencial teórico sustentado pela importância da Literatura para a formação social, psicológica e cognitiva do cidadão e que corrobore para que o

professor tenha uma prática docente sustentada por pesquisa. Assim, fica acertada a teia que sustenta o Ensino de Literatura: políticas públicas, professor leitor, leitura de texto e não de fragmento. Ficamos na torcida para que essa malha origine um cidadão leitor, aquele que se insere politicamente, compreende-se como um agente histórico, transforma-se e transforma a realidade que o cerca.

TECENDO CONCLUSÕES

Ao tratar da prática do educador, Pedro Demo afirma que ela (a prática) deve estar pautada na teoria, que deve, por sua vez, ser confrontada com a realidade histórica. Como ficaria, diante das apreciações acima, o Ensino de Literatura? O curso de Letras, de forma geral, tem a responsabilidade de formar professores com conhecimento teórico para atuar no ensino de Literatura, adotando uma prática coerente com o referencial teórico e com a realidade social, econômica e histórica do grupo que pretende formar. A união entre teoria e prática deveria nortear a prática docente. Desta forma, o ensino de Literatura no ensino Fundamental e no Ensino Médio não ficaria prejudicado pela fragilidade conceitual de alguns docentes que se escondem nos livros didáticos e os usam sem nenhum tipo de senso crítico.

Ao longo do século XIX, a Literatura foi amparada pela crença de que a palavra tinha um poder ilimitado e de que a prática de Literatura era uma espécie de veículo tradutor da realidade, com o poder de espelhar o mundo e seus contornos. Hoje, a visão da Literatura busca, como afirma Marisa Lajolo, a “grande aventura da significação provisória”, transformando esse provisório na “arma de sua permanência”. A arte literária passa a ser vista como “instauração de uma realidade, apreensível apenas na medida em que permite o encontro de escritor e leitor sem que, entre ambos, haja qualquer acordo prévio quanto a valores, representações, etc.”.

Por outro lado, a concepção de Literatura relaciona-se, diretamente, com a questão da leitura, entendendo-a como um processo de construção de sentidos. Como afirma Vernier, “escrever, como ler, é sempre lançar questões à linguagem, às normas estéticas estabelecidas”. Antonio Candido afirma que a Literatura tem a capacidade de “confirmar a humanidade do homem”, derivando, entre suas funções a de “satisfazer à necessidade universal de fantasia, contribuir para a formação da personalidade e ser uma forma de conhecimento do mundo e do ser” (Cf. Ciência e Cultura). Pela importância que acreditamos ter a Literatura, observamos que ela merece uma discussão contínua, na medida em que, tanto o fato literário como a crítica e a teoria que de se ocupam estão ligados ao momento histórico em que são produzidos.

O papel do professor leitor na Formação de leitores literários, para retomar o título dessa comunicação, seria primeiro o de ser leitor literário; segundo, o de estar em constante formação; e terceiro, o de encarar a disciplina de Literatura como algo que vai além das escolas literárias. É preciso ensinar a ler Literatura, é imprescindível ensinar a ler os diferentes gêneros literários, é necessário valorizar a Literatura com a qual o educando convive, mas também é preciso ensinar a ler a Literatura que compõe a tradição literária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Os caminhos dos livros. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003.

AGUIAR, Vera Teixeira de (Coord.). Era uma vez na escola: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. (Educador em formação).

BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Cultrix, 1980.

BORDINI, Maria da Glória; AGUIAR, Vera Teixeira. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. São Paulo: Companhia Nacional, 1973.

COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípios científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1999.

FAZENDA, Ivani Arantes. A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas, SP: Papirus, 1991.

HOFFMANN, J. Avaliação: mito & desafio, uma perspectiva construtivista. 24. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e leitura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, Aparecida (Org.). Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

AZEVEDO, Ricardo. Razões para a formação de leitores. In: SOUZA, Renata Junqueira (Org.). Caminhos para a formação do leitor. São Paulo: DCL, 2004.

ZILBERMAN, Regina. (Org.). Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.



LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO TEXTO: ESPAÇO PARA PRÁTICAS SOCIAIS E ACADÊMICAS

LABORATORY FOR STUDY OF TEXT: A PLACE FOR SOCIAL AND ACADEMIC PRACTICES

UEPG - PR

Djane Antonucci Correa¹

Rosita Maria Bastos dos Santos²

Marcela Marabeli de Moraes³

RESUMO

O presente trabalho visa a apresentar as principais atividades realizadas no Laboratório de Estudos do Texto - LET, um Programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Sedia projetos voltados para áreas de interesse que se relacionam ao trabalho com textos e/ou áreas correlatas. Por meio de atividades de leitura, escrita, análise e discussão de textos dos mais diversos gêneros, neste espaço, propusemos, no período de outubro de 2007 a outubro de 2009, congregamos projetos direcionados para, basicamente, quatro ramificações: a) prestação de serviços de extensão, por meio da oferta de disciplinas específicas, cursos e minicursos; b) projetos de pesquisa que desenvolvem também trabalhos de extensão (projetos de iniciação científica dos Cursos de Licenciatura em Letras). c) desenvolvimento de projetos que contemplam a formação de professores e a comunidade, de maneira que, dentre outras possibilidades, propomos criar espaços para professores formados e em formação interagirem por meio da formação de grupos de estudo e de grupos para elaboração de material didático; d) desenvolvimento de trabalhos de leitura e de escrita direcionados a estratos sociais para os quais essas atividades sejam relevantes. Como resultados, destacamos o envolvimento de 10 professores, acadêmicos bolsistas e voluntários e também de pesquisadores nas ações de extensão, além da comunidade mais ampla.

Palavras-Chave: Texto. Leitura. Escrita. Extensão. Ensino.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present the main activities developed in the Laboratory for the Study of Text, an extension program conducted at Universidade Estadual de Ponta Grossa. It supports projects related to areas of interest which work with texts and/or similar areas. Through activities such as reading, writing, analysis and discussion of texts from various genres, during the period from October, 2007 to October, 2009, to congregate projects as follows: a) to provide extension services, through specific disciplines, courses and short courses, b) to conduct researches projects that also develop extension work (projects of scientific initiation); c) development of educational projects to teachers and to the community, so, among the range of possibilities, we create spaces for teachers and academics to interact through study groups and groups designed to develop didactic materials; d) development of reading and writing studies to the social strata to which it may be relevant. As a result, we highlight the involvement of 10 professors, scholars and volunteers as well as researchers in extension actions besides the wider community.

Keywords: Text. Reading. Writing. Extension. Teaching.

¹ Professor adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. djane@uepg.br

² Professor assistente do Departamento de Letras vernáculas da UEPG; rosita.mbs@gmail.com

³ Graduanda – Licenciatura em Letras – Português/Inglês; marcelamoraes2@gmail.com

Linguagem e texto

Os cursos de Licenciatura anseiam, cada vez mais, por perspectivas flexibilizadoras de trabalho. A flexibilização curricular prevê, dentre outras questões, a inclusão das atividades denominadas complementares nos projetos pedagógicos, possibilitando a introdução de ações de extensão nos currículos, promovendo assim a interface real entre ensino, pesquisa e extensão e a ampliação do diálogo entre as diversas áreas do saber, de maneira que se produzam novos conhecimentos demandados pelas necessidades sociais.

Com base na necessidade de olhar para essas perspectivas flexibilizadoras, conforme argumentei alhures (CORREA, 2009), as atividades de pesquisa têm intensificado a preocupação com a “inserção social, ou seja, a relação que se estabelece (ou que se deveria estabelecer) entre o que a universidade produz e a sua comunidade”. Na mesma direção, “a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

Com base nesse diálogo que deve existir entre ensino/pesquisa/extensão, acreditamos que há necessidade de se criarem espaços acadêmicos específicos para aprimoramento de práticas escolares, discussão e reflexão sobre elas e os apontamentos teórico-metodológicos, de maneira que corroboramos essas ideias. Nesses espaços, faz-se necessário um importante vínculo entre futuros professores, egressos e professores atuantes da educação básica, professores de ensino superior, pesquisadores e a comunidade. Este empreendimento busca intensificar e inter-relacionar a formação do profissional da educação, capacitação e formação permanentes sempre pautadas no acesso a novos conhecimentos e conceitos, além da reflexão sobre a própria prática na escola.

Utilizamo-nos do reconhecimento de que as formas de participação nas comunidades de linguagem, de realização de trocas linguísticas em esferas formais de uso acontecem por meio de textos. “A compreensão ocorre quando textualizamos o desconhecido. O mundo que compreendemos (ou achamos que compreendemos) é antes textualizado, isto é, transformado em texto” (RAJAGOPALAN, 2003). A linguagem, manifestação da capacidade de expressão do ser humano, e a educação, ambas em confluência, são dois aspectos essencialmente políticos da vida e o trabalho com textos, especificidade das ciências humanas, é ponto de partida e de chegada dos pensamentos, reflexões e representações dos seres humanos.

Textos são entidades que trazem, de forma dinâmica e personalizada, nosso posicionamento no mundo. É, sem dúvida, o recurso comunicativo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais. Costa Val (1994) reforça essa ideia de que nos comunicamos através de textos e esse pensamento está altamente respaldado por ramos da ciência da linguagem tais como Análise do Discurso, Linguística Textual, Sociolinguística, Pragmática, Teoria da Enunciação, enfoques semióticos, cognitivos e da didática, entre outros.

Entende-se que o aporte teórico decorra dos meios acadêmicos e deva chegar ao educador e ao educando como forma de aquisição de conhecimento além de um bem social e cultural. Assim, a educação formal deve ser capaz de colocar o texto (produção, recepção e compreensão) em prática com função maior: gerir o conhecimento, sua aquisição e a pertinência com a vida social do estudante.

O professor cumpre papel fundamental nesse cenário uma vez que a rotina escolar e atividades formadoras são repassadas e organizadas por ele. Sabemos que a demanda da aprendizagem contínua é uma das marcas de nossa sociedade educacional através da qual o professor busca refletir e fundamentar

cada vez mais a sua prática docente.

Nessa perspectiva, Leitores-escritores competentes são aqueles capazes de comunicar-se com autonomia dentro das mais diversas situações e também de refletir sobre elas. Essa assertiva, hoje, está contemplada em documentos que são referenciais teóricos e metodológicos como as Diretrizes Curriculares do Paraná (2009) e Parâmetros Curriculares da Educação (1998) para os quais a educação formal é a principal articuladora dessa prática, ou seja, produção, recepção e compreensão textual, bem como construção de sentidos cujo resultado decorre da interação entre texto, contexto, propósitos, saberes, crenças e experiência do indivíduo. A educação formal, portanto, amparada por técnicos e profissionais que articulam tanto a prática quanto a forma de pensar a prática, representa não apenas o ensino sistematizado, mas também o comprometimento da educação com a cidadania.

O Laboratório de estudos do texto

O “Laboratório de Estudos do Texto” – LET – é um Programa de Extensão. Foi aprovado na Universidade Estadual de Ponta Grossa pela Resolução CEPE N.º 217, de 13 de dezembro de 2007. Vinculado ao DELET (Departamento de Letras vernáculas) desenvolveu várias atividades de caráter extensionista desde 2007 até 2009. Em 2007, as atividades foram voltadas para a aquisição e implantação do espaço físico que então sediará as atividades do Laboratório. Em 2008, as atividades, num primeiro momento, concentraram-se em ofertas de cursos abertos à comunidade e iniciou-se efetivamente suas atividades com a oferta de três cursos de extensão: “gramática normativa”, “produção de texto” e “produção de texto acadêmico”, todos com 30h/a de duração. Apenas o curso de gramática foi ministrado durante a semana e os de produção de texto, aos sábados.

Uma vez concluídos esses cursos, foram ofertadas, no segundo semestre de 2008, outras edições deles: gramática normativa e gramática para concurso, também com a duração de 30 h/a. Em 2009, ofertou-se o curso de produção de texto acadêmico. Conforme determina a legislação institucional, todos os cursos foram propostos e avaliados pelas instâncias competentes em projetos e relatórios específicos.

Atualmente, o LET conta com uma infraestrutura que permite realizar as diversas atividades que desenvolve: uma sala de 45 m² na qual estão distribuídas 5 mesas com 4 cadeiras, somando 20 acomodações, uma bancada com 7 computadores, estante para acomodar os 350 livros disponíveis atualmente para pesquisa no laboratório, dois computadores (um desktop e um laptop) e impressora para serviços administrativos e para os trabalhos dos docentes e discentes que desenvolvem projetos no Laboratório. Procuramos, dessa forma, desenvolver trabalhos articulados ao currículo dos Cursos de Letras, de maneira mais direcionada, atividades que contemplam a formação de professores e pesquisadores interessados em discutir a função social da educação superior e pretendemos, doravante, ampliar e aprimorar essas atividades.

O Laboratório, uma vez definido em suas configurações e estabelecido fisicamente na sala B-102 desta instituição, foi divulgado e “usufruído” por nossos acadêmicos, em

boa parte, pela oferta dos cursos. Apesar de os cursos terem sido bem aceitos, a proposta do LET previa e foi espaço também para projetos tanto de extensão como de pesquisa. Dessa forma, em 2008 e 2009, os esforços voltaram-se como dito anteriormente, para os cursos abertos de extensão, visando a um levantamento financeiro para implantação física e técnica do Laboratório. Apesar disso, preocupamo-nos efetivamente em desvincular o aspecto “comercial” do projeto, pois definitivamente esta não é a meta principal deste Programa de extensão.

O Laboratório de Estudos do Texto é um avanço para o Curso de Licenciatura em Letras que poderá proporcionar ao meio acadêmico e às demandas sociais, por meio de ações implementadas no currículo, um importante centro de estudos, pesquisa e extensão. De 2007 até 2009, sempre que possível, divulgamos o Laboratório nesses termos, visando alargar quanto possível o conceito de “Laboratório” como um Programa de extensão com vistas à flexibilização curricular.

Considerando o exposto, podemos afirmar que, dentre as atividades colocadas como meta, verificou-se que nesse período de execução o Laboratório de estudos da UEPG atendeu aproximadamente 300 pessoas, por meio do desenvolvimento das seguintes atividades:

- a) Oferta de cursos e minicursos para complementar a formação acadêmica dos graduandos de Licenciatura e Letras, dos demais cursos de graduação interessados e também da comunidade;
- b) Projetos de pesquisa que desenvolvem também ações de extensão (projetos de iniciação científica dos Cursos de Licenciatura em Letras cujos procedimentos metodológicos envolvem pesquisa-ação);
- c) Trabalhos com leitura e escrita para atender a demandas de estratos sociais para os quais essas atividades são relevantes,

Dentre as atividades desenvolvidas no período de dois anos, julgamos relevante mencionar os seguintes projetos vinculados ao LET:

1. Grupos de estudos e Oficinas (cursos e eventos)

1.1. Grupo de Estudos de Teoria Gramatical

Coordenador: Marcos Barbosa Carreira

1.2. Um dedo de prosa com as mãos cheia de poesia

Oficina de Literatura Infantil (Poesia)

Coordenador: Prof. Róbison Benedito Chagas

1.3. Oficina de gêneros textuais

Coordenação: Prof.^a Djane Antonucci Correa

Ministrante: Melina Rattes Guimarães (acadêmica)

1.4. O uso de filmes na prática docente do ensino fundamental e médio: possibilidades metodológicas

Coordenadora: Prof.^a Thaisa de Andrade

Ministrante: Prof.^a Maria Inês Chaves

1.5. Grupo de estudo – o gênero textual e a prática em sala de aula

Coordenação: Prof.^a Ligia Paula Couto (DEMET)

2. Projetos de extensão

2.1. Atividades de escrita e leitura como instrumentos de confluência sobre práticas sociais

Coordenação: Profa. Djane Antonucci Correa e Profa. Letícia Fraga (DELET)

2.2 - A inquietação por pesquisar, ler, interpretar e escrever através de um pressuposto de intertextualidade prospectiva.

Coordenadoras: Djane Antonucci Correa e Rosita Maria Bastos dos Santos

Ministrante: Noa Francielle Fornazari (graduanda) –

3. Cursos (30horas)

3.1. **“Produção de texto acadêmico”** Prof.^a. Eliane Santos Raupp

3.2. **“Produção de texto”**. Prof.^a. Rosita Maria Bastos dos Santos

3.3. **“Gramática normativa”** Prof.^a. Letícia Fraga

3.4. **Gramática Normativa:** Prof Paulo Rogério de Almeida

3.4. **“Gramática para concursos”** Prof Paulo Rogério de Almeida

Considerações finais

Avaliamos, assim, como positivo o desenvolvimento das atividades do LET. As coordenadoras, professores envolvidos nos cursos e discentes entenderam que o Laboratório foi e será de extrema importância para comunidade acadêmica e social, devendo, sem dúvida, aprimorar-se em alguns quesitos. Por essa razão, reiteramos que, ainda que parcialmente, alcançamos as metas propostas no programa referentes a este período de atividades.

Consideramos ainda que merece destaque a interlocução que o LET promoveu entre os professores dos departamentos de Letras Vernáculas e professores de outros departamentos desta instituição, tais como Línguas Estrangeiras Modernas e Métodos e Técnicas de Ensino, além de pesquisadores e bolsistas de pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação. São Paulo : Parábola Editorial, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental. Brasília: MEC, 1998.
- BRITTO, L.P.L. A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical. Campinas: Mercado de Letras / ALB, Campinas, 1997.
- CORREA, D. A. A extensão e a pesquisa no contexto da formação docente. Participação em mesa redonda. IV CIEL – Ciclo de Eventos em Linguagem, 2009.
- COSTA VAL. M.G. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- EXTENSÃO Universitária e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão. Fórum das Pró-Reitorias de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
- FORGRAD. Concepções e implementação da flexibilidade curricular: 2003. Disponível em: http://www.forgrad.org.br/arquivo/documento_conc_e_impl_flex_curricular.doc. Acesso em: 20 abril 2009.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.
- GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem ensino de Português. In: João W. (Org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARCUSCHI, L.A. Da fala para a escrita. São Paulo: Cortez, 2001.
- PARANÁ. Secretaria de Estado e Educação. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná: língua portuguesa. Curitiba: SEED, 2009.
- RAJAGOPALAN, K. Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.
- REDE Nacional de Extensão. Disponível em: <www.renex.org.br>. Acesso em: 20 abril 2009.

O NÚCLEO DE MONITORAMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS DE JACAREZINHO/PR

MONITORING CENTER FOR ALTERNATIVE
PENALTIES, IN JACAREZINHO/PR

UENP - PR

Débora Gonçalves TOMITA¹

Thiago Leonardo RIBEIRO²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Jacarezinho/PR, cuja proposta é levar a toda a população informações sobre a importância das medidas, penas e prestações sociais alternativas, estimulando a conscientização popular e auxiliando o Poder Judiciário na aplicação de tais medidas, oferecendo ao reeducando uma chance real de reinserção social. A pesquisa, realizada através de revisão bibliográfica, buscas de material relativo ao tema na Internet e entrevistas realizadas com os infratores, traz algumas considerações sobre a importância das penas alternativas, o trabalho desenvolvido pelo Núcleo, bem como gráficos elaborados após um levantamento de dados realizados com os transgressores, que contêm informações importantes a respeito do perfil daqueles que são atendidos e acompanhados pelo Núcleo.

Palavras-chave: Penas Alternativas; Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Jacarezinho/PR; Perfil dos infratores.

ABSTRACT

This paper intends to present the Alternative Punishment Monitoring Center, in Jacarezinho/PR. The center aims to supply the whole population with information about the importance of actions, penalties and the alternative social benefits. Thus, it seeks to raise public awareness, provide the judicial system with assistance in such measures and offer a real chance for social rehabilitation. The research was conducted through bibliographic review, searches on the Internet and interviews with offenders. It includes some comments about the importance of alternative penalties, the work developed by the center, as well as charts prepared after a survey data conducted with the offenders, which contains important information about the profile of those who are under the center supervision.

Keywords: Alternative Punishment; Alternative Punishment. Monitoring Center - Jacarezinho/PR; Offender's Profile.

¹ Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP. Profissional recém-formada em Direito do Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Jacarezinho/PR – Programa Universidade Sem Fronteiras. E-mail:deboratomita6@hotmail.com

² Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP, Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela UNIDERP/LFG. Orientador-colaborador do Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Jacarezinho/PR – Programa Universidade Sem Fronteiras. E-mail: thiago_leonardo_ribeiro@yahoo.com.br

Introdução

O sistema penitenciário brasileiro tem vivido uma notória crise. Várias são as causas que contribuem para a falência desse sistema, como a falta de investimento público, de treinamento de profissionais da área, além da ausência ou aplicação inadequada das penas, medidas e prestações sociais alternativas. Tal crise neutraliza a formação e o desenvolvimento de valores do preso, não atingindo a finalidade reeducativa da pena. Nesse sentido, apregoa Luiz Flávio Gomes (2008, p. 515 - 516):

O modelo político-criminal brasileiro, particularmente de 1990 para cá, caracteriza-se inequivocamente pela tendência ‘paleorepressiva’. Suas notas marcantes são: endurecimento das penas, corte de direitos e garantias fundamentais, tipificações novas e agravamento da execução penal. (...) Nele [este sistema penal] se enaltece a capacidade dissuasória do castigo, é dizer, a política da *deterrance*. Quanto mais grave o castigo, quanto mais severas as penas em abstrato, menos crime! Essa é a crença! O rigor da pena diminui a criminalidade. Na verdade, como enfatiza García-Pablos de Molina, esse é um modelo ‘falacioso e simplificador, que manipula o modo do delito’.

Nas lições de Rogério Greco (2007, p. 492):

Em um sistema penitenciário falido, como faremos para reinserir o condenado na sociedade da qual ele fora retirado pelo Estado? Será que a pena cumpre, efetivamente, esse efeito ressocializante ou, ao contrário, acaba por corromper a personalidade do agente? Busca-se produzir que tipo de ressocialização? Quer-se impedir que o condenado volte a praticar novas infrações penais, ou quer-se fazer dele uma pessoa útil para a sociedade?

Não bastasse isso, como bem lembra Rogério Greco (2006, p. 16), profissionais não habilitados (jornalistas, repórteres, apresentadores de programas de entretenimento, etc.) chamaram para si a responsabilidade de criticar as leis penais, fazendo a sociedade acreditar que, mediante o recrudescimento das penas, a criação de novos tipos penais incriminadores e o afastamento de determinadas garantias processuais, ficaria livre daquela parcela de indivíduos não adaptados. Verifica-se, assim, que a sociedade alimenta a falsa ideia de que a violência se combate com sistema penal mais rigoroso. É justamente deste modelo “carceirizador” e regido pelas normas de uma sociedade hierarquizada do controle que se extrai um crescimento geométrico da população carcerária.

Desta explosão, resulta cotidianamente nos jornais denúncias de maus tratos nas prisões, venda de privilégios, rebeliões, mortes, superlotações em presídios, reincidência penal etc. Diante desse contexto, duas teses podem ser sustentadas: 1^a) Aquela que busca por tentar legitimar o *status quo* do recrudescimento das penas e construção de novos presídios; 2^a) A que questiona a função das prisões e analisa a ressocialização, buscando reafirmar que tais “depósitos humanos” visam a disseminação de valores negativos e destrutivos tanto na sociedade, quanto no condenado, que acaba se tornando mais estigmatizado e participando assim da porta giratória do sistema penal. A segunda tese defende, assim, a humanização do cárcere, a aplicação de penas e medidas sociais alternativas, criando novas formas para que o infrator compense o mal causado à sociedade sem precisar se submeter às condições indignas da prisão.

Nesse sentido, foram introduzidas na reforma do Código Penal de 1984 as penas restritivas de

direitos. Entre elas estão a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, a interdição temporária de direitos, a limitação de fim de semana, a prestação pecuniária e a perda de bens e valores. Essas penas são o que a sociedade apelidou de “Penas Alternativas”, que substituem as privativas de liberdade.

Segundo Damásio Evangelista de Jesus (2000, p. 30):

Penas alternativas são sanções de natureza criminal diversas da prisão, como a multa, a prestação de serviços à comunidade e as interdições temporárias de direitos, pertencendo ao gênero das alternativas penais.

As **penas alternativas, dessa forma**, punem o indivíduo, porém sem o excluir do convívio social. Objetivam a prevenção geral e uma reflexão educativa dos males da infração.

A Importância das Penas Alternativas

As penas alternativas são medidas punitivas de caráter educativo e socialmente útil, representando um dos meios mais eficazes de prevenir a reincidência criminal, pois não afasta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e de seus familiares e não o expõe aos males do sistema penitenciário, possibilitando que o cumprimento de sua pena seja monitorado pelo Estado e pela comunidade, facilitando a sua reintegração à sociedade.

Inúmeras são as vantagens das penas alternativas, uma vez que além de permitirem ao juiz adequar a reprimenda penal à gravidade objetiva do fato e às condições pessoais do condenado, diminuem o custo do sistema repressivo, evitam o encarceramento do condenado nas infrações penais de menor potencial ofensivo privando-o de sua família e emprego, afastam o condenado do convívio com outros delinquentes, reduzem a reincidência, entre outras.

Por esses motivos, tais medidas vêm sendo aplicadas com cada vez mais frequência pelos juízes. Em levantamento de dados desenvolvido pela Coordenação-Geral de Política, Pesquisa e Análise da Informação do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça, verificou-se que já em 2007 a quantidade de cumpridores de penas alternativas no Brasil já era igual ao número de presos (BRASIL. Ministério da Justiça, Penas e medidas..., 2008).

Vale ressaltar, ainda, que no Levantamento Nacional sobre Execução de Penas Alternativas feito pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentes – ILANUD/Brasil – constatou-se que a prestação de serviço à comunidade é a espécie mais adequada às finalidades pretendidas pelas alternativas penais, sobretudo pelo aspecto da aproximação e participação da comunidade no processo

reintegrador do indivíduo apenado (BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento..., 2006).

Assim, observando a falta de iniciativas no sentido de estimular e monitorar de maneira eficaz a aplicação e a efetivação das penas, prestações e medidas socioalternativas, como meios de evitar a violência e a reincidência penal em nossa região, o Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas surgiu do Programa de Extensão Universitária “Universidade Sem Fronteiras”, Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, realizando um trabalho multidisciplinar de acompanhamento das prestações de serviços comunitários realizados pelos infratores.

O Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Jacarezinho

O Projeto do Curso de Direito do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP, Campus de Jacarezinho/PR, teve seu lançamento estadual ocorrido em 09 de outubro de 2007. Inicialmente realizou-se o levantamento, cadastramento e visitas à Rede Social (entidades receptoras) que daria apoio ao projeto.

O encaminhamento de beneficiários enviados pelo Juiz responsável pela Vara Criminal e pelo Juizado Especial Criminal diretamente para o Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas (NMPA) iniciou-se em fevereiro de 2008, bem como o direcionamento de beneficiários de prestação pecuniária fruto de transação penal, através de lista fornecida para o Poder Judiciário e Ministério Público onde constavam as entidades que deviam ser beneficiadas de forma igualitária.

O procedimento de trabalho acertado com o MM, Juiz Criminal da Comarca, resultou no seguinte: após a audiência, o infrator comparece ao NMPA para entrevista psicossocial, instrumento que possibilita a delimitação do seu perfil, para que se possa encaminhá-lo a uma entidade que seja compatível com sua qualificação e que fique nas imediações de sua comunidade, buscando assim uma melhor ressocialização e reinserção do jurisdicionado. Ainda, distribuem-se fichas de Relatórios Mensais de Prestação de Serviços à Comunidade às entidades receptoras dos beneficiários, que são recolhidas mensalmente e enviadas ao Cartório Criminal e Secretaria do Juizado Especial Criminal através de ofício informando o *quantum* da pena já desempenhado.

Cumprido ressaltar que para receber os prestadores de serviços comunitários, o NMPA conta com uma equipe multidisciplinar, além de uma rede social composta por 50 entidades, dentre elas, Escolas Municipais e Estaduais, Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, AJADAVI, APAE, Igrejas, Instituto Ambiental do Paraná, Hospital Santa Casa Misericórdia de Jacarezinho, Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

No decorrer do cumprimento da pena imposta ao infrator são realizadas Avaliações Periódicas, tanto com o infrator quanto com a entidade receptora, para acompanhamento da prestação de serviços, pois caso haja algum problema, dependendo da situação, reencaminha-se o jurisdicionado a outra entidade. Ao final do cumprimento da pena, por sua vez, tem-se a Avaliação Final para verificar se o objetivo da Pena Alternativa foi atingido.

Pesquisa de Campo

Entre fevereiro de 2008 e setembro de 2009, a equipe do NMPA realizou levantamentos de dados, obtendo informações referentes ao perfil do infrator de pequeno e médio potencial ofensivo que teve sua pena privativa de liberdade substituída pela pena alternativa. No total foram compulsadas informações de aproximadamente 395 autos, sendo tanto de beneficiários de prestação de serviços comunitários encaminhados pelo Juízo da Vara Criminal e pelo Juizado Especial Criminal como beneficiários de prestação pecuniária fruto de transação penal, espécies de penas alternativas mais utilizadas na Comarca de Jacarezinho/PR.

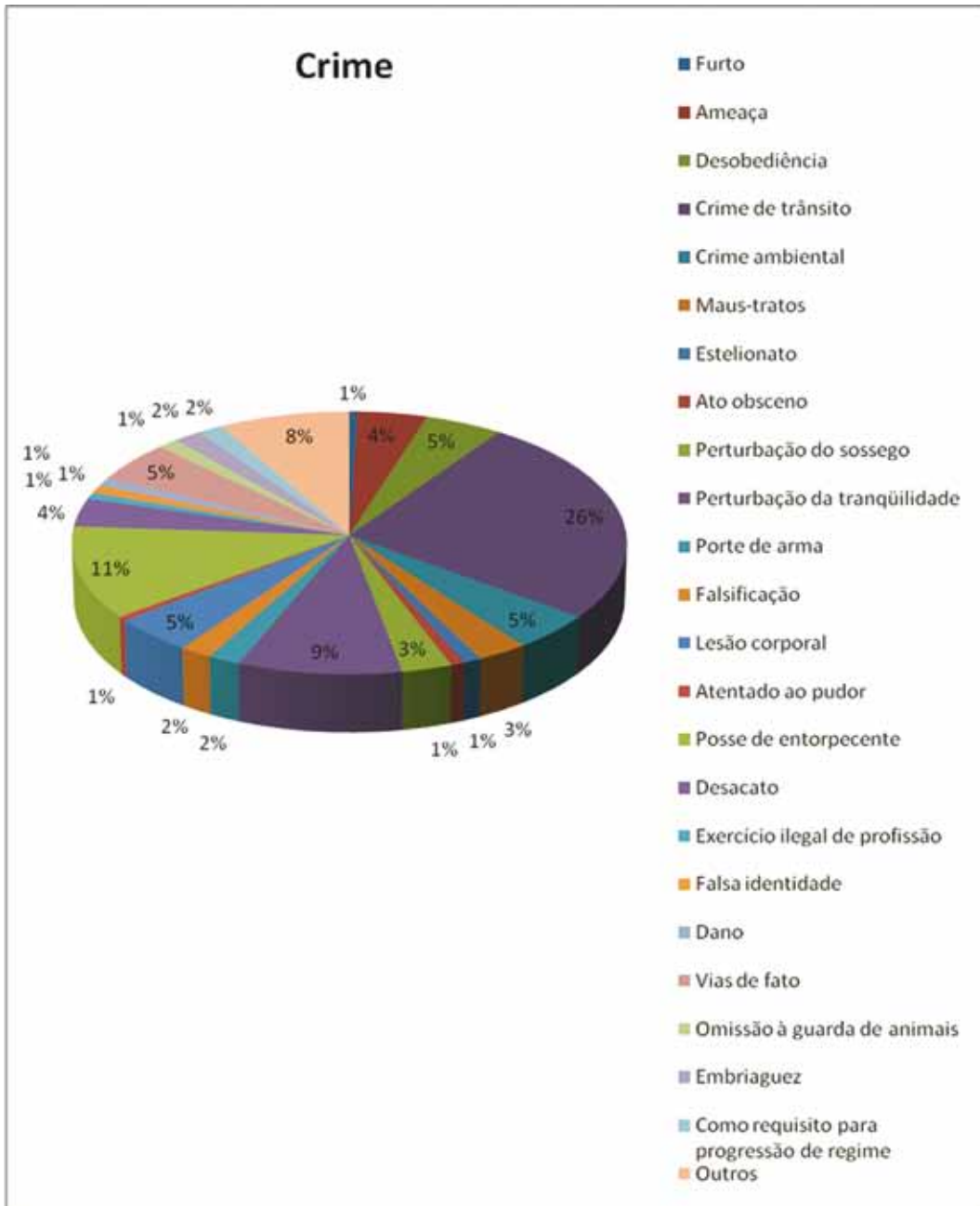
Os critérios escolhidos para desvendar o perfil dos apenados foram: a infração praticada, a pena aplicada, a idade, o sexo, o estado civil, a cor, o grau de escolaridade, a renda, o bairro, se usuário de álcool ou drogas, se possuía vínculo empregatício, se era o único provedor da família, se possuía problemas de saúde, entre outros. Tais critérios eram averiguados na Entrevista Psicossocial – primeiro contato do NMPA com o infrator – e desempenhada pela profissional de Psicologia na companhia da estagiária da área, pois somente nessa ocasião é que havia a possibilidade de se obter tais informações, uma vez que os autos do processo só continham dados superficiais, como endereço, data de nascimento, nome dos pais e número dos documentos pessoais dos transgressores.

Tais informações tornaram-se imprescindíveis não apenas para traçar o perfil do infrator como também para verificar quais infratores necessitavam de atendimento médico, internação em clínica de desintoxicação, assistência social, qualificação profissional, para um cumprimento mais eficiente da pena imposta.

A partir dessas informações colhidas nos processos, bem como nas entrevistas realizadas cotidianamente pelo NMPA, foram elaborados dez gráficos pelo Projeto, dos quais foram selecionados cinco, objetivando uma melhor visualização da realidade dos apenados, sua condição social e a atitude delituosa.

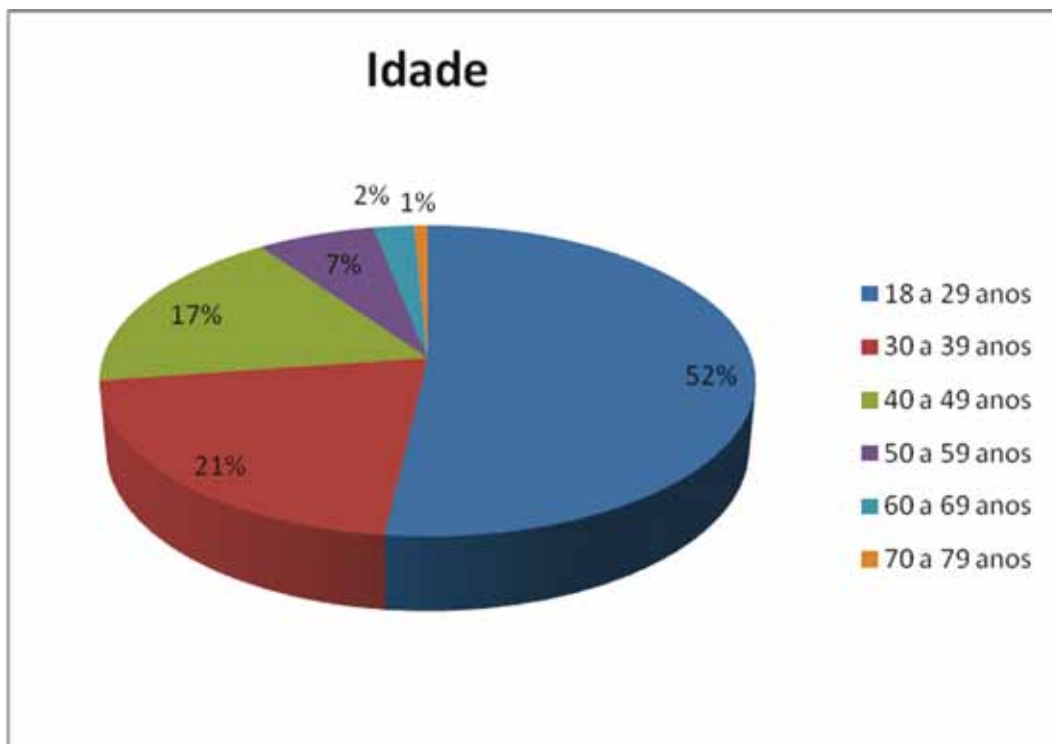
Inicialmente foi verificado, ao longo da pesquisa, que diversos são os tipos de crimes cometidos pelos infratores atendidos pelo NMPA. A maior parte dos infratores (26%), entretanto, foi condenada a prestação de serviços comunitários devido à prática de crimes de trânsito. O cumprimento de penas alternativas é extremamente eficiente nesse tipo de crime, uma vez que enfatizam o aspecto educativo da punição, mudando, assim, o comportamento dos infratores e, conseqüentemente, tornando o trânsito mais seguro.

Gráfico 1 - Crime



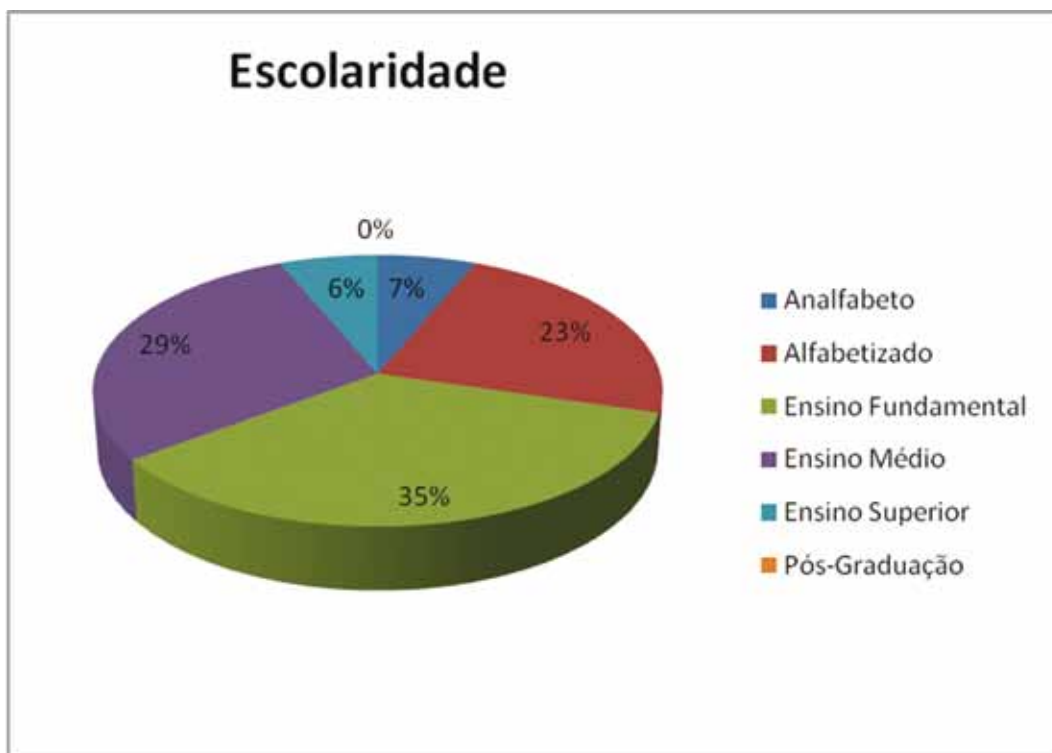
Quanto à idade dos infratores, observou-se que mais da metade deles (52%) tem entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos.

Gráfico 2 - Idade



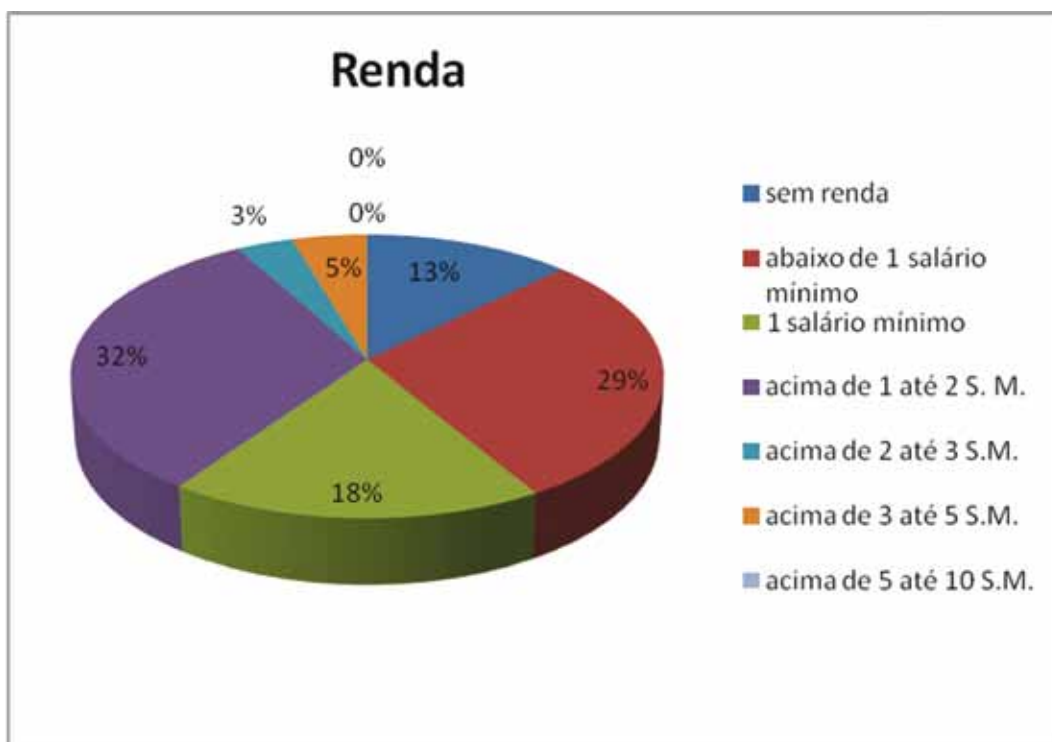
O nível de escolaridade da maioria (35%) correspondeu ao fundamental, sendo 7% analfabetos.

Gráfico 3 - Escolaridade



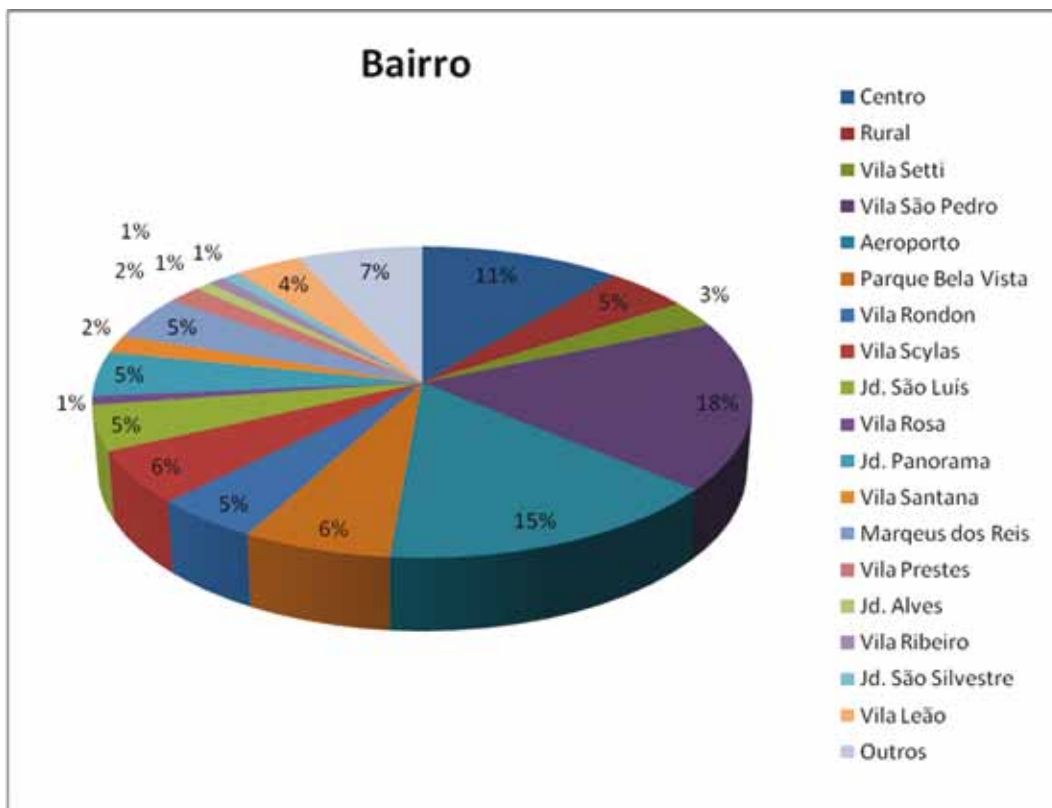
Quanto às condições econômicas, verificou-se uma renda de um a dois salários mínimos para 32% dos infratores e que 29% deles têm renda abaixo de um salário mínimo.

Gráfico 4 - Renda



Por fim, observou-se que a maior parte dos infratores mora nos bairros mais carentes do município, como a Vila São Pedro (18%) e o Bairro Aeroporto (15%).

Gráfico 5 - Bairro



As informações colhidas mostram, dessa forma, a realidade dos beneficiários de penas alternativas que são acompanhados e monitorados pelo Núcleo de Monitoramento de Penas Alternativas de Jacarezinho/PR do Programa de Extensão Universitária “Universidade Sem Fronteiras”.

Conclusão

Observa-se que com a implantação do NMPA os juízes e membros do Ministério Público voltaram a aplicar a pena alternativa de prestação de serviço comunitário, pois agora há um órgão capaz de fiscalizar e controlar o seu cumprimento, bem como a realização de encaminhamento de forma especializada e criteriosa tendo como parâmetros as condições pessoais de cada apenado e a necessidade da entidade receptora. Como se pode observar o trabalho encontra-se em fase de manutenção dos encaminhamentos dos beneficiários de penas alternativas e ampliação da Rede Social (entidades receptoras).

Dessa forma, ressalta-se a importância do projeto para fomentar e criar bases sólidas das penas alternativas na região do Norte Pioneiro, a qual sempre foi carente desta forma de alternativas prisionais.



Referências

AZEVEDO, M. L. Penas alternativas à prisão: os substitutivos penais no sistema penal brasileiro. Curitiba: Juruá, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento nacional sobre execução de penas alternativas – Relatório Final de Pesquisa. ILANUD/Brasil, 2006. 30 páginas. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ47E6462CITEMIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRIE.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

_____. _____. Manual de monitoramento de penas e medidas alternativas. CENAPA, Ministério da Justiça, 2002. 146 páginas. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ47E6462CITEMIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRIE.htm>>. Acesso em: 30 out. 2007.

_____. _____. Penas e medidas alternativas têm a maior aplicação da história. Notícias, Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJFB3ADAA8ITEMIDA9D252BBCE34438ABB9B129959E26382PTBRIE.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2008.

GOMES, L.F. Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da lei 9.099/95, a lei dos juizados especiais criminais. 6. ed. Atual., ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

GRECO, R. Direito Penal do equilíbrio: uma visão minimalista do Direito Penal. 2.ed. Niterói, RJ: Impetus, 2006.

_____. Curso de direito penal. 9.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

JESUS, D. E. Penas alternativas: anotações à lei n. 9.714, de 25 de novembro de 1998. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 30-31.



FÓRUM PERMANENTE DA PESSOA IDOSA NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS: DA PROPOSIÇÃO À CRIAÇÃO

PERMANENT FORUM OF ELDERLY PEOPLE IN
CAMPOS GERAIS: FROM THE PROPOSAL TO THE
CREATION

UEPG - PR

*Maria Iolanda de Oliveira*¹

*Rita de Cássia da Silva Oliveira*²

RESUMO

A questão do envelhecimento tem sido a tônica dos debates na sociedade como um todo especialmente no nível político e social, visto o processo acelerado de crescimento da população idosa. No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, instituiu-se um aparato legal no sentido de contemplar os direitos da pessoa idosa cabendo ao Estado assegurar tais direitos e à sociedade civil, tendo em vista o princípio da democratização, o exercício do controle social através de diferentes formas de organização. Os Fóruns se constituem em espaços reais de organização política e fortalecimento das lutas sociais propiciando a articulação e proposição de ações para efetivação dos direitos legalmente instituídos. O objetivo deste artigo é relatar a trajetória de organização e criação do Fórum Permanente da Pessoa Idosa na região dos Campos Gerais a partir do Projeto de extensão "Assessoria ao Fórum Permanente da Pessoa Idosa – Região dos Campos Gerais"

Palavras-Chave: Cidadania; Direitos; Pessoa Idosa; Fórum.

ABSTRACT

The issue of aging has been the subject of debate in society as a whole due to the fast growth of elderly population, especially in the political and social level. In Brazil, the Federal Constitution of 1988, instituted a legal apparatus to deal with the rights of older people in which the state is responsible for ensuring these rights and the civil society is responsible, in view of the principle of democratization, for the social control through different forms of organization. Forums are real spaces for political organization and a way to strengthen social struggles, providing opportunity to articulate and propose actions to make effective the rights legally established. The aim of this paper is to report the history of the organization and creation of the Permanent Forum for Elderly in Campos Gerais. It arose out of the extension project Assistance to the Permanent Forum for the Elderly in Campos Gerais.

Keywords: Citizenship; Rights; Elder; Forum.

¹ Assistente Social; Professora Mestre do Departamento de Serviço Social - Universidade Estadual de Ponta Grossa – E-mail: maria2672@uol.com.br

² Pedagoga e gerontóloga; Doutora em Educação; Professora associada no Departamento de Educação e Professora Permanente do Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa – E-mail: soliveira13@uol.com.br

Introdução

Estatisticamente tem-se que a sociedade brasileira vem passando por um processo acelerado de envelhecimento. Segundo o IBGE, em 20 anos o Brasil terá a sexta maior população idosa do mundo. Conforme dados do ano de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, há hoje aproximadamente 19 milhões de idosos definidos como população de 60 anos e mais de idade. Esse número já corresponde a mais de 10,2% da população brasileira. Isto é altamente relevante, pois a mudança na distribuição etária de um país altera o perfil das políticas sociais, exigindo estratégias de implementação de ações relacionadas à promoção dos direitos humanos dos idosos.

Neste sentido, no Brasil temos leis, decretos e resoluções que contemplam os princípios de garantia de direitos à pessoa idosa. Deste aparato legal destaca-se a Lei nº 8.842/94 regulamentada pelo Decreto nº 1.948 de 03 de julho de 1996, que discorre sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, a qual conforme o disposto no Capítulo I Da Finalidade tem por objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (Art. 1º).

Para além desta, a partir da Constituição Federal de 1988 – CF/88, como expoente da legislação que compõe a nova institucionalidade de proteção ao idoso destaca-se a Lei nº 10.741/03, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso um dos avanços mais significativos para garantir melhor qualidade de vida a esse segmento da população. O Estado tem a responsabilidade de assegurar os direitos. No entanto, à sociedade civil, tendo em vista o princípio da democratização e a diretriz da descentralização presentes na CF/88, cabe o papel de controle social.

Portanto, criar e fortalecer espaços reais de discussão e de definição de ações constitui-se como questão fundamental para o aperfeiçoamento da política de proteção e defesa da pessoa idosa. Nesse sentido, os Fóruns como espaços de participação aberta, com função propositiva, podendo ser instituídos regionalmente e constituídos por organizações governamentais e não governamentais com a finalidade de articular diferentes iniciativas, são espaços convergentes que materializam a participação e o controle social. Assim, o Fórum se põe como mecanismo fundamental de fortalecimento e organicidade política no debate e nas lutas sociais em torno de uma agenda de prioridades a serem enfrentadas para assegurar os direitos da pessoa idosa.

Este artigo relata a trajetória de organização e criação do Fórum Permanente da Pessoa Idosa na região dos Campos Gerais a partir do Projeto de extensão “Assessoria ao Fórum Permanente da Pessoa Idosa – Região dos Campos Gerais” proposto pelo Departamento de Serviço Social, tendo como parceira a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP – Escritório Regional/ER de Ponta Grossa, o qual se iniciou no ano de 2008 e terminou em fevereiro de 2011.

Constituiu-se como objetivo do projeto assessorar teórica e tecnicamente o processo de mobilização, criação, organização e ação do referido Fórum, para articulação de instrumentos, mecanismos, órgãos e ações na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa conforme os princípios da RENADI – Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

Fatos relevantes que impulsionaram a criação do Fórum Permanente da Pessoa Idosa na Região dos Campos Gerais

Considerando a nova institucionalidade de proteção à pessoa idosa, verifica-se que na CF/88, Art. 204 destaca-se a participação da sociedade civil tanto na execução, como na formulação e no controle das ações em todos os níveis.

Assim, há que se produzirem formas e criar espaços que se constituam ao mesmo tempo, em resgate de participação de indivíduos e canais de habilitação destes, para que as políticas de proteção e defesa de direitos sejam assumidas na perspectiva de direitos publicizados “sendo os direitos da pessoa idosa, embasados na idéia de sujeitos de direitos, cabendo-lhes a primazia na atuação em vista de sua realização” (SEDH, 2006).

Desta forma, ressalta-se a importância dos Fóruns, como espaços de ampliação e de fortalecimento da sociedade civil, em fomentar o protagonismo desses atores. A partir dos dispositivos legais vigentes, em relação à pessoa idosa, empreenderam-se vários esforços no sentido de desencadear um processo de informação sobre a política de proteção e defesa desse segmento, bem como de desenvolver ações de proteção, defesa e enfrentamento de suas necessidades.

No ano de 2006 foi desencadeado o processo de realização da I Conferência Nacional, em duas etapas, uma necessariamente em âmbito Estadual e outra em nível nacional, facultando-se a realização de Conferências Municipais. Esta Conferência realizou-se no período de 23 a 26 de maio de 2006 com o tema “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa - RENADI”, objetivando definir as estratégias para a implementação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI, com base no Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, Estatuto do Idoso e as deliberações da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos.

As reflexões geradas na I Conferência Nacional foram de extrema importância para aqueles que estão encarregados de propor, implantar e implementar as políticas públicas para efetivação dos direitos da pessoa idosa, orientando a elaboração do Plano Nacional e Planos Estaduais de implementação das deliberações da I Conferência Nacional, contemplando os 08 eixos temáticos (ações para efetivação dos direitos da pessoa idosa; previdência social; saúde; violência e maus tratos contra a pessoa idosa; assistência social; financiamento e orçamento público; educação, cultura, esporte e lazer; controle democrático) e a execução da gestão e do controle social de acordo com a estruturação da RENADI a partir das seguintes dimensões: instrumentos, mecanismos, órgãos e ações.

Em consequência disso no estado do Paraná, implementaram-se as ações do Fórum Estadual e estimulou-se, com a orientação do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI, a criação de Conselhos Municipais.

Passados 02 anos da realização da I Conferência Nacional, objetivando dar continuidade ao processo de realização de Conferências, o Conselho Nacional de Direitos

do Idoso - CNDI, no ano de 2008, convocou a realização da II Conferência Nacional em 3 etapas - Conferências Municipais, Estaduais e a Nacional - com o objetivo de definir prioridades, analisar as metas cumpridas e a serem cumpridas por cada ente responsável integrante da rede de proteção e defesa da pessoa idosa, bem como realizar um balanço dos avanços e desafios para reestruturação da RENADI.

Portanto, 2008 foi o ano de realização das Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa, tendo como tema para discussão “A avaliação do processo de reestruturação e construção da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa” a partir dos eixos temáticos (RENADI: 1- compreensão e perspectivas; 2 – avanços e desafios; gestão, participação e controle democrático; financiamento).

No estado do Paraná, todos os atores envolvidos com a problemática da pessoa idosa foram convidados a dar sua contribuição para a construção, efetivação e fortalecimento da política de atenção à pessoa idosa. Assim, a partir das orientações do CNDI, do CEDI e da assessoria técnica e financeira da SETP este processo iniciou-se com a realização das Conferências Municipais até 25/04/08, seguido de Encontros Temáticos Regionais em preparação à Conferência Estadual, realizados no período de 01 a 21/05/08 e da Conferência Estadual realizada nos dias 01 e 02 de setembro do mesmo ano.

Neste contexto, os municípios da região dos Campos Gerais, em sua maioria, realizaram suas Conferências, a partir da temática geral, discutindo, analisando os eixos e deliberando sobre as prioridades do município para a efetivação da RENADI.

Fórum Permanente da Pessoa Idosa - Região dos Campos Gerais: trajetória de organização e criação

Conforme a dinâmica do processo estabelecido para preparação à Conferência Estadual e Nacional, no dia 16 de maio de 2008 no município de Ponta Grossa, realizou-se o III Encontro Regional Temático dos Direitos da Pessoa Idosa, com a participação de 80 pessoas, sendo 14 convidados, 06 observadores e 60 delegados (governamentais e não governamentais) eleitos nas Conferências e/ou Encontros municipais.

Neste Encontro os participantes: identificaram os avanços, os desafios e as prioridades do processo de implementação das políticas destinadas à garantia dos direitos da pessoa idosa; reafirmaram as competências e responsabilidades dos órgãos governamentais e não governamentais, do papel dos Conselhos e a importância dos movimentos sociais na efetivação, promoção, defesa e proteção dos direitos da pessoa idosa; discutiram sobre a captação de recursos e o financiamento para criação, manutenção e ampliação dos serviços destinados ao atendimento da população idosa; e deliberaram sobre as prioridades e estratégias para a região e para o Estado, de prosseguimento e monitoramento das ações no sentido de assegurar o compromisso público e político para avançar na adesão ao Pacto Político por uma Sociedade que Envelhece.

Após este Encontro, a Comissão organizadora do mesmo, da qual participavam representantes da UEPG (Depto. de Serviço Social e Universidade Aberta da Terceira Idade - UATI), em conjunto com um grupo de pessoas representantes de outros órgãos, preocupadas com o desenvolvimento da política de atenção à pessoa idosa, reuniu-se por três vezes para discutir e definir formas de encaminhamento das discussões e deliberações relacionadas à política de atendimento a pessoa idosa na região, firmando um compromisso de continuar o debate e a discussão acerca da proteção, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

Para tanto, a alternativa encontrada foi a criação de um Fórum Regional Permanente com a finalidade de realizar o debate, articular e ampliar as alianças no espaço público em torno de uma agenda de prioridades a serem enfrentadas com a implantação e implementação de ações para efetivação dos direitos da pessoa idosa em consonância com a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, respeitando as necessidades e peculiaridades dos municípios que compõem a região.

Desta forma, constituiu-se uma comissão pró-Fórum composta por representantes de entidades/instituições/órgãos/grupos governamentais e não governamentais e representantes da UEPG que, através do projeto de extensão, objetivaram viabilizar a criação do “Fórum Permanente da Pessoa Idosa - Região dos Campos Gerais”, acreditando ser, o Fórum, um espaço aberto para aprofundamento, reflexão e debate democrático de ideias, de formulação de propostas, de troca de experiências, de articulação para ações eficazes e de monitoramento da sociedade civil.

Para o encaminhamento das ações, a Comissão pró-fórum elaborou um documento com a proposta de criação do Fórum elencando os princípios norteadores deste e um Termo de Adesão.

Estes documentos foram encaminhados às entidades/instituições/ órgãos/grupos dos municípios que compõem a região e que atuam na área da pessoa idosa, convidando-os a aderirem ao Fórum como entidades membros e ao engajamento na defesa dos direitos e políticas públicas de atendimento ao idoso, buscando assegurar uma nova conformação de ação participativa, calcada nos princípios de pluralidade de interesses e ações, no consenso, na democracia e na responsabilidade de cada entidade membro participante.

Em resposta a esta iniciativa, dentre as 80 entidades/instituições/ órgãos/grupos às quais foram enviados os documentos e que compõe o conjunto de serviços não governamentais de atendimento, assessoramento e defesa dos direitos dos idosos, 38 aderiram ao Fórum, 19 não aderiram e 23 não se manifestaram. Das 27 entidades/instituições/órgãos/grupos do conjunto de serviços governamentais, 09 aderiram ao Fórum e 18 não se manifestaram.

Entretanto, para que o Fórum se constitua em espaço convergente de idéias e ações, que desempenhe papel e função específica, bem como que se materialize como lugar de participação dos diversos agentes, oportunizando a reunião, o debate, a crítica, o

apontamento das prioridades e a proposição aos agentes do poder público de mecanismos e estratégias de enfrentamento às necessidades da população idosa, faz-se necessário que este tenha vida política permanente, autônoma e vinculada organicamente com a sociedade civil. Por isso em sua organização as instâncias para seu funcionamento são a Assembléia Geral e o Secretariado Executivo.

Dessa maneira, na seqüência, a Comissão pró-Fórum em parceria com a Secretaria do Trabalho, emprego e Promoção Social – SETP e UEPG e, com o apoio: das Prefeituras de Ponta Grossa, Palmeira, Tibagi; INSS³, UATI, AMCG⁴, Força Sindical, Mercadomóveis e Junior – design, organizaram e realizaram no dia 02 de outubro de 2009 a I Assembléia Regional do Fórum Permanente da Pessoa Idosa – Região dos Campos Gerais com o tema “Políticas Públicas, Velhice e Participação Social”, a qual criou e constituiu o Fórum Permanente da Pessoa Idosa – Região dos Campos Gerais/FOPI.

Participaram da Assembléia 110 pessoas, das quais 23 pessoas na condição de delegados natos sendo estes os membros da Comissão pró-fórum; 40 pessoas (18 representantes governamentais e 22 representantes não governamentais) na condição de delegados com direito a voz e voto, que através da Carta de Adesão ao Fórum, foram indicados como legítimos representantes de órgãos e entidades governamentais e não governamentais, que incluem entre suas atividades voltadas à pessoa idosa, o atendimento, o assessoramento, a defesa e proteção, a organização de trabalhadores do setor; 37 pessoas na condição de observadores, com direito a voz, sendo estas pessoas que atuam e/ou são interessadas na área do idoso, bem como representantes dos Conselhos Municipais de Direito do Idoso existentes na região; e 10 pessoas, também com direito a voz, como convidadas da comissão organizadora da Assembléia.

Nesta Assembléia também foram eleitos e referendados, dentre os delegados titulares representantes dos órgãos e entidades membros da sociedade civil e do poder público, para um período de 02 anos, os membros da Secretaria Executiva do FOPI, à qual compete como instância de funcionamento do Fórum cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, representar o Fórum, bem como coordenar as atividades programadas no sentido da articulação, formação de lideranças e da avaliação da prática e compromisso dos atores envolvidos com a proteção, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

Secretaria executiva – primeiras ações

Uma vez criado e constituído o Fórum, a Secretaria Executiva eleita realizou no dia 13 de novembro do ano de 2009 sua primeira reunião que, conforme a pauta estabelecida debateu sobre os princípios, objetivos e estratégias de atuação do fórum e as competências da Secretaria Executiva, elegeu e compôs a coordenação com os seguintes

³ INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

⁴ AMCG – Associação dos Municípios dos Campos Gerais

cargos: Coordenação e vice-coordenação, Secretaria de Comunicação, Secretaria e Tesouraria, definiu o calendário de reuniões para o ano de 2010 ficando as reuniões da coordenação para serem realizadas mensalmente e da secretaria executiva para serem realizadas bimestralmente.

No dia 14/12/2009 a coordenação da Secretaria Executiva do Fórum reuniu-se para discutir sobre as ações a serem desenvolvidas pelo Fórum e elaborar o Plano de Ação para o ano de 2010, o qual terá como prioridades estimular e apoiar a criação e/ou reativação e funcionamento de Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa na região dos Campos Gerais, especialmente a reativação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa no município de Ponta Grossa, e acompanhar o processo de realização das Conferências Municipais, Regional, Estadual e Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa participando especialmente das Conferências Municipais e Regional.

Considerações finais

Diante do exposto destaca-se que por meio da prática extensionista busca-se cumprir com o compromisso social de a Universidade como instituição governamental pública, estar voltada a atender as necessidades da população no território no qual está inserida, através da troca de saberes, da democratização do conhecimento e efetiva integração entre a universidade e a comunidade.

Nesse sentido, a organização e criação do Fórum Permanente da Pessoa Idosa na Região dos Campos Gerais é o resultado desta integração no enfrentamento à necessidade de fortalecimento e ampliação dos espaços democráticos de controle social quanto à proteção, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

E para além da criação do Fórum, o projeto também visa contribuir na sua continuidade, orientando e acompanhando as ações de suas instâncias de funcionamento - Assembléia Geral e Secretariado Executivo - quanto à definição de estratégias de articulação, construção de metodologia de ação e encaminhamentos para cumprir com as deliberações da Assembléia Geral.

No entanto, de acordo com o princípio da democratização presente na CF/88, o Fórum é uma instância política de articulação e proposição que tem como característica ser autônomo e independente, portanto a atuação das instituições envolvidas será de orientar e dar apoio ao Fórum com vistas a torná-lo autônomo e independente.



REFERÊNCIAS

IBGE. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050 - revisão 2008. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Rio de Janeiro, 2008.

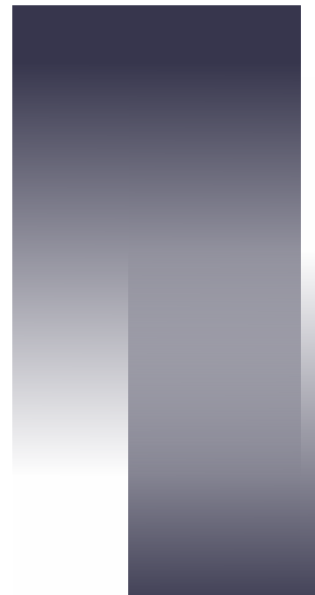
BRASIL. Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e Decreto nº 1.948 de 03 de julho de 1996.

_____. Estatuto do idoso. Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003.

SEDH – SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. I Conferência Nacional de Direitos do Idoso – Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa - Texto Base. Brasília, 2006.

_____. II Conferência Nacional de Direitos do Idoso – Avaliação da Rede Nacional de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios – Orientações Gerais. Brasília, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DACRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA –SECR. Organização Municipal na Política da Assistência Social. Paraná, 1997.



REVISTA *Conexão* UEPG

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

REGULAMENTO, NORMAS E SUBMISSÃO DE ARTIGOS
<http://www.uepg.br/revistaconexao/>

CONTATO
+55(**42)3222-7348
revistaconexao@uepg.br

ENDEREÇO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
Divisão de Extensão Universitária
Praça Marechal Floriano Peixoto, 129 - Centro
Ponta Grossa - PR - Brasil
CEP: 84010-680



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

CAIXA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
Divisão de Extensão Universitária

Praça Marechal Floriano Peixoto, 129
Centro - 84010-680 - Ponta Grossa - PR - Brasil
Telefone/Fax: (42) 3222-7348
e-mail: proex.deu@uepg.br